

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Mestrado em Educação

PAULO RICARDO BONFIM

***A EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO EUGÊNICO BRASILEIRO
(1917-1933)***

Itatiba
2013

PAULO RICARDO BONFIM – R.A. 002201101297

***A EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO EUGÊNICO BRASILEIRO
(1917-1933)***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Jr.

Itatiba
2013

37.009.81 Bonfim, Paulo Ricardo

B696e A educação no movimento eugênico brasileiro (1917-1933). / Paulo Ricardo Bonfim – Itatiba, 2013.
167 p.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Educação da Universidade São
Francisco.

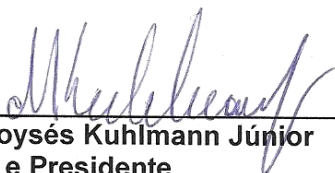
Orientação de: Moysés Kuhlmann Júnior.

1. Eugenia. 2. História da educação. 3. Boletim de
Eugenia. 4. Renato Kehl. I. Kuhlmann Júnior, Moysés.

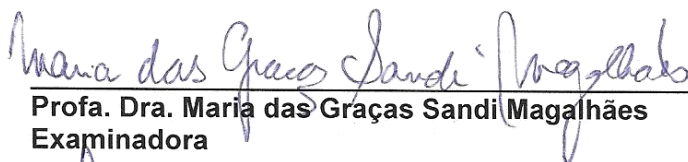
Ficha catalográfica elaborada pelas bibliotecárias do Setor de
Processamento Técnico da Universidade São Francisco.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM EDUCAÇÃO

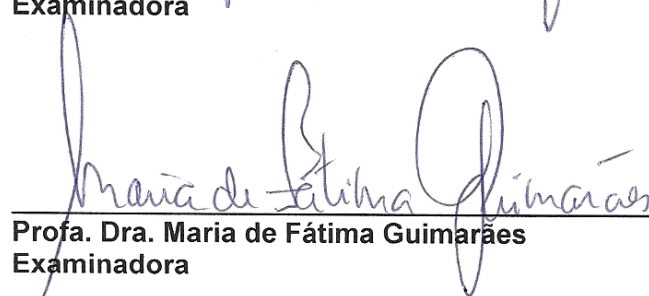
Paulo Ricardo Bonfim defendeu a dissertação “A EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO EUGÊNICO BRASILEIRO (1917-1933)” aprovada no Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco em 11 de dezembro de 2013 pela Banca examinadora constituída pelos professores:



Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior
Orientador e Presidente



Profa. Dra. Maria das Graças Sandi Magalhães
Examinadora



Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães
Examinadora

*Para Paulo (em memória) e Maria Olga, meus
queridos pais, por todos os momentos felizes...
Para Pedro (em memória) e Olga, meus avós
maternos, pelo carinho e amizade.*

AGRADECIMENTOS

Escrevendo estas breves linhas de agradecimento, me surpreendi emocionado ao lembrar de todas as alegrias e dificuldades que singularizaram a minha experiência no curso de mestrado. Muitas foram as pessoas que estiveram comigo nessa caminhada, iniciada há mais de dois anos, e cada uma vivenciou um pouco de minhas conquistas e aflições.

Primeiramente, agradeço ao Moysés, meu orientador, pelos ensinamentos e observações, sempre tão pertinentes, e pela paciência... Mas, principalmente por demonstrar, pelo exemplo pessoal, que o respeito, a ética e a solidariedade, tal como na vida em geral, devem sempre pautar nossas ações e decisões como pesquisadores.

Agradeço à minha família, meus queridos irmãos e irmãs, à Elizabeth, minha esposa, e, especialmente, à minha mãe, Maria Olga, pela confiança que sempre depositou em mim... aos meus avós maternos, minha eterna gratidão.

Também gostaria de registrar minha amizade pelos colegas do Programa de Pós-Graduação, especialmente ao Hércules pela leitura atenta e solidária do texto parcial. Às professoras Maria de Fátima, Paula, Regina e Luzia, com as quais tive o prazer de conviver e aprender nas disciplinas que cursei, agradeço pela amizade e pelo compromisso com uma formação sempre de excelência. De forma geral, agradeço a todos os integrantes do Grupo de Pesquisa *Infância, História e Educação*, da USF, onde tive a oportunidade de partilhar os resultados parciais da pesquisa e aprender com as investigações de cada um.

Às professoras Maria de Fátima e Maria das Graças um agradecimento especial pela generosidade das contribuições na banca de qualificação... também pela amizade! Meu muito obrigado às professoras Paula e Maria Lúcia, suplentes na banca de defesa, pela disponibilidade para leitura da pesquisa.

Agradeço à professora Mirtes de Moraes, da PUC-SP, por me introduzir nas temáticas que hoje investigo.

À Valéria, da Divisão de Biblioteca e Documentação da Faculdade Medicina da Universidade de São Paulo (USP), meu muito obrigado pela gentileza com que me recebeu na “Casa de Arnaldo” para as pesquisas nos exemplares do *Boletim de Eugénia*. Também agradeço aos funcionários das bibliotecas da Faculdade de Direito e da Faculdade de Saúde Pública, da USP, pela ajuda na localização das obras consultadas e fontes documentais.

Nestes agradecimentos, dois nomes não poderiam faltar! Serei sempre grato aos professores André Mota, da USP, e Vanderlei Sebastião de Souza, da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO), pela generosidade em ceder material de pesquisa, fontes primárias que complementaram o lastro documental da nossa investigação.

O discurso histórico [...] consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, do outro.

*E. Thompson, **A miséria da Teoria***

RESUMO

Na perspectiva da história social, a pesquisa analisou fontes primárias representativas da apropriação e difusão da Eugenia no Brasil, de maneira a compreender as especificidades históricas que singularizaram o envolvimento e o encaminhamento desta ciência pelos intelectuais nas primeiras décadas do século vinte. Especificamente, procurou-se sondar as propostas voltadas à educação, em sentido *lato*, no âmbito do movimento eugênico brasileiro, no período de 1917 a 1933, com especial atenção ao *Boletim de Eugénia*, periódico idealizado e dirigido pelo médico e eugenista Renato Ferraz Kehl, entre os anos de 1929 e 1933. Nesse sentido, buscou-se apresentar o periódico como importante conjunto documental para a investigação da Eugenia no país, indicando a metodologia utilizada, de forma a perscrutá-lo criticamente como veículo de propaganda eugênica em meio às divergências e consensos que esta “novidade científica” produziu junto à intelectualidade mobilizada em torno das questões atinentes à nacionalidade brasileira. Ao analisá-lo em busca das propostas eugênicas no campo da educação, optou-se, metodologicamente, pelo cotejo com outras fontes documentais, o que nos permitiu refletir sobre os contextos geral – a repercussão social dos temas relacionados à Eugenia – e específico – concernente às perspectivas eugênicas em debate – com os quais o periódico guardava correspondência, evidenciando, dessa forma, os limites de uma leitura hermética sobre o *Boletim de Eugénia* como porta-voz do movimento eugênico brasileiro. Dentre as outras fontes analisadas, igualmente relevantes para o estudo da Eugenia no Brasil, destacam-se o livro *Annaes de Eugenia*, reunindo as atividades e publicações da efêmera Sociedade Eugênica de São Paulo, publicado em 1919, e o primeiro e único volume, dos três planejados, com as *Actas e Trabalhos* do Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929. Oportunamente, recorreu-se à imprensa diária da época, especialmente aos jornais paulistas e cariocas, tendo em vista a ampla repercussão, em suas páginas, dos temas e autores ligados à Eugenia; obras especializadas de eugenistas e legislação relativa à temática complementam nosso estudo. A análise além de fornecer uma apreciação crítica acerca do *Boletim de Eugénia*, fonte primária de grande relevância às pesquisas sobre o movimento eugênico brasileiro, explorando seus limites e potencialidades como conjunto documental, visou, ainda, contribuir com o campo de pesquisa da história da educação brasileira, pela investigação da importância atribuída à educação, em suas diversas acepções, em meio às perspectivas em debate no âmbito do movimento eugênico no país.

Palavras chave: Eugenia. Educação. Boletim de Eugenia. Renato Kehl.

ABSTRACT

In perspective of the social history, the research consisted in reveal the propose towards to education on environment of Brazilian Eugenic Movement, from *Boletim de Eugénia* (Magazine of Eugenic), a magazine idealized and developed by eugenic medic Renato Ferraz kehl, from 1929 to 1933. In that way, the goal is introduce this magazine like a main collection catalog to support the research, directing the methodology applied, the way to critically analyze it as a platform of eugenic propaganda into a environment of consensus and divergences about Eugenic, brand new science that time, produced a debate among the intellectual class around the issues related to the Brazilian society. The choice of this periodic as a mainly documental source is justified by its relevance, as well its creator, in this context of spread of the Eugenic in Brazil, in period addressed. In The documents analyze to find the eugenic propose in education field, we decided, methodologically, after comparing with several others sources, to chose that one whom allow the reflection over general context, the social repercussion about eugenic debate – that match with the period, concluding, in that way, the limits of a hermetic language used by *Boletim de Eugenia*, a spokesman from Brazilian Eugenic movement. Among other sources studied, equally representative for a studied from Eugenic in Brazil, used highlight *Annaes de Eugenia*, joining the exemplar published of ephemera Eugenic Society of São Paulo, realized in 1919, and the first unique book among from three planned joined with *Actas e Trabalhos of Eugenic Brazilian Congress*, realized in 1929. On occasion, the daily press was searched, mainly *paulistas* and *cariocas* newspapers, because the large repercussion, in their pages, about themes and authors connect with eugenic; eugenic specialized works, and law related whit eugenics, compose our study. The analyze beyond offer a critic approach about the *Boletim de Eugénia*, primary source who has great relevance as regards Brazilian Eugenic Movement, inquiring its limits and potentiality as a collection catalog, also, we intend to contribute with the research about the history of Brazilian education, through inquiring the importance given for education, in its several semantics, among the perspectives in debate as regards in country eugenic movement.

Key words: Eugenics. Education. Boletim de Eugenia. Renato Kehl.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: O cientista britânico Francis Galton aos 82 anos.	53
Figura 2: Cartão antropométrico de Francis Galton (1893).	54
Figura 3: Galton, aos 87 anos, ao lado de seu amigo e discípulo dileto, Karl Pearson.	55
Figura 4: Galton em 1864.	56
Figura 5: Árvore da Eugenia. Símbolo do II Congresso Internacional de Eugenia (1921).	62
Figura 6: Renato Kehl em fotografia junto de Belisário Penna (1918-1923).	82
Figura 7: Renato Kehl em fotografia na revista <i>O Malho</i> (1925).	86
Figura 8: Renato Kehl em fotografia na revista <i>Fon Fon</i> (1926).	91
Figura 9: Capa do livro <i>A fada hygia</i> , de Renato Kehl [1923], 1936.	92
Figura 10: Ilustração d’ <i>A fada hygia</i> , de Renato Kehl [1923], 1936.	93
Figura 11: Capa da <i>Cartilha de Higiene</i> , de Renato Kehl, 1936.	94
Figura 12: Página de rosto da <i>Cartilha de Higiene</i> , de Renato Kehl, 1936.	95
Figura 13: Capa da <i>Cartilha de Hygiene</i> , de Almeida Júnior, [1922] 1928.	96
Figura 14: Renato Kehl e Eunice Penna Kehl, na Dinamarca (1932).	99
Figura 15: Posse de Renato Kehl na Academia Nacional de Medicina, em 1933.	101
Figura 16: Discurso de Kehl na Academia Nacional de Medicina, 1933.	102
Figura 17: Renato Kehl, fotografia publicada na <i>Revista Terapêutica</i> (1959).	103
Figura 18: Miguel Couto em fotografia publicada na revista <i>Fon Fon</i> (1912).	107
Figura 19: <i>Boletim de Eugénia</i> , agosto de 1929.	114
Figura 20: Vencedora do Concurso de Eugenia (SP), 1929 – <i>Boletim de Eugénia</i>	133
Figura 21: Crianças Premiadas no II Concurso de Robustez Infantil e I Concurso de Eugenia (SP), 1929 – revista <i>Fon Fon</i>	134
Figura 22: Crianças Premiadas no II Concurso de Robustez Infantil e I Concurso de Eugenia, 1929 – revista <i>Fon Fon</i>	135
Figura 23: Edgard Roquette-Pinto em fotografia publicada na revista <i>Fon Fon</i> (1939).	141

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

3º CAC – Terceiro Congresso Americano da Criança

ABE – Associação Brasileira de Educação

ACM – Associação Christã dos Moços de São Paulo

ANM – Academia Nacional de Medicina

BE – Boletim de Eugénia

CBE – Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia

CBPI – Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância

CCBE – Comissão Central Brasileira de Eugenia

CEDAE/ IEL – Centro de Documentação Cultural “Alexandre Eulalio”/ Instituto de Estudos da Linguagem

CRE – Centro de Referência em Educação Mario Covas

CSHL – Cold Spring Harbor Laboratory

DAD/COC – Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz

DBD/ FM-USP – Divisão de Biblioteca e Documentação da Faculdade Medicina

DNSP – Departamento Nacional de Saúde Pública

ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”

FM-RJ – Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro

FM-SP – Faculdade de Medicina de São Paulo

LBHM – Liga Brasileira de Higiene Mental

LNSP – Liga Nacionalista de São Paulo

LPS – Liga Pró-Saneamento

MEC – Ministério da Educação e Cultura

SESP – Sociedade Eugênica de São Paulo

SMC-SP – Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USF – Universidade São Francisco

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
INTRODUÇÃO	19
<i>No Contexto da Ordem, a Busca pelo Progresso Racial.....</i>	<i>19</i>
<i>O Lugar da Eugenia no Progresso Nacional</i>	<i>38</i>
CAPÍTULO 1 – CIÊNCIA E IDEOLOGIA: A EUGENIA E A HEREDITARIEDADE DA DESIGUALDADE	46
1.1 <i>Galton e a Biologia do Preconceito: Elaboração Teórica e Difusão Científica.....</i>	<i>46</i>
1.2 <i>Brasil: Eugenia e Regeneração Nacional</i>	<i>63</i>
CAPÍTULO 2 – RENATO KEHL: O CAMPEÃO DA EUGENIA.....	75
2.1 <i>Em São Paulo, os Primeiros Passos de um Eugenista</i>	<i>75</i>
2.2 <i>Na Capital Federal, Novo Fôlego na Campanha Eugênica.....</i>	<i>80</i>
2.3 <i>No Velho Mundo, o Contato com Novas Orientações</i>	<i>97</i>
CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO EUGÊNICO.....	104
3.1 <i>Educação no Congresso Brasileiro de Eugenia</i>	<i>104</i>
3.2 <i>O Boletim de Eugenia (1929-1933).....</i>	<i>109</i>
3.3 <i>Sobre o Trabalho com as Fontes</i>	<i>118</i>
3.4 <i>A Educação no Debate Eugênico e no Boletim de Eugenia</i>	<i>122</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS	151
ANEXOS	165
RELAÇÃO DE FONTES DOCUMENTAIS.....	165
<i>Conjuntos Documentais Sobre Eugenia</i>	<i>165</i>
<i>Jornais</i>	<i>165</i>
<i>Legislação.....</i>	<i>165</i>
<i>Revistas</i>	<i>166</i>
ACERVOS.....	166
ACERVOS DIGITAIS.....	166

APRESENTAÇÃO

História é objeto de uma construção, cujo lugar não é formando pelo tempo homogêneo e vazio, mas por aquele saturado pelo tempo de agora

W. Benjamim, *Teses sobre o conceito da história*

Oscilando entre o absoluto desconhecimento e uma noção muito vaga de sua significação, a palavra “eugenia” desperta atualmente estranheza àqueles que com ela se deparam num artigo de jornal, num livro de história ou num artigo científico. Esse estranhamento evidencia a dimensão histórica e social dos traumas que a repercussão dos horrores cometidos pela ideologia nazista de pureza racial, durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945), causou na opinião pública internacional. Com o desfecho desse trágico episódio do século passado e a denuncia e julgamento dos crimes de guerra cometidos pelos integrantes e colaboradores do Governo Nazista, nos trabalhos do Tribunal de Nuremberg, a palavra “eugenia”, arbitrariamente reduzida à sua vertente alemã e nazista, caiu em desuso geral, como que condenada, na forma das rígidas leis espartanas atribuídas a Licurgo, ao *Apothetai*, abismo onde as crianças consideradas inaptas eram atiradas para morrerem esquecidas por todos.

Embora o termo “eugenia” esteja longe da popularidade de que desfrutava na primeira metade do século passado, as pretensões de melhoramento humano, os preconceitos raciais e as ambiguidades e polêmicas das propostas que enunciou continuam, em linhas gerais e sob formas diversas, a dividir opiniões em temas relacionados às desigualdades sociais e às diferenças raciais, perpassando áreas diversas como a educação e a saúde pública. Há quem argumente, ainda, sobre a preponderância de certas características “raciais”, físicas e psicológicas na determinação da capacidade de desenvolvimento individual e ascensão social, extrapolando, dessa relação, hipóteses arbitrárias sobre o porvir de grupos étnicos e sociedades inteiras. Nesse sentido, os ideais eugênicos revelam-se perenes como espaço conceitual polissêmico de convergência entre ideologia, política e ciência.

Em setembro de 2005, a *Folha de S. Paulo* (GOVERNADOR..., 2005, p. 32), repercutia as ideias polêmicas divulgadas no artigo *O DNA Espartano*, do então Governador de Santa Catarina, sr. Luiz Henrique da Silveira, em sua coluna dominical no jornal *A Noite*, de Joinville, em que o político, que foi Ministro da Ciência e Tecnologia entre os anos de

1987 e 1988, defendia, à luz dos avanços nas pesquisas em Genética, que teríamos um “novo cenário eugênico”, com a possibilidade de utilização das recentes descobertas científicas “para que as pessoas possam evitar que seus filhos nasçam feios, deformados, deficientes ou idiotas”. Embora o jornal paulista tenha qualificado como tímida a reação aos argumentos defendidos pelo político no referido artigo, que também sugeria a clonagem de pessoas consideradas belas e geniais, os especialistas procurados para avaliar as ideias divulgadas foram categóricos em reprovar as considerações que traziam “de volta um fantasma da ética científica: a eugenia”. Na opinião de um deles, o biólogo João de Deus Medeiros, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a “história” já teria provado o “quão infeliz é a apropriação de conceitos pseudocientíficos para legitimar concepções ideológicas”; para ele, o artigo resgatava a Eugenia “que parecia definitivamente sepultada com a sucumbência das pretensões de Hitler”. A assessoria do Governador, procurada pela *Folha de S. Paulo*, reconheceu que Luiz Henrique foi infeliz no artigo, sendo mal-interpretado ao tratar de um assunto que não dominava, e arrematou: “mas é claro que ele não é nenhum Hitler”, em referência às insinuações desferidas por um opositor político. A geneticista Maria C. Bortolini, do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), qualificou o ocorrido como um “subproduto não muito desejável” do ritmo acelerado das revoluções científicas, com “pessoas que se sentem capazes de emitir opiniões supostamente sobre bases científicas”. Segundo o biólogo Marcelo Nóbrega, da Universidade de Chicago (USA), “é na ignorância científica que está a maior tragédia do que foi dito”.

Entretanto, entendemos que as polêmicas ideias que o artigo de Luiz Henrique da Silveira veiculou traduzem mais que o infortúnio de uma interpretação estapafúrdia sobre uma temática “definitivamente sepultada” ou, ainda, uma opinião absolutamente improcedente no meio científico contemporâneo. Uma década antes, o biólogo Oswaldo Frota-Pessoa (1994), do Departamento de Biologia da Universidade de São Paulo (USP), publicou um artigo em que não só recolocava a discussão da Eugenia no cenário atual, cuidando de repudiar “medidas prepotentes e discriminatórias” de caráter racista, como também arriscava um cenário futuro em que a ciência do melhoramento humano teria lugar garantido. Convicto de que o meio mais eficaz de melhorar o patrimônio genético da humanidade é a seleção artificial, o biólogo desafiava: “quem tem medo da Eugenia?”. Para Frota-Pessoa, “em tese, melhorar nossos descendentes sob o aspecto genético é um dever ético tão imperioso quanto melhorá-los pela boa nutrição e educação”.

Em 2007, o jornal carioca *O Globo* (UMA NOVA..., 2007, p. 36) divulgou uma pesquisa de “antropólogos biológicos” das universidades estadunidenses de *Utah* e *Wisconsin-Madison* que sustentava que as “raças humanas” estavam evoluindo de forma separada, diferentemente em cada continente, provocando a imediata reação de especialistas que viram nessa polêmica conclusão um possível reforço às teorias racistas. Criticando o determinismo genético dessa declaração, Sérgio Danilo Pena, pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), ressaltou o caráter prematuro da afirmação e também alertou para os perigos de uma “nova eugenia”. A matéria também fazia menção à polêmica afirmação do cientista estadunidense James Watson, laureado com um Nobel por sua participação na revelação da estrutura do DNA, de que os negros são menos inteligentes que os brancos, o que despertou forte reação no meio acadêmico internacional, levando-o a se aposentar, antecipadamente, da direção do centenário *Cold Spring Harbor Laboratory* (CSHL), prestigiada instituição de pesquisa sediada em New York (USA). Na polêmica declaração, feita durante uma entrevista à revista dominical do jornal londrino *Sunday Times*, em 14 de outubro de 2007, James Watson, homem de fenótipo caucasiano, disse ser “pessimista em relação à África porque todas as nossas políticas sociais estão baseadas no fato de que a inteligência dos negros é a mesma que a nossa, quando todas as evidências indicam o contrário” (NOBEL..., 2007; PRÊMIO..., 2007).

Dias após o ocorrido, *O Globo* (JAMES..., 2007) reproduziu o artigo escrito por Watson para o jornal britânico *Independent*, em que o cientista lamentava a repercussão em torno de suas recentes declarações, frisando que “a ciência não é estranha à controvérsia” e que “a busca de conhecimento é frequentemente desconfortável e desconcertante”. Em sua defesa, Watson explicava: “nunca temi declarar **o que acredito ser verdade**, não importando o quão difícil seja”. Mais a frente, o cientista estadunidense reforçava seu ponto de vista: “a idéia de que algumas pessoas são más por natureza me perturba. Mas a ciência não está aqui para fazer a gente se sentir bem. Existe para responder questões a serviço do conhecimento”. Ao recolocar a questão “natureza versus ambiente”, Watson expõe a perenidade de polêmicas que remontam ao final do século dezenove, caras à constituição da Eugenia como ciência; ao finalizar o artigo, um desabafo revelador: “como cientistas, sempre que quisermos nos posicionar nesse grande debate, devemos tomar cuidado ao invocar **verdades indiscutíveis sem o apoio de provas**”.¹

¹ No parágrafo, os grifos são nossos.

Como vimos, mais que ideais carcomidos pelo tempo, esvaziados em seu significado atual pelo vínculo a um passado de atrocidades, ou simplesmente uma corrupção “evidente” das nobres pretensões científicas por interesses de ordem social, os anseios de superioridade e melhoramento humano, com todas as ambiguidades que estas noções encerram, sobrevivem nas sociedades atuais, entre permanências e discontinuidades, sob novas e insuspeitas argumentações e, às vezes, explicitamente como uma atualização revisada das antigas propostas.

Assim, a imediata identificação entre Eugenia e Nazismo, bem como as tentativas de apresentá-la como uma pseudociência, um produto da intromissão política no território isento da prática científica, impõem uma severa redução sociológica de sentido à investigação acerca de suas elaborações iniciais, desdobramentos e significados sociais, políticos e científicos, como fenômeno social de expressão internacional, amplamente difundido, desde a sua formulação, no final do século dezenove, até meados do século passado. Esta problematização inicial constitui aspecto fundamental na análise dos temas relacionados à Eugenia, pertinente também ao campo da sociologia da ciência, desafio que foi enfrentado ao longo deste estudo. A matéria da *Folha de S. Paulo* (GOVERNADOR..., 2005, p. 32), citada anteriormente, trazia, ainda, uma “Breve história da Eugenia”, listando, desde a sua criação pelo cientista britânico Francis Galton, em 1883, as iniciativas que balizariam a sua trajetória no tempo. Nesta breve cronologia, não nos surpreende que as experiências mencionadas se restrinjam àquelas empreendidas pela Alemanha e pelos Estados Unidos, sem qualquer referência ao Brasil ou, mesmo, aos demais países latino-americanos. São em lacunas como estas que os significados da Eugenia, em nossa experiência histórica, nos escapam à compreensão, ofuscando as relações que estabeleceu com temas diversos como a educação, a assistência, o saneamento e a política imigratória, através do envolvimento de políticos e cientistas, muitos deles, prestigiados pela história nacional.

Desde o final do século dezenove, a Eugenia, também popularizada como Ciência de Galton, uma referência ao seu fundador, ganhou destaque junto aos intelectuais brasileiros mobilizados pelas questões relativas à interpretação do perfil nacional e à identificação dos principais problemas que se impunham à modernização da sociedade brasileira, no início do regime republicano. A pesquisa² que apresentamos ao leitor representa o esforço teórico e

² Sob a orientação do prof. dr. Moysés Kuhlmann Jr., a pesquisa de mestrado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco (USF), na linha de pesquisa “História, Historiografia e Ideias Educacionais”, vincula-se, ainda, ao Grupo de

metodológico de compreender algumas dessas questões que particularizaram o cenário social, político e intelectual no início do século passado. Nesse sentido, investigamos, na perspectiva da história social, as propostas relacionadas à educação no âmbito do movimento eugênico brasileiro, nas primeiras décadas do século vinte. A análise deteve-se às fontes primárias a que tivemos acesso, estendendo-se de 1917 a 1933, especialmente sobre as edições do *Boletim de Eugenia*, periódico idealizado e dirigido pelo médico e eugenista Renato Ferraz Kehl, entre os anos de 1929 e 1933. Dada a relevância desse periódico, que foi a primeira publicação brasileira especializada na propaganda eugênica, e de seu diretor, figura central na trajetória da Eugenia no país, procuramos sondar em suas páginas como a educação foi aquilatada pelos eugenistas da época, cotejando esse conjunto documental com outras fontes igualmente representativas da constituição do movimento eugênico brasileiro, como os *Annaes de Eugenia* (1919), edição que reúne as atividades e produções da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), e as *Actas e Trabalhos*³ do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929; oportunamente, recorreremos à imprensa diária da época, especialmente aos jornais paulistas e cariocas, tendo em vista a ampla repercussão que deram aos temas e autores ligados à ciência eugênica.

Inicialmente, analisamos o contexto geral em que se desenvolveu a Eugenia, ciência imbricada nos avanços experimentados no campo da Biologia – especialmente aqueles divulgados em *A Origem das Espécies*⁴ e descobertos nos experimentos de Mendel⁵ – e atravessada pelas aspirações políticas e sociais atreladas à expansão da economia capitalista no período. Particularmente, procuramos compreender o cenário social em que essa “novidade científica” foi apropriada pelos intelectuais brasileiros mobilizados pelas questões do melhoramento racial, nas diversas interpretações que esses problemas comportaram. A

Pesquisa “Infância, História e Educação” e ao Projeto “Educação e Relações Sociais na História”, com o apoio do CNPq. Projetos – “Auxílio à Pesquisa-Universal”.

³ Dos três volumes previstos, apenas o primeiro foi publicado, contendo apenas uma parte dos trabalhos apresentados no referido congresso.

⁴ O título original da obra, em inglês, é *On the origin of species by means of natural selection, or the preservation of favoured races in the struggle for life* (Sobre a origem das espécies por meio da seleção natural ou a preservação de raças favorecidas na luta pela vida). A teoria evolutiva de Darwin, grosso modo, postulava a atuação da seleção natural sobre os indivíduos de uma espécie, perpetuando as linhagens cujas variações fossem mais adaptáveis às condições do meio. Reconhecendo a centralidade da teoria de Darwin no cenário científico da época, Hobsbawm (2000, p. 352) destacou: “(...) se uma única teoria científica deva representar o avanço das ciências naturais em nosso período, e era de fato reconhecida como crucial, essa teoria é a da evolução, e se uma única figura dominou a imagem pública da ciência, essa foi (...) Darwin”.

⁵ Os experimentos do monge austríaco Gregor Mendel, sobre o arranjo e a recombinação de caracteres hereditários em plantas, foram redescobertos por um grupo de cientistas no início do século vinte e serviram de base para a compreensão dos fundamentos da hereditariedade moderna.

apreciação crítica desses contextos, analisados em suas relações, precede a abordagem mais detida sobre o fenômeno científico e social da Eugenia, especificamente em sua vertente brasileira, e a avaliação da importância atribuída à educação na construção desses novos saberes, escopo do terceiro capítulo do presente estudo.

Os referenciais teórico-metodológicos adotados nesta pesquisa favoreceram uma análise que procurou não perder de vista as singularidades e ambiguidades na apropriação e resignificação dos preceitos eugênicos pelos intelectuais brasileiros, nas primeiras décadas do século vinte, de forma a distinguir as polêmicas e convergências que essa ciência produziu no contexto interno, numa sociedade, por um lado, fortemente marcada pelas expectativas de progresso nacional, suscitadas pela recente abolição da escravatura e transição para o regime republicano, de outro, pelo caráter profundamente desigual de sua estrutura social, impactada pelas pressões decorrentes do processo de urbanização de suas principais cidades, com a formação de um contingente crescente de trabalhadores urbanos, vivendo sob intensa exploração de sua força de trabalho, em centros urbanos surpreendidos por epidemias e altas taxas de mortalidade. O período comportou uma intensa atividade política de grupos sociais de matizes diversos, geralmente ligados à experiência urbana, repercutindo um descontentamento crescente com a condução política do regime republicano que, alicerçado em interesses de uma burguesia agrária, mostrava-se incapaz de atender às demandas por modernização da sociedade. Intencionalmente, buscamos não ofuscar os sujeitos em favor do “discurso”, como categoria analítica, privilegiando a análise do movimento a partir das polêmicas e divergências que encerrou; sem negar a importância de numerosos médicos no encaminhamento das questões eugênicas, procuramos compreender a participação de agentes sociais diversos, debatendo e relacionando a Eugenia às questões candentes na sociedade de sua época, como as demandas por educação e saúde pública.

Identificamos um movimento eugênico marcado pelo debate de perspectivas distintas quanto à sua fundamentação teórica e propostas de intervenção social, atravessado, ainda, pelo forte apelo nacionalista que caracterizava o período. Esse movimento construiu-se, por um lado, sobre um terreno social e cultural ainda sensível às teorias racistas que, desde o final do século dezenove, divulgavam polêmicas interpretações acerca da nacionalidade brasileira, ideias geralmente preconceituosas pela conotação negativa que atribuíam à mestiçagem; por outro, sob o impacto da difusão das teorias de Lamarck, já há algum tempo conhecidas no meio intelectual brasileiro, e de Mendel, novidade no campo da hereditariedade humana que paulatinamente fazia adeptos no Brasil. Como nos ensina a historiadora estadunidense Nancy

Stepan (1985; 2005), os eugenistas brasileiros, no período estudado, fizeram dessas teorias um arranjo único, sem, contudo, produzir consensos, singularizando a experiência brasileira na apropriação e desenvolvimento da ciência eugênica.

INTRODUÇÃO

No Contexto da Ordem, a Busca pelo Progresso Racial

O progresso é a lei da história da humanidade, e o homem está em constante processo de evolução.

Auguste Comte

O progresso roda constantemente sobre duas engrenagens. Faz andar uma coisa esmagando sempre alguém.

Victor Hugo

Para synthetisar a aspiração da alma nacional, nenhuma formula poderia melhor satisfazer do que o lemma social-ORDEM E PROGRESSO.

Com effeito, as duas necessidades de ordem e progresso, longe de serem irreconciliaveis, por toda a parte se harmonizam; e essa harmonia se dá tanto na politica como na moral, porque o progresso é o desenvolvimento da ordem, como a ordem é a consolidação do progresso. E' essa conciliação da ordem com o progresso que todo o povo brasileiro aspira, e sem a qual não poderia existir a verdadeira fraternidade; é essa conciliação que nossa bandeira proclama.

Arthur Lima de Campos, O Diário, Vitória, 1912

No período que se estende do final do século dezenove às primeiras três décadas do vinte, em meio a debates acerca da modernização das instituições e do revigoramento da nação, as noções de “progresso” e “ciência” coadunavam-se perfeitamente ao ideal civilizatório que informava as elites da sociedade republicana na interpretação dos problemas nacionais e na identificação dos meios para saná-los. A Engenharia, o Direito e, particularmente, a Medicina – especialmente a Medicina Social, pelos avanços experimentados na microbiologia e suas aplicações em reformas sanitárias⁶ – apresentavam-se socialmente como caminhos seguros e cientificamente legítimos nesse sentido, compondo um esforço maior por empreender, nos limites dos interesses dominantes, as mudanças necessárias à crescente modernização da sociedade brasileira.

⁶ Sobre o avanço da microbiologia em relação aos surtos epidêmicos, ver STEPAN (1976, p. 60).

É na abrangência das transformações engendradas pela expansão do capitalismo que se processa a difusão de modelos institucionais e de políticas sociais identificadas, por um lado, com as inovações no conhecimento científico e, por outro, com a manutenção do *status quo*, garantindo formas de controle social, em tempos de rápidas transformações sociais.

Compondo, entre outros elementos, o cenário intelectual de referência às elites da época, o positivismo comteano disseminava o culto à ciência e assinalava o seu papel na condução política da sociedade; em linhas gerais,⁷ pode-se dizer das nossas elites intelectuais, versadas no vernáculo francês, que mostraram grande receptividade aos ideais positivistas, traduzindo-os à luz dos desafios internos e mobilizando-os, entre outras influências, na campanha abolicionista, na propaganda republicana e na colaboração com o novo regime. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda ([1936], 1995, p. 159), entre nós, os adeptos do positivismo “em certo instante chegaram a formar a aristocracia do pensamento brasileiro, a nossa *intelligentsia*”. Parece razoável reconhecer que o lema exibido na Bandeira Nacional, uma adaptação da máxima comteana,⁸ sinaliza o alcance das ideias positivistas no período, compondo o quadro de valores subsidiários do “novo” regime,⁹ em que as palavras “ordem” e “progresso” aparecem como termos complementares, postulando o progresso nacional nos limites da ordem social estabelecida, ilustrando, assim, um comportamento típico das elites

⁷ E aqui não se pretende ignorar a diversidade de apropriações de teorias e ideologias, sobretudo européias, pelos intelectuais brasileiros, à época; tampouco caracterizar os intelectuais do período sob alguma forma de identidade comum, seja de classe ou inclinação ideológica, negligenciando a heterogeneidade de tendências em debate. Essas divergências de orientação, especialmente no tocante à Eugenia, serão alvo de análise mais detida ao longo dos capítulos. O que se quer, inicialmente, é apontar aspectos que nos parecem bastante significativos na análise do contexto sócio-cultural brasileiro, particularmente na produção intelectual, num período de ampla difusão de padrões civilizatórios atrelados à expansão de economia capitalista, com destaque para as noções gerais de ciência que se vulgarizavam no ocidente, no final do século dezenove e primeiras décadas do vinte.

⁸ *L'amour pour principe et l'ordre pour base; Le progrès por but* [o amor por princípio e a ordem por base; o progresso por fim].

⁹ Como forma de recuperar, sempre que possível, algo do debate de perspectivas distintas, no estudos históricos, vale destacar que a adesão ao princípio comteano no Pavilhão Nacional não foi alvo de consenso na opinião pública da época, sem deixar de ser, todavia, elemento de destacada importância na configuração do pensamento social e político do período. Quatorze dias após a proclamação da República, o jornal *Cidade do Rio*, sob a direção do jornalista José do Patrocínio, personagem influente na campanha abolicionista, publicava, na seção de *chronica*, uma nota crítica sobre a indefinição na escolha da bandeira nacional, imbróglie que também envolvia a inscrição da divisa comteana neste símbolo nacional: “A Nação não póde ficar sem bandeira; mas o que ella tambem não póde é ficar com quatro bandeiras. Temos quatro, e todas quatro reconhecidas e consagradas (...) Toda esta futil questão já estaria resolvida, se não tivessem alguns jornaes, com uma infantilidade que está mesmo a pedir palmadas, revelado uma animosidade inexplicavel contra o lemma positivista – Ordem e Progresso. Dizer que a inscrição desse lemma no pavilhão brasileiro é restringir o modo de sentir da população aos limites de uma seita philosophica, – não passa de uma tollice ou de um proposito de fazer opposição *quand même*” (UMA BANDEIRA..., 1889. p. 1). Note-se que não se leva a sério a opposição ao lema positivista, qualificando tais argumentos, simplesmente, como uma “tollice”.

dominantes do país, hábeis em acomodar as pressões sociais por mudanças no âmbito de seus interesses econômicos e políticos. Como observou Nicolau Sevcenko, em prefácio a uma obra célebre de Gilberto Freyre,¹⁰ esse é um aspecto da atividade política das classes dirigentes que, de tão enraizado, parece preceder, mesmo, o contato com as ideias comteanas: “mais do que um lema de uma corrente político-filosófica particular, o Ordem e Progresso é uma mística do patronato político, uma ‘constante nacional’”.

Na Europa ocidental, desde meados do século dezenove, os avanços científicos, sobretudo no campo das ciências naturais, e o melhoramento técnico aplicado ao mundo produtivo, em plena expansão capitalista, conferiram à Ciência uma posição social de destaque dentre as demais formas de conhecimento, acusando a “superioridade” dos homens e das sociedades que a empreendiam. Nesse sentido, vale destacar o que assinala Hobsbawm (2000, p.350), em *A era do capital*, ao observar que as duas grandes correntes filosóficas daquele período “subordinavam-se, elas mesmas, à ciência: o positivismo francês, associado à escola do curioso Augusto Comte, e o empirismo inglês, associado a John Stuart Mill”.¹¹ Produtos de um contexto histórico-social bastante particular, o evolucionismo comteano e o darwinismo-social de Spencer, de um lado, reproduzem, no plano das ideias, a euforia gerada pela expansão da sociedade capitalista e pelos sucessos da aplicação crescente da técnica e da ciência no mundo produtivo, de outro, fornecem o aporte teórico que, convenientemente, será reclamado como justificativa à dominação neocolonial. A adoção de modelos produtivos difundidos no âmbito do capitalismo industrial e o recurso à ciência (em suas diversas ramificações), aplicada aos mais variados setores sociais, evidenciavam, num entendimento muito comum à época, os sinais de progresso de uma sociedade, escamoteando as contradições inerentes a esse processo histórico. Sobre o “drama do progresso”, Hobsbawm (2000, p. 21-3), escreve:

A súbita, vasta e aparentemente inesgotável expansão da economia capitalista mundial forneceu alternativas políticas aos países "avançados". A revolução industrial (inglesa) havia engolido a revolução política (francesa). A história de nosso período é portanto desequilibrada. Ela é primariamente a do maciço avanço da economia do capitalismo industrial em escala mundial, da ordem social que o representa, das idéias e credos que pareciam legitimá-lo e ratificá-lo: na razão, ciência, progresso e liberalismo. (...) O drama mais óbvio deste período foi econômico e tecnológico: o ferro derramando-se em

¹⁰ FREYRE, G. (1957) *Ordem e Progresso*. 6ª ed. rev., São Paulo: Global, 2004. (p. 13-32).

¹¹ Prosseguindo nesta observação, Hobsbawm (2000, p. 350) salienta o papel de outro teórico neste contexto de difusão da ciência positiva: “(...) sem mencionar o medíocre pensador, cuja influência era então maior do que a de qualquer outro no mundo, Herbert Spencer”.

milhões de toneladas pelo mundo, estradas de ferro cortando continentes, cabos submarinos atravessando o Atlântico, a construção do Canal de Suez, as grandes cidades como Chicago surgidas do solo virgem do Meio-Oeste americano, os imensos fluxos migratórios. Era o drama do poder europeu e norte-americano, com o mundo a seus pés. Mas aqueles que exploraram este mundo conquistado eram, se excluirmos o pequeno número de aventureiros e pioneiros, homens sóbrios em roupas sóbrias, espalhando respeitabilidade e um sentimento de superioridade racial juntamente com fábricas de gás, estradas de ferro e empréstimos. Era o drama do progresso, a palavra-chave da época: maciço, iluminado, seguro de si mesmo, satisfeito mas, acima de tudo, inevitável. Quase nenhum dos homens com poder e influência em todos os acontecimentos no mundo ocidental desejou pôr-lhe um freio. (...) O "drama do progresso" é uma metáfora. Mas, para duas espécies de pessoas era uma realidade literal. Para milhões de pobres, transportados para um novo mundo frequentemente através de fronteiras e oceanos, isto significou uma mudança de vida cataclísmica. Para os indivíduos do mundo fora do capitalismo, que eram agora atingidos e sacudidos por ele, significou a escolha entre uma resistência passiva em termos de suas antigas tradições e formas de ser ou então um traumático processo de tomada das armas do Ocidente para voltá-las contra os conquistadores: a compreensão e a manipulação do progresso por eles mesmos. O mundo deste período da história foi um mundo de vitoriosos e vítimas. Seu drama consistiu nas dificuldades não dos primeiros, mas primariamente dos últimos.

O “drama do progresso”, para insistirmos na metáfora proposta por Hobsbawm, enredou, em seus atos, as façanhas das elites econômicas e políticas, produtos do capitalismo em sua fase industrial, apresentadas como ícones dos novos tempos, denotando uma cooperação crescente entre indústria e ciência. Ao lado das conquistas tecnológicas mais diretamente ligadas à indústria, inovações na pedagogia, na antropologia física, na microbiologia e medicina social, na estatística, na arquitetura, na agricultura, na assistência, na burocracia estatal, dentre muitos outros campos de pesquisa e interesse social, compuseram a base material sobre a qual se erigiu uma certa “ideologia do progresso” que, por seu turno, reproduzia as condições sociais, morais e políticas necessárias à expansão da economia capitalista, bem como as tensões que esse processo encerrava.¹² Apoiados no rápido

¹² Ao empregarmos o termo “ideologia”, ao longo do texto, estamos informados pela análise que o sociólogo Raymond Williams (2000, p. 25-9) lhe dedicou, de forma a distingui-lo dos “usos mais amplos e generalizados” que o aproximam das “teorias culturais idealistas”. Como observa o autor, “estudar ‘uma ideologia’ e o que ‘ela’ produz constitui uma forma reconhecível de filosofia idealista”. Nesse sentido, reconhecendo-o como um termo teórico-metodológico fundamental na sociologia da cultura, Williams destaca a necessidade de referi-lo ao conjunto de complexos processos concretos, de forma a distinguir atribuições de classe ou grupos específicos; para sociólogos e historiadores que se ocupam da “cultura”, as “práticas sociais” e as “relações culturais” constituem o que realmente importam no estudo, pois “produzem não só ‘uma cultura’ ou ‘uma ideologia’ mas (...) aqueles modos de ser e aquelas obras dinâmicas e concretas em cujo interior não há apenas continuidades e determinações constantes, mas também tensões, conflitos, resoluções e irresoluções, inovações e mudanças reais”.

crescimento de suas economias, os países de capitalismo industrial acenavam às demais nações como um modelo de civilização a ser alcançado; no “espetáculo do progresso”, dissimulavam-se, entretanto, as contradições inerentes à relação capital-trabalho, a exploração imperialista sobre possessões coloniais e a instrumentalização do saber científico a legitimar injustiças e reforçar preconceitos de diversos matizes.¹³

A respeito da efervescência social em torno das ideias de progresso, chama a atenção a especificidade do contexto sócio-cultural daquela época, fortemente marcado pela difusão internacional dos padrões legitimadores do Estado-Nação moderno, com destaque para as Exposições Internacionais¹⁴ e os diversos congressos e associações científico-culturais que se difundiam no período, voltados à socialização de modelos identificados com o ideal de progresso nos mais diversos setores da sociedade, dentre eles a saúde e a educação.¹⁵ As realizações de inúmeros congressos e exposições científicas, processo do qual o Brasil não estava excluído, denunciavam algo mais que a estrita atividade de pesquisadores em seus campos científicos; antes, revelam articulações políticas que colaboraram para legitimar modelos e critérios de integração das sociedades ao “concerto das nações civilizadas” (KUHLMANN JR., 2001; 2002; 2010b).

No contexto brasileiro, esse período foi marcado por grandes desafios, como a abolição recente da escravidão, abandonando à própria sorte a população de ex-escravos, o afluxo crescente de imigrantes, a alimentar expectativas racistas de branqueamento da população, o acelerado processo de urbanização, como se verificou nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, as elevadas taxas de mortalidade infantil, ceifando prematuramente o “futuro da nação”, e a urgência no combate às epidemias, que rapidamente proliferavam-se nos

¹³ Especialmente para esses dois últimos aspectos, tendo em vista a estreita relação entre o neocolonialismo e as teorias evolucionistas, vale destacar a advertência de Hobsbawm (2000, p. 372) sobre as imbricações entre política e ciência: “O ‘darwinismo social’ e a antropologia ou biologia racista pertencem não à ciência do século XIX, mas à sua política”.

¹⁴ Para um estudo aprofundado sobre as Exposições Internacionais e a participação do Brasil nestes eventos ver: KUHLMANN JR., Moysés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001 (Coleção Estudos CDAPH. Série Historiografia); PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais. Espectáculo da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997. (Coleção Estudos Urbanos. Série Arte e Vida Urbana).

¹⁵ Analisando as contribuições do Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI), realizado no Rio de Janeiro, conjuntamente com o 3º Congresso Americano da Criança (CAC), durante a Exposição Internacional comemorativa do centenário da independência, em 1922, Kuhlmann Jr. (2002, p. 474) destaca a proximidade entre as áreas da saúde e da educação que “(...) se entrelaçam nas propostas de tal modo que se tornam mutuamente subordinadas no propósito de construir as bases da nação moderna e ordeira”.

insalubres centros urbanos. As expectativas de progresso nacional inspiradas pelo advento da República frustravam-se num regime que em muitos aspectos nada representou de mudança para a maioria da população, excluída, como sempre, dos espaços de articulação política, não obstante o caráter “livre” e “democrático” anunciado no preâmbulo da Carta Constitucional de 1891.¹⁶ Como observou Sérgio Buarque de Holanda ([1936], 1995, p. 160), escrevendo na década de trinta, “a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido”, um regime de fachada moldado segundo os interesses de uma aristocracia rural empenhada em acomodar seus supostos “direitos” e privilégios.

Nesse cenário social particularizado, de um lado, por pressões de ordem diversas e, de outro, pelas expectativas de progresso nacional, vincadas por concepções heterogêneas em debate, compunha-se um quadro geral de esforços em torno de se identificar as causas do atraso brasileiro e os meios para enfrentá-lo; em meio a embates político-ideológicos, buscava-se a modernização, visando à superação dos desafios nacionais (BUENO, 2007, p. 55). A ciência, como centro de uma “ideologia secular do progresso”, para recorrermos a uma expressão utilizada por Hobsbawm (2000, p. 375), fornecia, desde o final do século dezenove, novos métodos e uma nova linguagem para se diagnosticar as causas do atraso nacional, levando intelectuais a identificarem, à luz de referenciais evolucionistas, raciais, social-darwinistas e, mais tarde, eugênicos,¹⁷ os vetores da inferioridade brasileira, ora nas imposições do meio, ora nos condicionantes da raça, ou ainda numa curiosa combinação de ambos. Expediente certamente conveniente às burguesias agrária e industrial, os determinismos referidos deslocavam as especulações sobre as mazelas nacionais, do incômodo terreno das relações sociais, de classes, para as condições ambientais e, principalmente, para a suposta natureza biológica das desigualdades humanas. As causas da pobreza, da ignorância e da debilidade física – aspectos, estes, imortalizados por Monteiro Lobato na figura estigmatizada do pobre mestiço *Jeca-Tatu* –, problemas sociais que assolavam as camadas populares, não apenas no campo, seriam buscadas nos domínios da raça¹⁸ e do meio, reproduzindo, pelo saber “científico”, uma gama de discursos e práticas que

¹⁶ Nas primeiras linhas da referida Carta Constitucional, lê-se: “Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (...)” (BRASIL, 1891).

¹⁷ Referenciais teóricos submetidos a apropriações particulares por parte de intelectuais diversos, matizando conceitos e explicações segundo determinados interesses sociais, bem como em função de suas adesões políticas e ideológicas.

¹⁸ Atualmente, os geneticistas não reconhecem qualquer caráter científico para este conceito, afirmando que tanto a Genética clássica quanto o Projeto Genoma Humano negam as especulações

naturalizavam a desigualdade entre os homens, a despeito da equidade jurídica sobre a qual se pretendeu, paradoxalmente, fundar o regime republicano. Um exemplo do recurso à ciência para analisar a diversidade brasileira, de forma a hierarquizá-la racial e culturalmente,¹⁹ é o do médico e antropólogo maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), precursor da Medicina Legal no país.²⁰ Segundo a antropóloga Mariza Corrêa (1998, p. 168-80), Nina Rodrigues esforçou-se em estabelecer critérios rigorosos para a classificação da diversidade étnica observada na população brasileira, e reclamou o papel do especialista – o perito – no tratamento estritamente científico das questões relativas a essa diversidade, apontando os equívocos, tal como os entendia, presentes na igualdade formal estabelecida pelo código penal de 1890. Embasado em teóricos como Spencer e Heckel, entre outros, Nina Rodrigues identificava nas supostas desigualdades raciais os argumentos que denunciariam “as ilusões da liberdade”, produtos da consciência, insistindo que “a igualdade política não pode compensar a desigualdade moral e física” (NINA RODRIGUES [1894] 1957, p. 81 *apud* CORRÊA, 1998, p. 176). Em outra passagem, o médico e perito desafiava:

Pode-se exigir que todas estas raças distintas respondam por seus atos perante a lei com igual plenitude de responsabilidade penal? (...) Porventura pode-se conceber que a consciência do direito e do dever que tem essas raças inferiores, seja a mesma que possui a raça branca civilizada? (NINA RODRIGUES [1894] 1957, p. 106 *apud* CORRÊA, 1998, p. 174-5).

A esse respeito, Lilia Schwarcz ([1993], 2012, p. 24-5; 46; 314; 316) ressalta que no momento em que se colocava em pauta a questão da igualdade, processo favorecido pela campanha abolicionista, a adoção de teorias raciológicas, por parte dos intelectuais brasileiros, pareceu fornecer os argumentos científicos que exporiam os limites dessa equiparação, estabelecendo critérios diferenciados para o acesso a direitos. No mesmo

sobre a distinção dos seres humanos em categorias biologicamente fundamentadas (PENA, 2002 *apud* LIMA, 2010, p. 258). Entretanto, polemicamente, a ideia de raça persiste por meio de discussões em que as diferenças raciais são relacionadas a aspectos da biologia e saúde humanas, ou como formas histórico-sociais de desigualdade e discriminação, permanecendo como categoria socialmente relevante e como um dos fundamentos de discriminação social (FRY, 2005 *apud* Lima, 2010, p. 258).

¹⁹ Como adverte Mariza Corrêa (1998, p. 175), para Nina Rodrigues *raça* e *cultura* constituíam aspectos do mesmo problema, critério fundamental para se compreender a divisão da população brasileira entre “civilizados” e “inferiores” ou “bárbaros”; essa perspectiva seria ofuscada em sua obra quando alguns de seus ex-alunos, da Faculdade de Medicina da Bahia, reclamaram o seu legado, na década de trinta, anunciando-se seus discípulos. Arthur Ramos, por exemplo, chegou a dizer que bastava substituir a noção de raça pela de cultura para que os estudos do mestre adquirissem validade no contexto científico da década de trinta (CORRÊA, 1998, p. 29).

²⁰ Embora, como destaca Mariza Corrêa (1998, p. 138), o próprio Nina Rodrigues, em um gesto de deferência, não hesitasse em chamar do Doutor Souza Lima de fundador da Medicina Legal brasileira.

sentido, Nancy Stepan (1985, p. 371) destaca, como uma consequência da abolição da escravidão, a utilização crescente da ciência na limitação da igualdade social e política dos negros e mulatos, no regime republicano. Marisa Corrêa (1998, p. 64; 388), por seu turno, observa que não é por acaso que o primeiro estudo de Nina Rodrigues em que a influência da raça negra na saúde da população brasileira foi analisada data, justamente, de 1888; o médico maranhense tentaria demonstrar a inferioridade racial do negro, a partir de sua constituição biológica, evidenciando, cientificamente, a ilusão da cidadania que se lhe atribuía. A antropóloga ressalta, ainda, o racismo como um elemento constitutivo da visão de mundo dos intelectuais brasileiros – diríamos de parte deles, para fazer jus a figuras como Manuel Bomfim²¹ – nas análises sobre a população, na virada do século:

O momento em que o negro se tornou ‘livre’ no Brasil coincidiu não só com a emergência de uma elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica, como também com o surgimento de um discurso científico, etnológico, que tentava instituir para ele uma nova forma de inferioridade, retomando os ensinamentos de nossa história escravista recente. (...) os intelectuais daquele momento tratavam de transformar escravos em negros, isto é, de constituí-los enquanto categorias de análise, deixando entre parênteses, em sua passagem de “máquinas de trabalho” a “objetos de ciência” (Silvio Romero) a discussão de sua cidadania (CORRÊA, 1998, p. 64).

No entanto, as implicações das teorias raciais²² para um país com alto grau de mestiçagem geravam ambiguidades com as quais esses intelectuais tinham que lidar. Avaliando a questão, a autora destaca as circunstâncias *sui generis* em que esses homens de ciência desenvolveram suas ideias:

(...) vivendo num contexto social que a ciência dominante da época definia como incompatível com a ‘civilização’ ou o ‘progresso’, e tendo que prestar contas ao mesmo tempo à sua condição de cidadãos dessa nação e de membros daquele universo científico (CORRÊA, 1998, p. 42-3).

²¹ O intelectual sergipano Manuel Bomfim particularizava-se, no debate com seus contemporâneos, na maneira de interpretar as causas das mazelas nacionais, rechaçando os determinismos raciais e climáticos tão em voga entre os interpretes do Brasil de então. No livro *A América Latina: males de origem* (1905), inovou ao apontar o “parasitismo”, termo que apropriou da biologia para designar o imperialismo sobre as nações latino-americanas, como responsável pelo atraso brasileiro (CORRÊA, 1998, p. 42). Nesta obra, segundo Thomas Skidmore (1989, p. 130-5), Manoel Bomfim teria refutado as principais escolas do racismo científico dominantes no Brasil, no período, como as doutrinas racistas de base empírica, a escola historicista do pensamento racista e o darwinismo social.

²² Para um aprofundamento sobre a repercussão das teorias raciais no Brasil, ver: Skidmore (1989).

Embora em seus contornos originais tais teorias condenassem a mestiçagem, com prognósticos pessimistas sobre o futuro da nação, apontando os riscos de degeneração da população (STEPAN, 1985, p. 369-71; SCHWARCZ, [1993] 2012, p. 24-5, 46, 314), a originalidade no emprego dessas teorias permitiu as adaptações necessárias ao contexto interno, preservando a ideia de desigualdade entre as raças e, ao mesmo tempo, garantindo a defesa da viabilidade da nação brasileira, ainda que altamente miscigenada²³ (SCHWARCZ, [1993] 2012, p. 24-5; 46; 314). Não faltaram, entre os intelectuais mobilizados pelas questões da raça e da nacionalidade, aqueles que defendessem a regeneração da nossa população por meio da mestiçagem com o imigrante europeu; a solução para a escassez de trabalhadores nas lavouras brasileiras, após o esgotamento da escravidão, também se revelava, para estudiosos como Silvio Romero, uma alternativa para o futuro nacional, convicto que estava das possibilidades de branqueamento da população brasileira.²⁴

Segundo Nancy Stepan (1985, p. 355), especialmente a partir da transição da Monarquia para a República, a ciência se generaliza como uma ferramenta para análise social, inclusive racial, de crescente prestígio. A historiadora destaca, ainda, que os intelectuais e cientistas brasileiros, nas primeiras décadas do século vinte, empenharam-se num esforço de reinterpretar a conformação racial do país, considerando a mestiçagem numa perspectiva

²³ A miscigenação, tão condenada nas teorias raciais européias – lembremo-nos das advertências de Gobineau em seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855) – e ressignificada pelos defensores do branqueamento da população através da “mistura” com o imigrante europeu – tenhamos em mente Silvio Romero, por exemplo –, passou, entre o final da década de trinta e meados da seguinte, a ocupar um papel preponderante, sob uma nova abordagem, na construção da ideia de uma dada identidade cultural brasileira, singular pela miscigenação racial e cultural da população ao longo dos séculos de convivência entre a casa grande e a senzala. As teorias raciais e, especificamente, a ciência eugênica passaram, no período indicado, por fortes questionamentos, face às mudanças em curso nos contextos externo e interno – problemática que será abordada ao longo deste trabalho –, cedendo espaço à antropologia culturalista de Franz Boas e, entre nós, à sociologia cultural de Gilberto Freyre. O conceito elástico de “cultura” ganhava, paulatinamente, a importância que ocupara a noção restritiva de “raça” nas interpretações sobre o perfil nacional, embora pareça excessivo dizer, simplesmente, que se processou uma substituição, entre os intelectuais brasileiros, de um conceito pelo outro. Nesse sentido, Bresciani (2007, p. 284) observou que as ideias de Oliveira Vianna, autor de *Raça e Assimilação*, livro de 1932, “parecem encontrar guarida em meio aos lugares comuns da época”. Parece razoável, no entanto, reconhecer que no contexto do Estado Novo (1937-1945) a ideia de um Brasil racial e culturalmente miscigenado foi, convenientemente, capitalizada pelo Governo – e pelos setores sociais que lhe apoiavam – na construção de uma ideologia nacionalista fundada na ideia de uma unidade nacional, sobrepondo-se aos antagonismos de classe (STEPAN, 1985, p. 380; SCHWARCZ, [1993] 2012, 325). A respeito da perenidade das questões relativas às noções de “raça”, “multiplicidade cultural” e “miscigenação”, na pesquisa acadêmica e na imprensa contemporânea, ver: CORRÊA (1998, p. 43-7).

²⁴ Neste aspecto, vale destacar, Nina Rodrigues era um crítico ferrenho das propostas de branqueamento da população. Discordando de Silvio Romero e de João Batista de Lacerda, o médico maranhense não acreditava que através da mestiçagem com o imigrante europeu prevaleceria, ao longo do tempo, o branco sobre o negro (CORRÊA, 1998, p. 59-60).

otimista, contexto em que as teses de branqueamento começaram a adquirir significados mais positivos e tomar a forma de um movimento eugênico (STEPAN, 1985, p. 170-1). Cada vez mais, o progresso nacional passava pela questão do aperfeiçoamento de nosso perfil racial e o conhecimento científico, sobretudo pelos avanços experimentados no campo da microbiologia e do saneamento, adquiria crescente importância num contexto social marcado pelos desafios decorrentes do rápido crescimento de suas principais cidades.

A forte identificação entre “progresso” e “ciência”, associação amplamente difundida nas Exposições Internacionais e Nacionais, impunha às propostas que visassem ampla legitimidade social a sua associação ao saber científico (KUHLMANN JR., 2001, p. 241; 2010b, p. 188). Ao qualificar uma proposta como “científica”, invocava-se o prestígio social das noções de “modernidade” e “eficácia”, atreladas aos avanços no campo da economia capitalista. Cada vez mais, a distinção da qual gozavam os intelectuais ligados às novidades científicas, nas diversas áreas, os tornavam extremamente influentes no meio social e político alçando-os à categoria de conselheiros prudentes e aptos a intervir com segurança na trama social, ordenando-a. Nesse sentido, Kuhlmann Jr. (2001, p. 240-1) destaca:

A partir da década de 1890, houve um incremento no desenvolvimento científico e tecnológico que consolidou as tendências de mistificação da ciência e de valorização da infância que vinham sendo desenvolvidas no período anterior. Diante da luta de classes, ganhou força um paternalismo mais autoritário, que via nos homens de ciência os detentores da “verdade”, capazes de efetuar a distribuição social sob controle. As elites tinham a perspectiva de “melhoria da raça”. [...] Não foram apenas os conhecimentos no campo da Higiene que se desenvolveram nesse período. A Antropologia e a Sociologia informavam o Direito nas propostas relacionadas à família, ao trabalho e à criminalidade infantil, visando à renovação das instituições educacionais sob a influência dos setores jurídicos, como os internatos e escolas disciplinares.

A constituição moral da família e os cuidados com a infância convertiam-se, na sociedade republicana, em categorias privilegiadas de análise no quadro das preocupações com a nacionalidade, congregando médicos, educadores, políticos, engenheiros, religiosos e advogados num ambiente intelectual fortemente influenciado pelo positivismo de Comte e pelo darwinismo social de Spencer, terreno fértil à incorporação das “modernas” teorias que prometiam o melhoramento humano, visando, da ótica burguesa, proteger a “boa” estirpe da

elite patronal enquanto se pretendia habilitar as classes populares, regenerando-as por meio do trabalho, da higiene e da moral. No Brasil, vale frisar, desde o final século dezenove as teorias racistas de orientação científica coadunavam-se com as ideias de “progresso” e “evolução”, fazendo muitos adeptos, sobretudo, entre os positivistas (AGUILAR FILHO, 2011, p. 17).

Na esteira das ideias de melhoramento humano, a noção de profilaxia foi extrapolada para além dos limites de uma higiene de corpos e espaços: postulou-se, como veremos, uma profilaxia moral, social e, em muitos casos, racial. Sob os influxos da obra de Michel Foucault,²⁵ Roberto Machado *et al.* (1978, p. 156), em *Danação da Norma*, defende a tese de que a partir do início do século dezenove a medicina expandiu, crescentemente, sua influência sobre o conjunto do corpo social, num processo que será chamado de *medicalização da sociedade*, em que os saberes e poderes médicos adquiriram centralidade, ultrapassando os domínios mais estritos da clínica para se generalizarem como conhecimento e controle sobre o tecido social. Nesta perspectiva, a ênfase recai sobre um campo específico do saber, atribuindo-lhe preponderância sobre os demais nos processos sociais que concorrem para a organização social da cultura e da política. O governo republicano, certamente, reconhecia na figura do médico uma autoridade legítima capaz de subsidiar as ações do Estado na regulação da vida urbana, mas dessa relação não se pode deduzir uma influência direta, uma vez que diversos outros profissionais, de campos distintos, participavam da definição de políticas sociais.

Segundo Pietra Diwan (2011), a interferência médica na sociedade, sobretudo a partir do desenvolvimento de políticas públicas urbanas, no início do século vinte, levou a comunidade médica a reclamar autoridade para, junto com os advogados e juristas, legislar em prol da saúde pública, visando o controle de epidemias e o saneamento do espaço urbano, mas não sem tensões entre essas duas categorias profissionais no debate sobre os limites da autoridade médica frente à regulação da sociedade.

²⁵ Segundo a historiadora Maria Izilda Matos (2005), a medicina pública no Brasil começa a ser refletida na pesquisa historiográfica brasileira, sobretudo a partir da década de 1970, sob a influência do pensamento do filósofo francês Michel Foucault. Estas pesquisas procuraram sondar a história da intervenção médica em vários aspectos da vida cotidiana, analisando a “medicalização da sociedade”. Sob essa perspectiva, emergiram inúmeras investigações que procuraram desvelar as tramas de poder que contextualizam formas de sanção, estabelecimento de critérios de normalidade, criação de instituições manicomiais e asilares e propostas de políticas públicas de saúde. Maria Izilda pondera destacando que o discurso médico do período não constituiu uma unanimidade, encerrando tensões e polêmicas; além disso, nem todas as propostas de profilaxia social que incidiam sobre aspectos morais foram implementadas pelos órgãos governamentais.

[...] na ótica médica, os advogados eram instrumentos legislativos para aplicação dos diagnósticos feitos pelos médicos. Caberia a eles elaborar e fiscalizar a implantação das leis de cura social. Ao contrário, legisladores e advogados acreditavam que o médico era um técnico que os auxiliaria na boa aplicação das leis sanitárias (DIWAN, 2011, p. 94).

No mesmo sentido, ao destacar a importância que a Medicina Social adquiriu nas primeiras décadas do século vinte, em especial no Rio de Janeiro onde que a Faculdade de Medicina e os institutos médicos desfrutaram de grande prestígio pelos sucessos das pesquisas epidemiológicas e das reformas sanitárias empreendidas, Lilia Schwarcz ([1993] 2012, p. 312) evidencia os campos de tensão intelectual, em um contexto singularizado pela forte presença dos “homens de ciência” na interpretação dos problemas nacionais e na definição dos caminhos viáveis a se seguir, apontando a radicalização na disputa entre os homens da lei e os homens da medicina pela hegemonia e predomínio científico; a essa disputa equivaleria o descompasso entre as teorias liberal e racial.

(...) talvez o debate tenha mesmo se concentrado entre as escolas de direito e medicina. Instaurada uma espécie de disputa pela hegemonia e predomínio científico, percebem-se dois contentores destacados: de um lado o remédio, de outro a lei; o veneno previsto por uns, o antídoto na mão dos outros. Se para “os homens de direito” a responsabilidade de conduzir a nação estava vinculada à elaboração de um código unificado, para os profissionais médicos somente de suas mãos saíam os diagnósticos e a cura dos males que assolavam a nação. Enquanto os pesquisadores médicos previam a degeneração, constataavam as doenças e propunham projetos higienistas e saneadores, bacharéis acreditavam encontrar no direito uma prática acima das diferenças raciais (SCHWARCZ, [1993] 2012, p. 315-6).

Ao focalizar as tensões e disputas entre intelectuais de formações e profissões distintas, recupera-se algo da polêmica no debate dos problemas candentes em um dado contexto, marcando as diferenças na abordagem dessas questões pelos distintos campos do conhecimento humano. Por outro lado, ofusca-se a sinergia entre agentes sociais diversos, de formações e espaços institucionais igualmente distintos, na conformação de propostas de regulação da vida social, bem como de modernização do Estado, com destaque para áreas específicas, de grande apelo social, como a da educação e da saúde pública, demandas que atraíam a atenção de uma gama variada de profissionais nas primeiras décadas do século passado. É nesse sentido que Kuhlmann Jr. (2001, p. 236-7) alerta para os limites de análises

históricas que atribuem importância quase exclusiva a determinadas influências, concepções ideológicas ou campos do saber no debate e encaminhamento de questões relativas às diversas áreas de interesse social; ou ainda, que identifiquem, nas tensões entre diferentes campos do conhecimento, antagonismos irreconciliáveis a opor, por exemplo, médicos e juristas no encaminhamento das questões sociais. Como adverte o historiador (2001, p. 238; 2010b, p. 181), nos processos que ocorriam em torno da formulação e implementação de propostas para a organização do Estado e das políticas sociais, havia o confronto de diferentes influências, saberes, interesses e temas; cada área postulava a primazia da sua especificidade em relação às demais, mas nenhuma das forças concorrentes pretendia a ruína das outras, e sim compor com elas na construção da vida civilizada.

Engenheiros, médicos e juristas disputavam lugares privilegiados para a direção do “governo dos povos”, mas convergiam esses interesses, por meio da participação comum em sociedades e associações, ou ainda na participação em áreas relacionadas a políticas sociais, que viviam processos de delimitação, como a assistência e a educação (KUHLMANN JR., 2010b, p.183-4).

Naquele período, entre tensões e composições, as demandas sociais nas áreas da educação e da saúde pública mobilizavam diversos agentes sociais em sociedades e associações, de caráter científico-cultural, momento em que se propunham a discutir os caminhos para o progresso da nação à luz das “modernas” teorias sociológicas, educacionais, medico-higienista e eugênicas. Nesse sentido, Kuhlmann Jr. (2001, p. 238) chama atenção para a circulação de intelectuais de áreas diversas em associações e grupos que, para além das tensões e influências específicas, articulavam forças capazes de produzir campos de composição comum em nome da constituição de uma modernidade e de uma cidadania nos limites convenientes aos interesses dominantes:

Cada sujeito participante desse processo se vinculava quase sempre a mais do que a um único grupo. Poderia ser, por exemplo, um dono de escola e médico, a participar da mesma associação que um jurista, senador e católico e outro industrial, positivista e americanista. As concepções produzidas nessas interações homogeneizavam as posições específicas, atenuando as contradições entre elas.

Para refletir sobre a atuação social e cultural de intelectuais de áreas diversas, ora congregados em associações profissionais, ora mobilizados em torno de temas de grande

repercussão pública, extrapolando, no mais das vezes, os limites de suas respectivas áreas do conhecimento, recorremos ao sociólogo britânico Raymond Williams (2000), especificamente ao conceito de “formações” cunhado pelo autor para referir-se a movimentos de intelectuais cuja atuação social consciente, voltando-se a instituições diversas, cumpre um papel muitas vezes significativo no desenvolvimento ativo de uma cultura. Em sua sociologia da cultura, Williams sugere uma análise mais detida sobre a atuação social desses movimentos e grupos de intelectuais, atenta, também, às influências que exercem no plano cultural, pois em sua atividade pública expressam e socializam algo mais que pontos de vistas isolados, individuais ou estritamente profissionais; antes, suas ideias e conceitos, imbricados em sua atividade social – como produtores culturais –, relacionam-se a interesses mais amplos, nem sempre confessados, relativos aos grupos sociais a que se vinculam, bem como à organização social da cultura como um todo. Nesse sentido, qualquer que seja o grau de especialização da produção social e cultural desses intelectuais, ela será sempre, em alguma medida, um elemento de uma produção e reprodução social e cultural bastante geral; “por isso também é que as funções estritamente “intelectuais” não podem ser isoladas” como se referissem apenas a questões específicas, isentas, acima das relações sociais de dominação e subordinação ou, ainda, das tensões entre frações de classe na acomodação de forças nos limites da ordem estabelecida.²⁶

(...) embora essas atividades gerais de produção e de reprodução possam, em certo nível, ser estudadas como se exprimissem idéias, dá-se quase sempre – o caso materialista histórico – que idéias e conceitos autênticos sejam, de fato, uma sistematização do que já se pratica amplamente, ou constituem interações reais, ainda que irregulares, com a prática. Na verdade, só de maneira abstrata se pode separar o “sistema social” e o “sistema de significações”, uma vez que, na prática, em graus variáveis, são mutuamente constitutivos. (...) Assim, as funções discerníveis de produtores culturais jamais podem ser compreendidas separadamente dessa produção e reprodução geral de que participam todos os membros de uma sociedade (WILLIAMS, 2000, p. 215-6).

De um lado, Raymond Williams (2000, p. 85) ressalta que no estudo sobre as “formações” deve-se estender a análise à história geral, em que devem ser consideradas tanto a ordem social como um todo, como as classes e grupos de intelectuais; de outro, adverte que

²⁶ Williams (2000, p. 74) adverte que de modo algum uma classe social deve ser considerada como culturalmente monolítica, uma vez que em função de diferenciações internas – como filiações culturais, religiosas ou alternativas, nem sempre características da classe como um todo – alguns grupos, como frações de classe, podem estar ganhando importância em detrimento de outros; em função dessas diferenciações podem existir bases alternativas para a variação na produção cultural.

de forma alguma essa investigação pode deixar de lado as diferenças individuais no interior desses movimentos, pois envolvem complexas posições, interesses e influências diferentes, algumas das quais são resolvidas, mesmo que temporariamente, pelas próprias “formações”, enquanto que outras, no entanto, perduram como tensões internas e latentes, podendo evoluir para rupturas e tentativas de novas “formações”.

Como será analisado ao longo dos capítulos, o movimento eugênico brasileiro de forma alguma constituiu bases consensuais, seja na escolha do referencial teórico, seja na definição das propostas e métodos mais adequados para se atingir o melhoramento humano, embora seus adeptos, entre resoluções e irresoluções, tenham empreendido esforços importantes, em frentes diversas, garantindo visibilidade à ciência eugênica no cenário social da época, fundando associações, organizando conferências públicas, desenvolvendo pesquisas variadas, produzindo uma literatura especializada, criando periódicos, divulgando seus temas na imprensa, participando de congressos, convocando concursos eugênicos e mantendo algum diálogo com cientistas europeus e estadunidenses. Assim, sem minorar as divergências internas que o movimento eugênico brasileiro comportou, é possível e desejável reconhecê-lo, também, em seus aspectos mais gerais,²⁷ como “formações”, pelo empenho de seus integrantes em tentar estabelecer contato, em circunstâncias diversas, com representantes políticos nas várias esferas de governo, visando participar da conformação de políticas sociais em áreas como educação, saúde e política imigratória, entre outras; mas, cabe ressaltar, principalmente pela maneira como esses intelectuais se inseriram no amplo debate de temas candentes do período, como a interpretação da identidade nacional – discussão polêmica, imbricada em suportes biológicos, geográficos e étnicos –, a explicitação dos problemas e obstáculos ao tão propalado progresso da nação e a eleição dos meios cientificamente seguros e viáveis para o melhoramento do perfil racial do brasileiro.

Outro aspecto que merece ser salientado é o poder de mobilização que as questões relativas ao melhoramento eugênico exerceram junto a agentes sociais diversos, pois embora

²⁷ Ao se distinguir as questões e peculiaridades pelas quais a Eugenia foi introduzida no cenário social brasileiro, situando em seu interior as variações de perspectiva e proposta, pode-se reconhecer a especificidade do movimento eugênico brasileiro em relação a outros movimentos e tendências da época. Nesse aspecto, Nancy Stepan (2005, p. 10-5) destaca a importância das pesquisas sobre a constituição dos movimentos eugênicos em países latino-americanos e europeus de cultura latina, por desafiarem entendimentos mais comuns baseados nas eugenias de origem inglesas, germânica, escandinava e estadunidense, repercutindo, dessa forma, no entendimento dos significados dessa ciência em geral. Os estudos históricos dos casos brasileiro e francês constituem, nesse sentido, importantes contribuições ao campo investigativo da História da Ciência, pois fornecem elementos importantes para se investigar os significados sociais da Ciência no mundo (STEPAN, 1985, p. 383).

destaque-se a participação dos médicos no debate e divulgação da Eugenia no Brasil – sem se supor, no entanto, uma unanimidade entre os membros da classe médica – pode-se afirmar, sem erro, que as ideias eugênicas atraíram a atenção de profissionais de outros campos do conhecimento.

Sobretudo nas primeiras três décadas do século vinte, o debate das ideias eugênicas no Brasil imbricou-se em outras questões de grande apelo social, como as demandas por saneamento e instrução pública, aproximando médicos, antropólogos, advogados, pedagogos e literatos que, para além das tensões entre seus respectivos campos profissionais, solidarizavam-se no interesse por mudanças sociais – dentro da ordem burguesa –, com críticas severas à indiferença dos governos diante dos problemas apontados. Naquele período, o descontentamento político, crescente entre setores diversos da sociedade, somava-se aos apelos moralistas que acenavam para a urgência da “questão nacional”, criando uma atmosfera de incerteza diante do futuro do país. O poeta e jornalista carioca Olavo Bilac (1865-1918), dirigindo-se aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, em discurso proferido no dia 9 de outubro de 1915, alertava os jovens membros de uma pequena elite versada nos altos estudos para a gravidade moral que o momento encerrava:

Não podeis, talvez, perceber com perfeita consciencia a gravidade da nossa situação moral. Viveis numa rica metropole, entre o sorriso e a gala da vida culta; e não podeis entrever o cháos, a confusão e os perigos que enchem toda a nossa maravilhosa e inconsistente pátria. (...) Vêdes que, na Europa hoje, quando a guerra abre diariamente largos claros nas fileiras dos combatentes, os governos chamam ás armas as mais novas classes dos exercitos, as phalanges dos adolescentes, reservas fulgentes da primavera nacional: aqui, outra desgraça, mais triste, opprime o paiz, e outra morte peor escasseia os filhos validos, – desgraça de character, e morte moral (BILAC, 1915, p. 3-4).²⁸

Mais adiante, o poeta declarava àquela platéia sua indignação em relação à indiferença da classe política diante dos problemas que afligiam a nação; denunciava, ainda, o quão conveniente era a manutenção daquelas mazelas para a sustentação das elites políticas representadas nos governos de então:

²⁸ A fim de contribuir com estudos posteriores, sobretudo nas áreas da história, ciências sociais e estudos literários, optou-se, na transcrição de todos os trechos das obras analisadas, pela fidelidade à grafia encontrada nos originais consultados.

E os politicos profissionaes, pastores egoistas do rebanho tresmalhado, nada fazem para impedir a dispersão; e, quando não se aproveitam do regabofe generalizado, e quando não se locupletam imitando a gula commum, apenas se contentam com a passiva e ridicula vaidade do mundo fictício... Esse é o espetáculo que nos deparam as classes cultas. As outras, as mais humildes camadas populares, mantidas na mais bruta ignorancia, mostram só inercia, aphantia, superstição, absoluta privação de consciencia. Nos rudes sertões os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes se alma criadora e livre, como as fêras, como os insectos, como as arvores. A maior extensão do território esta povoada de analphabetos; a instrucção primaria, entregue ao poder dos governos locaes, é muitas vezes, apenas, uma das rodas da engrenagem eleitoral de campanario, um dos instrumentos da maroteira politica (BILAC, 1915, p. 5).

Enquanto apontava de forma crítica o descaso dos governos com a maioria dos brasileiros, majoritariamente analfabetos, revelava, por seu turno, a perspectiva negativa com que se considerava a população pobre – traço comum às elites econômicas, políticas e letradas, independentemente das divergências e disputas entre suas frações –, ressaltando a passividade, a bruteza e a incivilidade do elemento popular. Cinco dias após o discurso feito aos estudantes de Direito, foi a vez da Faculdade de Medicina de São Paulo. Olavo Bilac dirigiu-se aos estudantes de medicina no mesmo tom patriótico e alarmista, apenas cuidando para aproximar as metáforas ao *métier* clínico; na ocasião, revelou que também havia sido um jovem estudante de medicina, dos quinze aos vinte anos de idade, na cidade do Rio de Janeiro. Com a eloquencia que lhe era peculiar, o poeta parnasiano conclamou os jovens estudantes, tal como o fizera na Faculdade de Direito, a participarem, com entusiasmo patriótico, na vida política do país. Aos alunos da Faculdade de Medicina, uma advertência para não se isolarem em seu exercício profissional: “Dai assistencia á patria enferma! (...) Futuros médicos para os corpos, sede médicos também para as almas, – para a grande alma do Brasil” (BILAC, 1915, p. 10-12).

Como informa a historiadora Maria Stella Bresciani (2007, p. 155), os manifestos nos anos vinte estavam na ordem do dia: “nessa década, exala dos escritos e pronunciamentos a ideia, consciente ou não, de que se vivia o momento propício para propor e executar modificações radicais na sociedade brasileira”. Entre rupturas e continuidades, os temas da educação e da saúde pública, nas primeiras três décadas do século vinte, atraíam cada vez mais adeptos entre os descontentes com a inoperância dos governos oligárquicos diante dos desafios já bem conhecidos.

A esse respeito, o sociólogo Luiz Antonio de Castro-Santos (2008, p. 55-6), partindo das análises de Jorge Nagle (1974), resalta o caráter modernizante dos movimentos pela

educação e saúde pública nos primeiros decênios do século vinte, bem como no período que se inicia com a ascensão de Vargas, em 1930. Para o autor, as campanhas em torno da educação e da saúde – demandas que, para muitos de seus agentes, apresentavam-se como questões “indissociáveis”, reportando-se a Marta Carvalho ([1997] 2011, p. 305) – merecem atenção pelo papel que desempenharam como fendas abertas no arcabouço oligárquico e conservador da Primeira República. No âmbito dos movimentos e associações em torno dessas demandas, como é o caso da Associação Brasileira de Educação (ABE) e da Liga Pró-Saneamento (LPS), militavam diversos intelectuais, muitos dos quais empenhados na crítica ao governo oligárquico, sendo impróprio, segundo o autor, reduzir as atividades destas entidades, por exemplo, a um projeto de “disciplinarização” das classes populares.

Nesse sentido, Castro-Santos faz uma revisão crítica das “advertências” de Marta Carvalho (1998) às categorias de análise cunhadas por Jorge Nagle (1974) no estudo da história da educação brasileira.²⁹ O autor indica a perenidade da análise de Nagle e de seus conceitos para a compreensão das tensões e composições sociais no período da Primeira República, principalmente nas relações entre os campos da educação, como escopo

²⁹ Para Castro-Santos (2008, p. 50-1), Nagle (1974) ao debruçar-se sobre o ideário e as ações no campo da educação não se deu conta que também falava das etapas mais importantes da reforma sanitária no país. Nesse sentido, destaca as categorias “entusiasmo pela educação”, “otimismo pedagógico” e “profissionais da educação” como instrumentos analíticos igualmente pertinentes para se compreender as etapas mais decisivas do movimento sanitarista do Brasil republicano. Nagle (1978, p. 261-4) denominou de “entusiasmo pela educação” o período iniciado em 1915, quando tem lugar uma ampla campanha e uma multiplicidade de realizações configurando um novo momento significativo para a história da educação brasileira, um movimento de “republicanização da República pela difusão do processo educacional (...) Inicia-se com as conferências de Olavo Bilac e com a conseqüente formação da Liga de Defesa Nacional (1916)”; nesse período, cresce em número e qualidade os congressos, inquéritos e conferências versando sobre os mais variados temas da educação, com destaque para as célebres Conferências Nacionais de Educação, de iniciativa da ABE, bem como o inquérito promovido por Fernando de Azevedo, em 1926. Outro momento significativo foi denominado de “otimismo pedagógico”, cujo principal traço característico era a crença nas virtudes dos novos modelos identificados com o movimento escolanovista. Para Castro-Santos (2008, p. 57-8), não destacar a força vital desses movimentos nos acontecimentos e realizações sociais, na Era Vargas e nas décadas seguintes, equivale a subestimar a força simbólica desses “entusiasmos” e “otimismo” gestados no início do século, sobretudo na década de vinte. Esse período, ressalta, singulariza-se por gerar um amplo movimento geral de renovação, responsável, mais tarde, pela criação da pasta ministerial da Educação e Saúde Pública, em 1930. Como destaca, nesse percurso os discursos e ações sociais revestem-se de um caráter mais técnico-administrativo – funcional, mesmo – resultado da formação de gerações de “profissionais da educação” e da saúde como forma de suprir as necessidades dos setores estatais em crescimento no período. Recorrendo às análises de Max Weber, sobre a racionalização e rotinização do Estado, Castro-Santos identifica nesse momento de expansão dos setores estatais, demandando quadros técnicos para consecução das novas políticas sociais, um abrandamento dos entusiasmos, cedendo lugar à ação dos “profissionais”. Nesse ponto reside, segundo o autor, a principal contribuição de Nagle: perceber que nesse período de transformações houve uma mudança de tônica política entre os “novos profissionais da educação” e da saúde, passando das posições mais apaixonadas para discursos mais técnicos.

privilegiado de Nagle, e da saúde, como então sugere. As críticas de Castro-Santos são especialmente profícuas quando se analisam as dissensões no interior dos movimentos pela educação e saúde, revelando os limites de uma interpretação sobre o “discurso” desses grupos, pelos efeitos de redução das diferenças e polêmicas internas. Quando nos remete às posições políticas francamente antioligárquicas de Belisario Penna,³⁰ a título de exemplo, expõe as fissuras de uma leitura mais restrita acerca do discurso oficial da ABE, como expressão de um ideário disciplinador, moralizante e conservador das elites representadas na entidade. Por outro lado, parece não reconhecer que o discurso de Penna – e suas convicções – também se assentava numa perspectiva socialmente negativa das camadas populares, as quais se pretendiam regenerar pela tríade “educação, higiene e eugenia”, sob a tutela de uma elite esclarecida. Situar tais esforços antioligárquicos fora da ambiência política e social dos “donos do poder”, para além do território heterogêneo das elites dominantes, é, a nosso ver, incorrer em expediente semelhante ao criticado pelo autor na análise de Marta Carvalho: ignorar as divergências e polêmicas de ideias e propostas no interior de grupos, movimentos e associações... e, acrescentaríamos, classes sociais. Nesse aspecto, acreditamos que Marta Carvalho (1998) captou, com lucidez, os elementos que caracterizavam os debates da ABE como moralizantes e disciplinadores – no quadro de uma mudança na correlação de forças das classes dominantes – em relação às classes populares.

Vale salientar que nessa movimentação em prol da difusão da educação e do sanitarismo as elites urbanas visavam conquistas na oferta destas demandas sociais, entendidas como requisitos para o progresso nacional, mas partilhavam, com as elites agrárias, de uma concepção socialmente negativa das camadas populares, consideradas como “classes perigosas”, as quais se pretendiam habilitar pela educação e pela higiene (CHALHOUB, 1996). No âmbito das relações mais amplas de dominação e subordinação

³⁰ Médico pela Faculdade de Medicina da Bahia (1890), Belisário Penna destacou-se pela participação em diversas associações da época, como a Liga Pró-Saneamento, da qual foi um dos fundadores, em fevereiro de 1918, a Associação Brasileira de Educação e a Sociedade Eugênica de São Paulo. Dedicado às questões sanitárias e eugênicas, Belisário Penna desfrutava de grande prestígio no meio social, sobretudo junto a intelectuais ligados aos movimentos pela renovação da instrução pública e pela expansão do sanitarismo. Também figurava nos quadros da Ação Integralista Brasileira, da qual chegou a participar da *Câmara dos 40*, círculo fechado do alto escalão integralista. Era um crítico do governo do Presidente Artur Bernardes (1922-1926) chegando a ficar preso, por pouco tempo, em razão do apoio público ao movimento tenentista. Participou dos eventos políticos de 1930 que levaram à deposição do então Presidente Washington Luís (1926-1930) e assumiu interinamente, no Governo Provisório de Vargas, o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, embora tenha permanecido no cargo por poucos meses (THIELEN, 2002, p. 387-404). Belisário Penna era um intelectual influente na sociedade de sua época, com envolvimento político que o levou a momentos de dificuldades, mas também de prestígio, conforme as mudanças nos rumos da política.

social, as elites urbanas disputavam, sim, posições com a burguesia agrária, pressionando por mudanças em vários setores, mas o faziam, convenientemente, sem questionar a ordem social estabelecida, o que não implica, por seu turno, negar o caráter dinâmico dos movimentos articulados em torno da saúde pública e da educação, ao evidenciar essas demandas como questões políticas de grande repercussão na imprensa diária, base para organização de ligas e associações, como a LPS e a ABE.

Mais adiante, analisaremos como o debate e a difusão da Eugenia no Brasil reuniu intelectuais atrelados a perspectivas diversas, algumas delas críticas ao descaso governamental com a situação educacional e sanitária da população, mas que geralmente convergiam nos propósitos de regeneração das classes populares por meio da Higiene, da Eugenia, do Trabalho e de uma Educação Moral.

O Lugar da Eugenia no Progresso Nacional

O Brasil quer crescer, quer progredir, quer desenvolver-se, quer multiplicar-se, quer expandir-se, quer ocupar o lugar de destaque no convívio internacional, isto é, quer ocupar posição de real prestígio, de grande validade e notória capacidade no concerto das nações.

Olegário Moura, Vice-Presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo, 1919

A campanha eugenica é oportuna neste momento em que no Brasil se despertam as forças regeneradoras.

Renato Kehl, 1917

É nesse ambiente intelectual, por um lado, fortemente marcado pela identificação entre “progresso” e “ciência” e, por outro, matizado pelas discussões acerca da nacionalidade – sua definição e revigoração – que a Eugenia, ciência inaugurada pelo britânico Francis Galton (1822-1911), se difunde sob a promessa de melhoramento humano, atraindo os olhares das elites brasileiras.

A apropriação da Eugenia por intelectuais brasileiros, face ao contexto apresentado, e a maneira como a educação foi aquilatada e resignificada pelos adeptos desta “novidade científica” delimitam, em linhas gerais, o horizonte temático da pesquisa que se realizou. Convenientemente, o período analisado corresponde àquele coberto pelas fontes primárias a

que tivemos acesso, estendendo-se de 1917, ano em que o médico e farmacêutico Renato Ferraz Kehl (1889-1974) proferiu, a convite dos diretores da Associação Christã dos Moços de São Paulo (ACM), a conferência que daria início a sua atividade pública de divulgador da Eugenia,³¹ antecedendo em um ano a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), pioneira na América Latina, até 1933, já adentrando o Governo Provisório de Getúlio Vargas, ano em que o *Boletim de Eugenia* (BE), importante órgão de propaganda eugênica no período, saiu de circulação, após cinco anos de atividade. O escopo da investigação consistiu em sondar as propostas relacionadas à educação, em sentido *lato* e nos temas relacionados à escola e à infância, no âmbito do movimento eugênico brasileiro, com base nas fontes selecionadas, especialmente sobre o *Boletim de Eugenia*, primeiro periódico brasileiro dedicado exclusivamente à propaganda da ciência eugênica, idealizado e dirigido por um dos mais importantes eugenistas brasileiro, o já referido dr. Renato Kehl.

O período compreendido pela pesquisa foi marcado por intensa efervescência social, manifestada na frustração de setores diversos da sociedade com a incapacidade do regime instituído, a partir de alianças oligárquicas, em responder aos desafios de uma sociedade que adentrava o século vinte ainda carregando as marcas indelévels de uma escravidão tardiamente abolida, com um Estado limitado nas suas possibilidades de incentivo aos setores da indústria, indiferente às demandas operárias – “uma questão de polícia” – e surpreendido pelo rápido crescimento de suas principais cidades, fustigadas pela proliferação de epidemias, pelas altas taxas de mortalidade infantil – problema antigo – e pelas ultrajantes condições do trabalho fabril.³² Analisando o período, Vera Regina Beltrão Marques (1994) não deixa escapar a peculiaridade daqueles “tempos de mudança dentro da ordem”, situando as críticas das elites urbanas no contexto mais geral das relações sociais de dominação e subordinação:

³¹ Conforme consta nos *Annaes de Eugenia* (KEHL, 1919, p. 67-79), edição organizada por Kehl para reunir as publicações e atividades da SESP, a conferência foi realizada no dia 13 de abril de 1917, no salão da ACM, sendo reproduzida na íntegra pelo *Jornal do Commercio*, edição paulista, no dia 19 do mesmo mês. Estas informações são confirmadas no artigo *Eugenia no Brasil: esboço historico e bibliographico*, também de autoria de Renato Kehl, reproduzindo seu discurso de abertura das conferências no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, em 1929 (KEHL, 1929f. p. 45-62).

³² Escrevendo sobre as condições gerais de trabalho urbano no Brasil, nas primeiras três décadas do século vinte, Boris Fausto (1977, p. 105-115) destaca a precariedade a qual estava submetida a classe de trabalhadores urbanos: “Em regra, nada impede a despedida imediata após longos anos de serviço, os frequentes acidentes não são indenizados, inexiste a previdência social; no horizonte, não se desenha a expectativa de aposentadoria, por magra que seja”. O historiador destaca, ainda, a disciplina rígida do ambiente fabril, manifestada pela atuação dos mestres e contramestres – “manifestações tangíveis da hierarquia” – na violência frequente contra crianças, incluindo espancamentos e mutilações nas máquinas, e pela dupla violência contra as mulheres: como força de trabalho e como objeto sexual.

(...) tratava-se de tempos de mudanças – dentro da ordem – na perspectiva de encaminhar questões políticas, econômicas e sociais que se apresentavam inadiáveis. A greve geral de 1917, o movimento de insurreição anarquista de 1918 e as inúmeras greves ocorridas em 1919 sinalizariam a inconformidade. São Paulo tornara-se palco de todo tipo de “desordens”. Disciplinar esse povo como se estava disciplinando a cidade e organizar o trabalho seriam destaques no projeto liberal reformador dos anos 20 (MARQUES, 1994, p. 63).

As greves do período denunciavam o acirramento das contradições entre a emergente burguesia industrial e a população operária. Analisando o período, Boris Fausto (1977) destaca a greve geral de julho de 1917, em São Paulo, e os desdobramentos sentidos tanto na organização do movimento operário quanto na reação estatal:

[a greve geral de 1917] abriria uma conjuntura histórica cujos limites se estendem cronologicamente até 1920. Ela se define antes de tudo pela emergência de um movimento social de base operária, nos centros urbanos do país. Emergência que, no plano das ações coletivas e da organização se reflete em vários níveis: maior número de greves da História brasileira, concentrado em poucos anos, até o fim da Segunda Guerra Mundial; na realização de algumas grandes manifestações de massa; no avanço da sindicalização; no surgimento de uma imprensa operária de maior amplitude; na modificação das expectativas na vida quotidiana, onde se desenha a esperança de uma alteração revolucionária do sistema social ou pelo menos a tangível possibilidade de uma vida melhor. A este ascenso da classe operária corresponde uma alteração nas relações entre as classes e grupos sociais. A chamada questão social sai de um quase esquecimento e se torna objeto de debate tanto no nível da sociedade civil quanto do Estado. (...) A preocupação do Estado pelo problema – que um lastro cultural, se encarregava ainda por vezes de negar – se corporifica sobretudo no reforço do padrão repressivo, com o aperfeiçoamento legislativo e a ampliação de medidas deste tipo (FAUSTO, 1977, p. 158-9).

Na seção anterior abordamos como as demandas sociais por educação e saúde pública mobilizaram setores progressistas das elites urbanas, críticos de um Estado alicerçado no poder político de grupos sociais extremamente conservadores, expondo a continuidade de poderes e práticas políticas que remontam aos tempos da Monarquia. Cumpre aqui destacar que as classes trabalhadoras, por seu turno, também se organizaram na cobrança por melhores condições de vida, compondo uma pauta reivindicatória bastante ampla, na qual se destacavam os protestos contra as demissões, a carestia geral, a luta por melhores salários, a fixação da jornada em oito horas e o reconhecimento político de seus sindicatos (FAUSTO,

1977, p. 133-173). Entre os operários, a identificação das causas do atraso brasileiro era, certamente, menos teórica e mais existencial, o que não equivale dizer que ficaram absolutamente indiferentes às ideias de melhoramento humano, por meios hereditários ou ambientais, amplamente vulgarizadas no início do século vinte. Como aponta a historiadora Liane Maria Bertucci (1997, p. 118), as classes operárias também se apropriaram, na vivência diária dos dilemas urbanos, de conceitos e expectativas de revigoramento humano, ideias amplamente disseminadas pela modernidade científica, voltando-as contra as classes dirigentes na forma de denúncia dos problemas sociais produzidos pelos progressos da ordem burguesa, como é possível identificar no estudo de fontes da imprensa operária.³³ Corroborado pela singularidade do horizonte cultural da época, marcado pela propagação de um evolucionismo difuso, bem como pela ampla circulação de ideias científicas na imprensa diária e meios institucionais, intelectuais socialistas e anarquistas, militantes do movimento operário, também demonstraram certo entusiasmo pelas teorias de melhoramento humano:

A recorrência dos jornais operários a noções frequentes no discurso burguês, como remodelação e aperfeiçoamento pessoal e social, ligadas à ideia de progresso, e a expressões como “evolução da humanidade”, “degeneração” e “cancro social”, corroboram a existência de uma permeabilidade causada pela vivência diária. Essas noções serão apropriadas e utilizadas pelos militantes operários na luta contra a própria sociedade que as forjara, ao denunciarem problemas e pregarem transformações utilizando argumentos burgueses, o que todavia os tornava amplamente aceitos pela parcela mais pobre da sociedade (BERTUCCI, 1997, p. 118).

Num esforço de síntese, podemos afirmar que as duas décadas que antecedem a deposição de Washington Luís delimitam um período de grande atividade política, de matizes ideológicos diversos (BRESCIANI, 2007, p.155), caracterizado, *grosso modo*, pelo questionamento às lideranças de setores conservadores da burguesia rural na condução política e econômica do país (FAUSTO, 1997). O caráter profundamente antidemocrático dos governos oligárquicos e as dissensões políticas resultantes do agravamento da crise

³³ Embora não tenhamos privilegiado, pelo escopo e limites de nossa pesquisa, uma análise detida da repercussão dos temas eugênicos no âmbito da imprensa operária – fonte fértil para a investigação de experiências sociais menos privilegiadas nos estudos históricos – procuramos situar, sempre que possível (e, talvez, com certa ligeireza, pelos motivos já indicados), a permeabilidade das questões, explícita ou implicitamente, relacionadas à Eugenia no âmbito do movimento operário. Embora não se reporte especificamente à ciência eugênica, destacamos a pesquisa de Liane Maria Bertucci (1997) que traz significativos avanços na compreensão da mobilização operária, no final do século dezenove e início do vinte, nos temas relacionados à saúde pública e revigoramento humano.

econômica mundial³⁴ sobre uma economia pouco diversificada, como aquela, precipitaram, dialeticamente, uma intensa movimentação política protagonizada por setores diversos da sociedade, muitos dos quais envolvidos pelos apelos nacionalistas num momento em que se colocavam em pauta, pelas circunstâncias sociais *sui generis*, questões relacionadas à identidade nacional, ao atraso brasileiro e à urgência da “regeneração” da população brasileira.

Nesse cenário, a Eugenia desponta como recurso científico à disposição dos ideais de progresso nacional, oscilando entre medidas reformistas de caráter sanitário-educacional e propostas mais radicais de melhoramento racial pela segregação e esterilização dos indivíduos considerados inaptos.

Analisando o *Boletim de Eugenia*, a pesquisa buscou identificar, dentre as propostas eugênicas divulgadas no período, aquelas que versaram, direta ou indiretamente, sobre a educação, mas também procurou compreender como as perspectivas em debate, no âmbito do movimento eugênico, aquilatavam os temas educacionais.

O *Boletim de Eugenia*, editado ininterruptamente entre os anos de 1929 e 1933, constitui um conjunto documental ainda pouco explorado, sobretudo nos aspectos pelos quais o abordamos; singularizou-se como veículo pioneiro voltado explicitamente à propaganda eugênica, num momento em que crescia o interesse das elites brasileiras pela Ciência de Galton diante dos desafios que as mobilizavam, sobretudo nos temas relacionados ao fortalecimento ou regeneração da população brasileira, em pleno desenvolvimento das contradições entre capital e trabalho, em tempos de grande turbulência social, econômica e política.

O movimento eugênico brasileiro apresentou especificidades importantes em relação à Eugenia produzida na Europa e nos Estados Unidos, num processo que a historiadora Nancy Stepan (2005) chamou de “apropriação seletiva” de ideias e teorias, por grupos e instituições que resignificaram, a partir de suas tradições e práticas sociais específicas, os referenciais científicos produzidos em outras latitudes. Opondo-se à ideia de imitação ou cópia para

³⁴ Boris Fausto (1977, p. 157) assinala, em meados de 1913, um momento de inflexão na economia brasileira, abrindo um período em que os preços dos produtos de exportação sofrem uma queda abrupta, enquanto a manutenção do elevado nível de importações provoca um déficit na balança comercial pela primeira vez no regime republicano. A eclosão da Grande Guerra, em 1914, acentua a recessão, paralisando a entrada de capitais estrangeiros no país e obrigando o governo a renegociar a dívida externa. Internamente, as consequências mais penosas da crise assolam as classes populares, com aumento do desemprego, redução de salários e perda de pequenas conquistas; o patronato também sentiu os efeitos da recessão, com o fechamento temporário ou definitivo de fábricas.

referir-se à adesão a teorias estrangeiras pelos intelectuais brasileiros, o cientista social Renato Ortiz (2006) ressalta, ao rechaçar a tese das “idéias fora do lugar”, abrindo um debate com Roberto Schwarz,³⁵ que antes de um consumo irrefletido ou passivo, os intelectuais escolhem, conscientemente, os referenciais teóricos com os quais passam a interpretar a realidade nacional, a partir de suas demandas internas.

Se esse processo não se dá por mera transferência de ideias de um centro difusor para outras regiões, tampouco se pode afirmar que o movimento eugênico brasileiro constituiu um campo de debate homogêneo, produzindo consensos quanto à definição de seus fundamentos e aplicações sociais.

O *Boletim de Eugenia* antecede em seis meses a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (CBE), em ocasião das comemorações do centenário da Academia Nacional de Medicina (ANM), à época presidida pelo influente médico dr. Miguel Couto, num momento em que era grande a articulação política para a incorporação de medidas eugênicas por parte do Estado, como informam o primeiro volume das *Actas e Trabalhos* (1929) do CBE. O referido Congresso reuniu a elite eugenista do país em discussões acaloradas, evidenciando a diversidade de orientações teóricas e propostas de intervenção social que constituíam o movimento eugênico brasileiro como um fenômeno polissêmico, embora unido na urgência com que tratavam dos temas relativos ao revigoramento nacional.

O valor atribuído à educação – bem como à higiene – variou em função das perspectivas em debate, mantendo-se, contudo, no horizonte do movimento eugênico brasileiro, tal como se pode concluir pelo destaque lhe conferiu o CBE, dedicando-lhe uma das três seções temáticas, ou ainda pela frequência com que a temática aparece nas páginas do *Boletim de Eugenia*. Aliás, a trajetória pessoal do médico e eugenista dr. Renato Kehl ilustra bem a diversidade de tratamentos dispensados à educação e à higiene no âmbito do movimento eugênico brasileiro, ora conferindo-lhes destaque, como na época da Sociedade Eugênica de São Paulo, da qual foi o idealizador, ora ofuscando-as em privilégio de medidas eugênicas mais radicais, como se verifica nas propostas que defendeu, do final da década de vinte em diante.

A escolha do *Boletim de Eugenia* como conjunto documental principal a informar esta pesquisa justifica-se pelo seu pioneirismo como veículo especializado, bem como pela trajetória de seu idealizador, sem dúvida, figura proeminente na história da Eugenia brasileira,

³⁵ SCHWARZ, Roberto. (1981), "As idéias fora do lugar", In: _____, *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, São Paulo: Duas Cidades, 1992.

como indicam os estudos anteriores (STEPAN, 1985, 2005; MARQUES, 1994; SOUZA, 2006; ROCHA, 2010; DIWAN, 2011). Partimos de hipóteses prévias que a análise das fontes primárias a que tivemos acesso cuidou de lapidar, nos enveredando para entendimentos diversos daqueles que tínhamos no início da pesquisa. Mas parece seguro dizer, com base na investigação, que a Eugenia construída em âmbito brasileiro, com as singularidades que apresentou em relação às teorizações européias e estadunidenses, tal como pelos debates que oportunizou entre os intelectuais daqui, constituiu-se mais como um movimento social, amalgamado a questões e perspectivas diversas em pauta na sociedade da época, do que como um ramo especializado da medicina social.

A epígrafe que abre esta Dissertação de Mestrado acaba por denunciar nossas preferências teóricas, mas também sinaliza a compreensão que temos do processo teórico-metodológico de produção da pesquisa acadêmica. Partimos de nossos entendimentos preliminares, resultado de estudos e impressões mais gerais sobre o tema de pesquisa, que tão somente cumpriram a função de nos iniciar na investigação mais detida dos fenômenos sociais apontados, sem qualquer sentido teleológico, o que subverteria a pesquisa acadêmica, no nosso caso historiográfica, a uma mera justificação, pela manipulação de fontes primárias e literatura especializada, de nossos julgamentos prévios a respeito da Eugenia, sua trajetória na história brasileira e suas relações com a educação. Nesse sentido, cabe explicitar que nossas hipóteses iniciais não resistiram à torrente de informações, dúvidas e cenários imprevistos. O contexto coletivo da pesquisa acadêmica, na troca de experiências envolvendo docentes e discentes, favoreceu o amadurecimento de hipóteses e a percepção da amplitude de perspectivas pelas quais se poderiam encaminhar as questões analisadas. Nesse processo, conclusões prematuras deram lugar a uma problematização com pouco espaço para reduções ou definições muito rígidas sobre o significado da Eugenia no Brasil, nas primeiras décadas do século vinte. Ao invés de uma ciência eugênica, como especialização médica, identificamos eugenias em debate, envolvendo uma gama de intelectuais que, partindo de orientações diversas, evidenciavam a ampla repercussão social das ideias eugênicas na sociedade da época.

No cotejo do *Boletim de Eugenia*, nosso conjunto documental principal, com outros registros, também representativos do debate eugênico, encontramos elementos que contribuíram para sua melhor caracterização, como publicação especializada no âmbito do movimento eugênico brasileiro, e permitiram uma avaliação mais abrangente da importância atribuída à educação em meio às diversas orientações presentes entre os eugenistas do

período. Nesse sentido, destacamos, dentre as outras fontes primárias que embasaram nossa pesquisa, os *Annaes de Eugenia*, uma coletânea das principais publicações e atividades da SESP, livro editado em 1919, e o primeiro volume das *Actas e Trabalhos* do CBE, publicado em 1929; oportunamente, recorreremos à imprensa diária, sobretudo a paulista e a carioca, tendo em vista a ampla repercussão dos temas eugênicos nas páginas dos jornais. Na definição das fontes primárias, buscamos compor uma seleção que fosse, no conjunto, coerente e representativa da temática investigada. As advertências de Jacques Le Goff (2003), principalmente aquelas em que nos ensina que “todo documento é um monumento”, orientaram o trabalho de caracterização geral desses registros e a reflexão metodológica de como proceder à análise crítica dos documentos selecionados, de forma a não isolá-los do seu contexto social de produção, dos interesses e das intencionalidades presentes neste processo; por isso mesmo, a decisão de cotejá-los na intenção de analisar as propostas relacionadas à educação no âmbito do debate eugênico brasileiro.

CAPÍTULO 1 – CIÊNCIA E IDEOLOGIA: A EUGENIA E A HEREDITARIEDADE DA DESIGUALDADE

1.1 Galton e a Biologia do Preconceito: Elaboração Teórica e Difusão Científica

Etienne, agora, estava entusiasmado por Darwin. Lera fragmentos seus, resumidos e vulgarizados num volume de cinco soldos, e dessa leitura mal compreendida, fazia uma idéia revolucionária da luta pela existência, os magros comendo os gordos, o povo forte devorando a fanada burguesia. Mas Suvarin irritou-se, alongou-se sobre a imbecilidade dos socialistas que aceitam Darwin, esse apóstolo da desigualdade científica, cuja famosa seleção só era boa para filósofos aristocratas. E o outro insistia, queria raciocinar e exprimia suas dúvidas por uma hipótese: a velha sociedade não existia mais, fora varrida até as migalhas; pois bem! não era de temer que o mundo novo crescesse, lentamente estragado pelas mesmas injustiças, uns fracos e outros fortes, uns mais hábeis, mais inteligentes, comendo tudo, e outros idiotizados e preguiçosos, voltando novamente à escravidão? Diante dessa visão de eterna miséria o mecânico exclamou em tom feroz que, se a justiça não era compatível com o homem, este tinha que desaparecer. Enquanto houvesse sociedades podres haveria massacres, até a extinção do último ser. E o silêncio voltou a reinar.

Germinal, Émile Zola, 1885

Durante o século dezenove, a Inglaterra atravessava profundas mudanças, sobretudo pelas transformações produzidas pelo capitalismo industrial, neste país já numa segunda fase de desenvolvimento técnico-científico, resultando numa reordenação social expressa no processo acelerado de urbanização, bem como de proletarização das massas populares, transformando as cidades fabris em lugares insalubres, de grande pobreza. Como observou Engels ([1845] 2008), ao analisar *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, a exploração do trabalho, inclusive de crianças, a superlotação em bairros operários, a falta de infraestrutura básica e a proliferação de epidemias faziam dos centros urbanos espaços de acentuada miséria e tensão social, mobilizando, em situações extremas, a atenção de políticos e intelectuais interessados na manutenção de uma determinada organização social sobre a qual

se erigia o progresso capitalista. Aliás, vale ressaltar que as preocupações das elites voltavam-se tanto para a proliferação de doenças quanto para a disseminação de idéias insurrecionais em circunstâncias tão extremas de tensão social.

Revelando a outra face do entusiasmo no progresso da economia industrial, eram perceptíveis os limites daquela modernidade capitalista em prover solução para um número crescente de problemas que se evidenciavam, cada vez mais urgentes, nos centros urbanos. O otimismo das classes dominantes, sustentado pelas suas conquistas nos campos da economia e da política, via-se abalado pelos efeitos imediatos e indisfarçáveis da desigualdade social, tal como indicados acima, ameaçando, mesmo, a manutenção de ordem vigente. Na análise deste contexto, evidenciam-se os pontos de contato entre ideologia e ciência, momento em que as teorias racistas combinadas aos novos conhecimentos da ciência biológica evolucionária expressam interesses sociais bastante específicos, anunciando o caráter biológico e hereditário das desigualdades humanas e, por extensão, das disparidades sociais verificadas. É nesse sentido que Raymond Williams (2000, p. 215) adverte “que as funções estritamente ‘intelectuais’ não podem ser isoladas”, ao passo que as ideias e conceitos que expressam sistematizam o que se pratica amplamente ou constituem interações reais, mesmo que irregulares, com a prática social. Considerar as relações viscerais entre a produção científica, particularizando a atuação de seus produtores, e as tensões e polêmicas latentes em cada sociedade é fundamental à sociologia da ciência. Nessa perspectiva, o estudo da Eugenia tem muito a contribuir para uma problematização mais acurada das dimensões social e ideológica da produção pretensamente isenta dos homens de ciência. Aliás, neste particular, Nancy Stepan (2005, p. 12) chama atenção para as limitações das análises que caracterizam a Eugenia como uma pseudociência, “uma forma conveniente de deixar de lado o envolvimento de muitos cientistas proeminentes em sua elaboração, e de ignorar questões difíceis sobre a natureza política de boa parte das ciências biológicas e humanas”.

Anteriores à configuração da ciência eugênica e às modernas teorias da hereditariedade, o preconceito de raça e a ideia de um evolucionismo difuso atravessavam o pensamento da época, prontos a hierarquizar grupos sociais, nacionais ou estrangeiros, à conveniência das elites econômicas:

Outras raças eram “inferiores” porque representavam um estágio anterior da evolução biológica ou da evolução sócio-cultural, ou então de ambas. E essa inferioridade era comprovada porque, de fato, a “raça superior” era superior pelos critérios de sua própria sociedade: tecnologicamente mais avançada,

militarmente mais poderosa, mais rica e mais “bem-sucedida”. O argumento era tão lisonjeiro quanto convincente – tão conveniente que as classes médias estavam inclinadas a tomá-lo dos aristocratas (que haviam por longo tempo se considerado uma raça superior) por razões internas e também internacionais: os pobres eram pobres porque biologicamente inferiores e, por outro lado, se cidadãos pertenciam às “raças inferiores”, não era de se espantar que eles permanecessem pobres e atrasados. (...) de uma forma primitiva, a ideia de que as classes superiores eram um tipo mais elevado de humanidade, desenvolvendo sua superioridade por endogamia, e ameaçada pela mistura com as ordens inferiores e, mais ainda, pelo rápido aumento numérico desses inferiores, era largamente aceita. Por outro lado, como a escola (sobretudo italiana) da “antropologia criminal” pretendia provar, o criminoso, o anti-social, o desprivilegiado social pertenciam a uma linhagem humana diferente e inferior da “respeitável”, e podia ser reconhecida como tal pelo mensuramento do crânio e outros métodos simples (HOBSEBAWM, 2000, p. 370).

No ritmo frenético ditado pela maquinaria, as cidades fabris cresciam desordenadamente, aprofundando as contradições inerentes ao rápido crescimento capitalista experimentado; os cortiços abrigavam milhares de trabalhadores com proles numerosas em situação de grande miséria e insalubridade. No campo e na cidade, a expansão da economia capitalista produzia a prosperidade burguesa em meio à penúria das classes trabalhadoras, gerando pressões sociais que concentraram as atenções de políticos e intelectuais, de matizes ideológicos diversos, de olho no acirramento das tensões sociais. Conta-se que o escritor francês Émile Zola (1840-1902), passou dois meses como um mineiro, na extração de carvão, vivenciando o cotidiano daqueles trabalhadores, experiência que resultou num célebre romance, em que o autor relata tanto as condições de extrema exploração dos empregados das minas, fustigados pelas péssimas condições de trabalho e moradia, bem como pelos baixos salários e carestia de alimentos, quanto a efervescência política no interior da classe operária, dividida entre argumentos anarquistas e socialistas, assombrando a burguesia endinheirada.

Como observa Pietra Diwan (2011, p. 35), analisando o contexto londrino da época, o medo crescente da multidão amotinada, cobrando direitos e melhores condições de vida, representava uma ameaça constante às classes dominantes que, por sua vez, responsabilizavam os pobres por suas próprias mazelas, ao identificar na sua condição social de subalternidade a manifestação de um *ethos* “inferior”, “degenerado”, determinado racialmente. Segundo a historiadora, os darwinistas sociais acreditavam que as populações proletárias estavam, de fato, se degenerando:

Darwinistas sociais acreditavam que a multidão que vivia nos bairros operários de Londres estava degenerando, ou seja, pobreza associada à degeneração física. (...) Diante desse quadro social e político de crise, higienistas e eugenistas entram em ação para pensar o social e “testar” suas teorias. Higienistas pregam a higiene moral da sociedade. Não somente a saúde, mas também a conduta passa a ser objeto de estudo da higiene. Nessa perspectiva, a doença torna-se um problema econômico e requererá o isolamento e a exclusão dos menos adaptados. (...) Dessa forma, paradoxalmente, na visão dos eugenistas, a proposta dos higienistas era insatisfatória por contribuir para a manutenção dos indigentes, dos doentes e dos delinquentes. (...) Melhorar as condições de vida dos grupos degenerados era o mesmo que incentivar a degeneração da “raça inglesa” (DIWAN, 2011, p. 35-6).

Como observa o brasilianista Thomas Skidmore (1989), as teorias raciais divulgadas na época partilhavam da ideia de superioridade do homem branco caucasiano em relação aos demais povos que habitavam os continentes explorados pelo colonizador europeu. A humanidade foi dividida segundo o polêmico conceito de raça, ideia que penetrou na ideologia do período de forma tão profunda quanto a noção de progresso; extensivamente, além da desigualdade entre os povos – colonizadores e colonizados – aqueles que se julgavam superiores, pela situação econômica privilegiada, também apelavam à Biologia para explicar a desigualdade social entre as classes, em suas sociedades (HOBSBAWM, 2001, p. 54).

Nesse contexto de grande efervescência social, o cientista britânico *Sir*. Francis Galton (1822-1911), um intelectual que se dedicou a áreas diversas, como a antropologia física, a meteorologia, a matemática e a estatística, entre outras, desenvolveu, no decorrer da segunda metade do século dezenove, pesquisas relacionadas à hereditariedade humana, aplicando os conhecimentos adquiridos em várias frentes no desenvolvimento de métodos de verificação da transmissão das características humanas através da descendência. É de sua autoria a palavra *Eugenia*, inspirada no grego *ευγενών*, “bem nascido”, para designar os usos sociais dos novos conhecimentos científicos sobre evolução e hereditariedade, a fim de aperfeiçoar racialmente o ser humano. *Sir* Galton era meio-primo do naturalista Charles Darwin (1809-1882) e teria nutrido grande entusiasmo pela teoria da seleção natural das espécies, apresentada na célebre obra *Origem das espécies*, publicada em 1859. A partir de então, teria iniciado pesquisas sobre a importância da variedade hereditária na reprodução doméstica e a sobrevivência dos mais aptos na “luta” pela vida, construindo as bases de sua ciência do melhoramento humano (SCHWARCZ, [1993] 2012; MARQUES, 1994; STEPAN, 2005; SOUZA, 2006; ROCHA, 2010; DIWAN, 2011).

Neto de Samuel Galton e Erasmus Darwin, o criador da Eugenia era membro de uma família burguesa de grande prestígio e herdou recursos que lhe garantiram condições para se dedicar a diversos projetos, com destaque para o estudo acerca das possibilidades de aperfeiçoamento da raça humana, seu principal objeto de pesquisa. Charles Darwin ajudou a embasar as teorias de Galton, citando-o várias vezes, mas os primos afastaram-se definitivamente após um trabalho conjunto sobre a transmissão e a hereditariedade de caracteres em coelhos, em 1865, um embate de opiniões com direito a troca de artigos na revista científica *Nature* (DIWAN, 2011, p. 38-40). Embora parecesse, às vezes, inclinado a aceitar a necessidade de algum tipo de controle eugênico sobre a reprodução humana, em nome do progresso evolucionário, Darwin relutou em abraçar explicitamente a ideia tão radical de seu primo (STEPAN, 2005, p. 31).

Em 1869, Galton publicou *Hereditary Genius: an inquiry into its laws and consequences*, obra em que procurou demonstrar, como o título sugere, o caráter hereditário da transmissão da inteligência à descendência, contrariando aqueles que atribuíam ao meio e à educação o papel fundamental e decisivo no desenvolvimento das faculdades cognitivas. A evolução de Darwin, fundamento da moderna teoria sintética,³⁶ postulava a atuação da seleção natural, ao longo das gerações, sobre os indivíduos das diversas espécies, processo pelo qual os organismos com variações favoráveis às condições do ambiente onde vivem, na “luta” pela existência, têm mais chances de sobreviver, quando comparados aos organismos com variações menos favoráveis, legando aos seus descendentes essas variações vantajosas. Galton, por seu turno, defendeu justamente a possibilidade de aplicação social desse conhecimento científico por meio da reprodução seletiva de indivíduos, distinguindo – por

³⁶ Segundo Almeida e El-Hani (2010), a teoria evolutiva proposta por Darwin, em *A Origem das Espécies*, gerou de início alguma controvérsia e polêmica, sendo amplamente aceita, a partir da década de 1870, pela comunidade científica internacional. Entretanto, a “seleção natural” ainda comportava alguma discussão entre cientistas, no final daquele século. Várias teorias que negavam o papel da *seleção natural* no processo evolutivo foram divulgadas no meio científico entre as décadas de 1890 e 1920, marcando um período de relativa diminuição na aceitação do conjunto explicativo de Darwin no meio científico, momento que o historiador da biologia Peter Bowler (BOWLER, P. *El eclipse del darwinismo*. Barcelona: Labor, 1983) denominou de “eclipse do darwinismo”. A redescoberta dos experimentos de Mendel, no início do século vinte, traria um elemento novo a esse debate, pois os primeiros geneticistas tinham dúvidas quanto à eficácia explicativa da “seleção natural” como mecanismo evolutivo, preferindo a ideia de “mutação” mais compatível com a hereditariedade mendeliana. Essa incompatibilidade entre evolução darwiniana e genética mendeliana contribuiu para o referido “eclipse do darwinismo”. Entre as décadas de 1930 e 1940, o darwinismo ressurgiu com força no cenário científico com a elaboração da “teoria sintética da evolução”, construída a partir da fusão do legado de Darwin e do mendelismo, com base nas contribuições da genética de populações e dos estudos de naturalistas de campo, mantendo-se como teoria dominante no âmbito da biologia evolutiva desde então.

mais arbitrária que essa escolha possa ser – racialmente aqueles considerados mais aptos daqueles identificados como “degenerados”, “inferiores”, a fim de se garantir um aprimoramento progressivo da espécie humana. Acreditava, mesmo, ser possível empreender em um intervalo de poucas gerações a obra que a natureza levaria milhares de anos para realizar às cegas. Na introdução de *Hereditary Genius*, Galton afirma:

I propose to show in this book that a man's natural abilities are derived by inheritance, under exactly the same limitations as are the form and physical features of the whole organic world. Consequently, as it is easy, notwithstanding those limitations, to obtain by careful selection a permanent breed of dogs or horses gifted with peculiar powers of running, or of doing anything else, so it would be quite practicable to produce a highly-gifted race of men by judicious marriages during several consecutive generations (GALTON [1869], 1979. p. 1).³⁷

A reprodução seletiva de seres humanos considerados superiores, pela identificação de qualidades inatas, seria um caminho “cientificamente” seguro para se elevar o valor biológico, racial, de uma sociedade, tal como há muito já se praticava na criação de cães e cavalos, mantendo-se linhagens portadoras de certas qualidades. Galton estava convicto de que o cuidado no registro genealógico familiar e o incentivo aos casamentos entre linhagens com *pedigree* constituíam medidas capazes, no intervalo de algumas gerações consecutivas, de garantir uma raça dotada de qualidades superiores. Convencido da desigualdade racial dos indivíduos e da transmissão hereditária das aptidões e degenerações à descendência, Galton era cético em relação à importância da educação na determinação do intelecto e, por conseguinte, no aprimoramento dos indivíduos de uma sociedade. Os esforços no campo da higiene e da assistência social agiriam, no seu entendimento, em favor dos degenerados, contrariando o curso normal e esperado da evolução.

I shall show that social agencies of an ordinary character, whose influences are little suspected, are at this moment working towards the degradation of human nature, and that others are working towards its improvement. I conclude that each generation has enormous power over the natural gifts of those that follow, and maintain that it is a duty we owe to humanity to

³⁷ “Proponho a mostrar neste livro que as habilidades naturais do homem são derivadas por herança, sob exatamente as mesmas limitações que são a forma e as características físicas de todo o mundo orgânico. Consequentemente, assim como é fácil, não obstante suas limitações, para obter pela seleção cuidadosa uma raça permanente de cães ou cavalos dotados de poderes peculiares de velocidade, ou para fazer qualquer outra coisa, também seria bastante viável produzir uma raça altamente dotada de homens por casamentos criteriosos durante várias gerações consecutivas” (tradução nossa).

investigate the range of that power, and to exercise it in way that, without being unwise towards ourselves, shall be most advantageous to future inhabitants of the earth (GALTON [1869], 1979. p. 1).³⁸

Mais a frente, o eugenista é categórico ao rechaçar a ideia de uma igualdade natural quanto às capacidades individuais, que seriam desenvolvidas pelas circunstâncias sociais, por intermédio da educação, por exemplo.

I have no patience with the hypothesis occasionally expressed, and often implied, especially in tales written to teach children to be good, that babies are born pretty much alike, and that the sole agencies in creating differences between boy and boy, and man and man, are steady application and moral effort. It is in the most unqualified manner that I object to pretensions of natural equality. The experiences of the nursery, the school, the University, and of professional careers, are a chain of proofs to the contrary (GALTON [1869], 1979, p. 14).³⁹

É na obra *Inquiries into human faculty and its development*, publicada em 1883, que Galton emprega pela primeira vez a palavra Eugenia, referindo-se ao “cultivo da raça”, na perspectiva que já vinha anunciando em trabalhos anteriores:

(...) on what is termed in Greek, eugenes namely, good in stock, hereditarily endowed with noble qualities. This, and the allied words, eugeneia, etc., are equally applicable to men, brutes, and plants. We greatly want a brief word to express the science of improving stock, which is by no means confined to questions of judicious mating, but which, especially in the case of man, takes cognisance of all influences that tend in however remote a degree to give to the more suitable races or strains of blood a better chance of prevailing speedily over the less suitable than they otherwise would have had (GALTON [1883], 1907. p. 17).⁴⁰

³⁸ “Vou mostrar que as agências sociais de caráter ordinário, cujas influências são pouco suspeitas, estão neste momento a trabalhar para a degradação da natureza humana, e que os outros estão a trabalhar para o seu aperfeiçoamento. Concluo que cada geração tem um enorme poder sobre os dons naturais das pessoas que seguem, sustento / defendo que é um dever que temos para com a humanidade para investigar o alcance desse poder e exercê-lo de modo que, sem ser insensato para nós mesmos, será mais vantajoso para os futuros habitantes da Terra” (tradução nossa).

³⁹ “Não tenho paciência com a hipótese ocasionalmente expressa, e muitas vezes sugerida especialmente em contos escritos para ensinar as crianças a serem boas, que os bebês nascem praticamente iguais, e que as únicas razões responsáveis pela criação de diferenças entre menino e menino, e homem e homem, são aplicação rígida e esforço moral. É da maneira menos qualificada o possível que eu me oponho a pretensão de igualdade natural. As experiências da creche, a escola, a universidade, e das carreiras profissionais, são uma cadeia de provas em contrário” (tradução nossa).

⁴⁰ “(...) sobre o que é chamado em grego *eugenes*, ou seja, bom em estoque, hereditariamente dotado de qualidades nobres. Esta e as palavras aliadas *eugeneia*, etc, são igualmente aplicáveis aos homens, feras e plantas. Queremos muito uma (breve palavra) oportunidade para expressar a ciência da melhoria da linhagem, que não é de forma confinada a questões de casamentos arranjados, mas que,

Não obstante a ampla repercussão das ideias de Galton na Europa e nos Estados Unidos, Nancy Stepan (2005, p. 31) se acautela em ressaltar que, até o final do século dezenove, a repulsa moral e a consequente aversão política a qualquer tentativa de interferência direta na reprodução humana impediram que os preceitos eugênicos se traduzissem diretamente em qualquer forma de intervenção social.



Figura 1: O cientista britânico Francis Galton aos 82 anos.⁴¹

especialmente no caso do homem, que toma conhecimento de todas as influências que tendem, a um grau ainda que remoto, de dar às raças ou linhagens de sangue uma melhor chance de prevalecer rapidamente sobre o menos adequados” (tradução nossa).

⁴¹ A imagem é uma fotografia de um quadro do célebre pintor Charles Wellington Furse (1868-1904), em exposição, desde 1954, na *National Portrait Gallery*, em Londres. A imagem ilustrou as primeiras páginas das edições de abril de 1929 (n. 4) e agosto de 1930 (n. 20) do *Boletim de Eugénia*; também aparece no jornal carioca *Correio da Manhã*, no dia 3 de março de 1932, ilustrando uma breve matéria sobre o Congresso de Eugenia em New York (CONGRESSO..., 1932, p. 3).

Taille 1 ^m	Oreille dr. / Long ^e / Larg ^e	Long ^e	Pied g.	N ^o de cl.	Agé de
Voute		Larg ^e	Médus g.		né le
Reverg 1 ^m		Long ^e	Auric ^{le} g.		à
Buste 0,		Larg ^e	Coudée g.		dép ^{te}
				Part ^{ie}	Age app ^{rox}

(Réduction photographique 1/7.)

Mr. Galton 19.4.93

Front.	Inclin ^e	Nev.	Racine (cavité)	Oreille droite.	Bord o. s. p. f.	Barbe	Color (pig ^{ment})
	Haut ^e		Dos Base		Lob. c. a. m. d.	Cheveux	
	Larg ^e		Haut ^e Saillie Larg ^e		A. trg. l. p. r. d.	Car	
	Part ^{ie}		l. l.		Pli. f. s. h. E.	Ceint.	
		Part ^{ie}				Autres traits caractéristiques :	
						Sig ^{ne} dressé par M.	

Figura 2: Cartão antropométrico de Francis Galton (1893).⁴²

⁴² Cartão antropométrico de Francis Galton, com fotos (frente e perfil), e espaços para registro das medidas corporais, tomadas por Alphonse Bertillon, em 1893. Fonte: *University College of London*. Disponível em: <<http://www.eugenicsarchive.org/html/eugenics/index2.html?tag=233>>. Acessado em: 18 set. 2013.



Figura 3: Galton, aos 87 anos, ao lado de seu amigo e discípulo dileto, Karl Pearson.⁴³

⁴³ Karl Pearson (1957-1936) fundou, junto com Galton, a revista *Biometrika*, voltada ao desenvolvimento da teoria estatística. Também foi responsável pela fundação da revista *Annals of Eugenics*, em 1925. Disponível em: <<http://galton.org>>. Acessado em: 18 set. 2013.



Figura 4: Galton em 1864.⁴⁴

⁴⁴ Francis Galton aos 42 anos de idade. Fonte: *University College of London*. Disponível em: <<http://www.eugenicsarchive.org/html/eugenics/index2.html?tag=233>>. Acessado em: 18 set. 2013.

Não há dúvidas, contudo, que as ideias eugênicas adquiriram crescente prestígio nos meios intelectuais e políticos na passagem para o século vinte. Como observa o historiador Vanderlei Sebastião de Souza (2006, p. 9-10), as concepções eugênicas sobre melhoramento racial associaram-se intimamente às discussões sobre evolução, seleção natural e social, progresso e degeneração, centrais nas análises científicas e sociais no final do século dezenove; a suposição de que as doenças, como a tuberculose e a sífilis, os distúrbios mentais, o alcoolismo e a criminalidade, bem como os comportamentos sociais, de uma forma geral, derivavam fundamentalmente da hereditariedade era uma convicção que atraía cada vez mais adeptos no início do século passado.

Num contexto social marcado por grande agitação social, com reivindicações dos trabalhadores por direitos políticos e melhores condições de vida e trabalho, a elevada taxa de reprodução dos considerados inadequados era vislumbrada, pelos adeptos da Eugenia, como uma ameaça biológica em potencial para o futuro da nação. Para Galton, a raça moderna estaria, mesmo, “sobrecarregada” e caminharía para a “degeneração”, pois à medida que a civilização humana avançava, também aumentavam as proteções aos fracos e inadequados, favorecendo a perpetuação dessas linhagens, o que justificaria uma seleção social, deliberada, já que se atenuavam, por meios artificiais, os efeitos da seleção natural.

A divulgação, em 1890, dos estudos do biólogo alemão August Weismann (1834-1914) e a redescoberta, em 1900, das experiências do botânico austríaco Gregor Johann Mendel (1822-1884), conhecimentos que confirmavam a teoria da exclusividade dos mecanismos hereditários, independentes do meio ambiente, na transmissão das características à descendência, favoreceram o debate e a aceitação das ideias de Galton no meio científico da época. Essas teorias também fizeram muitos adeptos entre cientistas que já estavam questionando a tese lamarckiana⁴⁵ de transmissão hereditária de caracteres adquiridos ao longo da vida (STEPAN, 2005, p. 31-5). Ressaltar a repercussão dessas novidades científicas é fundamental para que possamos compreender como os receios acerca de uma possível degeneração racial da população fizeram cada vez mais adeptos nas sociedades da época e

⁴⁵ O francês Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet, Chevalier de Lamarck (1744-1829) havia desenvolvido a primeira explicação científica sistemática do “transformismo”, uma teoria radical da evolução de sucessivas formas de espécies, hoje rechaçada pelos biólogos, em que a “hereditariedade de características adquiridas” explicava o mecanismo pelo qual as mudanças induzidas de fora em um organismo vivo poderiam ser transmitidas às futuras gerações, provocando transmutações, como ilustra o recorrente exemplo da girafa, que ao esticar o pescoço para comer as folhas de galhos mais altos, transformou-se, ao longo das gerações, em uma espécie de pescoço alongado (STEPAN 2005, 78).

forneeceram novos argumentos para o questionamento dos investimentos em educação e higiene como meios válidos e eficazes para o melhoramento das populações nacionais. Galton estava convencido de que o intelecto e, mesmo, a proeminência social dos membros das elites de uma sociedade – incluindo-se nesse seleto estamento biológico-social – explicavam-se em termos raciais, sem relação determinante com a educação que receberam ou com as oportunidades sociais das quais desfrutaram, tal como pareciam endossar as modernas teorias da hereditariedade, num entendimento bastante particular.

Rapidamente, sociedades eugênicas foram criadas em vários países, ampliando o círculo de intelectuais empenhados na discussão de medidas eugênicas para o melhoramento racial de suas populações. Dentre as várias sociedades eugênicas fundadas no início do século passado, Nancy Stepan (2005, p. 36) destaca a primeira, a *German Society for Racial Hygiene* (Berlim, 1905), seguida de outras como a *Eugenics Education Society* (Londres, 1907-1908), o *Eugenics Record Office* (New York, 1910) e a *Société Eugénique Française* (Paris, 1912). Em 1918, sob os auspícios do influente dr. Arnaldo Viera de Carvalho, diretor da recém criada Faculdade de Medicina de São Paulo, e por empenho pessoal do médico dr. Renato Ferraz Kehl, é fundada, na capital paulista, a Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), a primeira do gênero na América do Sul. Um ano antes, o jornal *Correio Paulistano*, divulgava a aprovação da solicitação enviada à Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (SMC-SP), pelo dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, para que a sociedade médica cedesse o salão nobre de sua sede para a realização da sessão que fundaria a futura entidade eugênica. A notícia também destacava o entusiasmo da SMC-SP com a proposta de criação de “tão louvável instituição”, declarando, nas palavras do dr. Ovideo Pires de Campos, o apoio à iniciativa de Renato Kehl (A SESSÃO..., 1917, p. 5).

Repercutindo a ampla difusão das ideias eugênicas no cenário internacional, o mesmo jornal, na edição de 7 de março de 1923, dava notícia das principais iniciativas de institucionalização da ciência galtoniana:

Desde 1900 que o movimento do qual foi elle [Galton] o iniciador se estendeu singularmente por toda a Inglaterra e fóra da Inglaterra. Em 1905, a American Breeders Association de S. Louis creou uma secção de Eugenia; em 1908, igualmente, em Nova York, foi fundado o “Eugenic Record Office”; em 1912, em Londres, sob os auspícios da “Eugenical Society”, reuniu-se o primeiro congresso internacional de Eugenia (DUMAS, 1923, p. 3).

Diversos países aprovaram leis de esterilização de indivíduos considerados inaptos por aspectos físicos, mentais e comportamentais, destacando-se as primeiras medidas adotadas na Europa, no cantão de Vaude, na Suíça, em 1928; no ano seguinte, foi a vez da Dinamarca, país que promoveu mais de 8.500 esterilizações, entre 1930 e 1949. Na Suécia, onde foi criado, em 1921, o Instituto para Raça e Biologia, ligado à Universidade de Uppsala, cerca de 15.000 pessoas foram esterilizadas, a partir de 1935. Nos Estados Unidos, país líder na aprovação de legislação eugênica antes da década de trinta, cerca de 24 estados aprovaram leis de esterilização involuntária, voltadas sobretudo a internos pobres, geralmente negros, das instituições para deficientes mentais, alcançando cerca de 30.000 indivíduos esterilizados em meados da década de trinta, número que se eleva para 70.000 até o final da Segunda Grande Guerra. A Alemanha Nazista foi a que apresentou a mais abrangente legislação sobre esterilização, já a partir de 1933, levando a medida a cabo para cerca de 1% de sua população total (STEPAN, 2005, p. 36-9).

Em 1911, realizou-se, em Londres, o Congresso Universal das Raças, com a presença do Brasil, representado pelos antropólogos João Batista de Lacerda e Edgard Roquette-Pinto, ambos do Museu Nacional (SOUZA; SANTOS, 2012). No ano seguinte, após a morte de Galton, realizou-se o Primeiro Congresso Internacional de Eugenia, também em Londres, por iniciativa da *Eugenics Education Society*, sob a liderança de Leonard Darwin, filho de Charles Darwin. Não obstante a popularidade que a Eugenia alcançou entre muitos intelectuais brasileiros, especialmente aqueles mobilizados pelas questões relativas à interpretação da nacionalidade por vias raciais, não faltaram vozes a criticá-la pelo caráter excessivamente especulativo de seus propósitos de regeneração nacional, profundamente imbricados na desigualdade verificada nas relações sociais. Nesse sentido, e como forma de situar vozes dissonantes à apologia da Ciência de Galton, destacamos um artigo, não assinado, publicado no jornal carioca *A Noite*, em junho de 1912, sobre a realização do 1º Congresso Internacional de Eugenia, acima referido:

O êxito da prégação da Eugenia entre a burguesia inglesa é um facto natural. Essa gente (...) vio logo na bôa nova de Francis Galton a promessa de uma grande economia. Eliminar os pobres, os criminosos, os vadios, impedil-os de se reproduzirem, creando novas gerações de vagabundos para onerar com impostos a gente trabalhadora e honesta, era o ideal supremo da felicidade burgueza. E assim nasceu a sociedade dos eugenistas, que ha uma meia dúzia de annos prégam incessantemente os principios da nova sciencia (...) Todos os discipulos, partindo do ponto de vista do mestre, estão absolutamente convencidos de que sabem a fundo todos os mysterios da

biologia e que a Natureza não nos occulta mais segredo algum. Robustecidos por essa admirável fé, elles não hesitam na sua tarefa de eliminar os *typos* infortunados, que não se coadunam com o padrão humano, idealizado pelo fundador da Eugénica. (...) O que deixamos dito sobre a Eugénica basta para mostrar como a nova sciencia paira ainda na região fronteira entre a charlatanice e os conhecimentos verdadeiramente scientificos (O 1º CONGRESSO..., 1912, p. 3).

Quase uma década depois, em 1921, realiza-se, na cidade de New York, o Segundo Congresso Internacional de Eugénica (DIWAN, 2011). Em 1932, na mesma cidade, acontece uma terceira edição do Congresso, evidenciando a popularidade que a Eugénica adquiriu no período.

Como ciência, a Eugénica repercutiu o dinamismo do debate científico no campo da biologia, interagindo com as modernas teorias que se colocavam em pauta na época, e aproximou-se do campo da antropologia física, criando métodos antropométricos para a verificação das variações raciais; como movimento social, postulou a aplicação de medidas eugênicas, legitimadas pela suposta isenção científica de seus propósitos de melhoramento humano, voltando-se, sobretudo nas ações de cunho repressivo, às populações pobres, aos enfermos, negros e mulatos, indivíduos com deficiências físicas, doentes mentais, imigrantes de nacionalidades consideradas inferiores, viciados e infratores. Sua implementação em diferentes contextos desafia pesquisadores a compreendê-la à luz das especificidades nacionais, de forma a flagrá-la em relação dinâmica com ideologias diversas, imbricada em temas e debates candentes em cada sociedade, o que torna suas experiências particulares no tempo e no espaço. Nesse sentido, é preciso reconhecer que nem sempre as eugenias desenvolvidas em partes diferentes do globo corresponderam às formulações originais, definidas pelo próprio Galton e seus principais colaboradores, que a assentavam nas bases sólidas da hereditariedade mendeliana, em oposição às teses neolamarckianas. Historicamente, a Eugénica assumiu contornos diversos, em complexos processos de apropriação e desenvolvimento em contextos nacionais, o que nos remete à necessária investigação sócio-histórica de como se deu a sua inserção em cenários sociais, políticos e culturais singulares, de forma a compreender com quais questões se relacionou e guardou estreita correspondência.

Embora seja possível destacar experiências – isoladas – mais atreladas ao sanitarismo e à educação, em que se praticou uma Eugénica mais “branda”, nem por isso menos conservadora e aviltante, a Ciência de Galton, como fenômeno social e cultural, comportou, de modo geral, formas variadas de opressão social, particularizadas na experiência de cada

país, dissimulando-se, pelo recurso aos ideais de neutralidade e objetividade atribuídos ao método científico, os usos sociais de postulados e teorias biológicas por especialistas, profissionais liberais e políticos de modo algum indiferentes aos debates e tensões latentes nas sociedades em que viviam, reproduzindo em suas práticas de ofício mais que conhecimentos isolados ou isentos em relação ao contexto social mais amplo no qual se viam implicados (Williams, 2000, p. 215-6).

Nesse sentido, Hobsbawm (2001, p. 351), atentando às vinculações entre biologia e ideologia, particularmente evidentes no caso da ciência eugênica, destaca a variação de perfis que o movimento eugênico comportou na sua difusão internacional:

(...) essencialmente, um movimento político, em sua esmagadora maioria composto por membros da classe média e burguesia, que pressionavam os governos para que implantassem programas de ações positivas ou negativas visando a melhorar a condição genética da espécie humana. Os eugenistas extremistas acreditavam que as condições do homem e da sociedade poderiam ser melhoradas *apenas* através da melhoria genética da espécie humana – por meio da concentração e do incentivo às estirpes humanas de valor (em geral identificadas à burguesia ou às raças adequadamente coloridas, como a “nórdica”), e da eliminação das indesejáveis (em geral identificadas aos pobres, colonizados ou estrangeiros impopulares). Os eugenistas menos extremistas deixavam alguma margem às reformas sociais, à educação e às mudanças ambientais em geral (...) não se identificava exclusivamente com qualquer setor político da classe média antes de 1914, não mais que as teorias sobre a raça, muito populares, entre as quais figurava. Temas ligados à eugenia surgiram na música ideológica dos liberais, dos reformadores sociais, dos socialistas fabianos e alguns outros setores de esquerda, nos países em que o movimento ficou na moda (...).

Chamando atenção às raízes sociais do argumento eugênico, Nancy Stepan (2005, p. 33) destaca como a linguagem desinteressada da ciência é evocada para disfarçar motivações sociais e preconceitos arraigados à prática social das classes dominantes.

Cabe salientar que embora o termo Eugenia tenha sido cunhado no final do século dezenove para designar uma ciência que visava empreender, ao sabor das modernas teorias biológicas divulgadas no período, o melhoramento racial de uma população, distinguindo, em meio aos grupos desigualmente favorecidos pelas condições de existência, os aptos e os inaptos, desde a antiguidade as relações políticas de dominação e subordinação alimentaram ideologias diversas, muitas vezes resultando em uma arbitrária distinção social baseada na suposta superioridade de uns em relação à inferioridade de outros, com base na identificação das desigualdades sociais entre grupos humanos. Foi recorrente entre os eugenistas, incluindo-

1.2 Brasil: Eugenia e Regeneração Nacional

Se soubesses, porém, quanto custa ouvir cara a cara: Não lhe dou minha filha, porque o senhor é indigno dela, o senhor é filho de uma escrava! Se me dissessem: É porque é pobre! Que diabo! eu trabalharia! se me dissessem: É porque não tem uma posição social! juro-te que a conquistaria, fosse como fosse! É porque é um infame! um ladrão! um miserável! eu me comprometeria a fazer de mim o melhor modelo dos homens de bem! Mas um ex-escravo, um filho de negra, um mulato! E, como hei de transformar todo meu sangue, gota por gota? como hei de apagar a minha história da lembrança de toda esta gente que me detesta?
O mulato, Aloizio de Azevedo

Os admiráveis processos hoje em emprego na criação dos belos cavalos puro-sangue passaram a reger a criação do homem na América. (...) Desapareceram os peludos – os surdos-mudos, os aleijados, os loucos, os morféuticos, os histéricos, os criminosos natos, os fanáticos, os gramáticos, os místicos, os retóricos, os vigaristas, os corruptores de donzelas, as prostitutas, a legião inteira de mal-formados no físico e no moral, causadores de todas as perturbações da sociedade humana.
O presidente negro ou o Choque de raças, Monteiro Lobato

Na conferência *A eugenia no Brasil: esboço historico e bibliographico*, apresentada em 1929, no CBE, Renato Kehl destacou aqueles que seriam os primeiros trabalhos sobre Eugenia no país, logo no início da segunda década do século vinte. Tratavam-se dos artigos de Erasmo Braga, João Ribeiro e Horácio de Carvalho, este último com uma matéria publicada em 1912, no jornal *O Estado de S. Paulo*, noticiando as ideias e a organização do movimento eugênico na Inglaterra; o literato João Ribeiro teria sido o responsável por fixar o termo *Eugenia* ao invés de *Eugenica* para designar a Ciência de Galton no Brasil (RIBEIRO, 1929, p. 3). Em seguida, Kehl mencionou a tese do dr. Alexandre Tepedinho, apresentada em 1914, sob a orientação do dr. Miguel Couto, na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FM-RJ). A tese, intitulada *Eugenia*, trazia um panorama amplo sobre o significado da nova ciência para o futuro da raça, com uma preocupação especial em demonstrar a relação entre o Direito e formulação das leis eugênicas (KEHL, 1929f, p. 52-3).

No entanto, consta que, em 1867, o médico Alfredo Ferreira de Magalhães, à época à frente da cadeira de “Biologia e Higiene Geral”, do Instituto Normal do estado da Bahia, já fazia referência à Eugenia no âmbito da Puericultura, no estudo da Higiene; em 1913, o médico baiano associou-se à Sociedade Francesa de Eugenia, o que o levou a questionar, mais tarde, o pioneirismo dos paulistas no encaminhamento desta ciência no país (KUHLMANN JR., 2001, p. 163). Segundo Souza (2006, p. 29-31), também em 1913, o dr. Magalhães, que foi professor da Faculdade de Medicina da Bahia e diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância, proferiu a primeira conferência sobre Eugenia que se tem notícia no país. Sob o título *Pró Eugenismo*, Alfredo Ferreira de Magalhães destacou a importância eugênica da educação familiar, como forma de impedir a propagação de vícios e doenças venéreas, *males sociais*, vetores da degeneração física e moral da raça. O historiador destaca, ainda, um pequeno trabalho publicado no Rio de Janeiro, em 1916, pelo eugenista inglês, residente no Brasil, Charles W. Arminstrong, mostrando estreita relação com as ideias que grassavam entre os eugenistas europeus, como a seleção natural de Darwin e a hereditariedade mendeliana, mas distanciando-se das orientações eugênicas partilhadas pelos intelectuais brasileiros; outra iniciativa pontuada é o livro *Do conceito eugênico do habitat brasileiro*, publicado em 1917, de autoria do médico João Henrique, ressaltando a importância da Eugenia para o futuro da nacionalidade.⁴⁷

Todavia, para compreendermos as circunstâncias em que a Eugenia foi introduzida no meio intelectual brasileiro e a relevância que assumiu, ao longo das primeiras décadas do século vinte, nas discussões acerca da interpretação da nacionalidade brasileira e da identificação dos obstáculos ao progresso nacional, é essencial ter em perspectiva o contexto mais amplo no qual o país se inseria, período historicamente particularizado pela difusão internacional da economia capitalista, a socialização de seus modelos civilizatórios e a universalização do conhecimento científico – esse último, imediatamente identificado com os avanços verificados no mundo produtivo. Progressos que se anunciavam, como nas Exposições Universais, vinculados aos valores e ideias de solidariedade entre as nações e harmonia entre as classes sociais, transmitindo confiança nas potencialidades do controle humano sobre a natureza, dissimulando, por outro lado, a exploração do homem pelo homem e a concorrência imperialista entre os países (PESAVENTO, 1997, p. 44). O período que se

⁴⁷ Vanderlei Sebastião de Souza (2006, p. 29) dá a indicação destas obras que remetem ao início da difusão da Eugenia no país: MAGALHÃES, Alfredo Ferreira de. *Pró Eugenismo*. Bahia: Tiphografia de São Francisco, 1913; ARMINSTRONG, Charles W. *Melhoremos a nossa raça*. Rio de Janeiro, Editora Imprensa Inglesa, 1916; HENRIQUE, João. *Do conceito eugênico do habitat brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora Tipografia Besnard Frères, 1917. Nesta pesquisa, não tivemos acesso a estas obras.

estende de meados do século dezenove ao início do vinte é marcado pela crença otimista no progresso e na ciência, mobilizando as nações ocidentais a orientarem-se pelos novos instrumentos e processos produtivos que anunciavam o trilhar rumo à civilização; nas Exposições Universais – espaço singular de divulgação de ideias científicas, tecnológicas, comerciais e ideológicas – “representavam-se projetos que construíam a ilusão do progresso como realidade tangível”, associando o internacionalismo patronal capitalista à própria difusão científica (KUHLMANN JR., 2002, p. 494; 2010b, p. 193). As ideias de civilização e progresso, paradigmáticas naquele contexto, não eram compreendidas como relativas às especificidades históricas uma determinada sociedade, mas como modelos universais, na forma das teorias evolucionistas que grassavam entre boa parte dos intelectuais do período, prevendo um movimento ascendente, como uma lei natural da evolução das sociedades humanas, progredindo-se do mais “simples” às formas mais “complexas”, fórmula etnocêntrica que permitia classificar as sociedades numa escala evolutiva em que as nações européias ocidentais, tecnologicamente mais avançadas, representavam o ápice dessa evolução histórica universal (SCHWARCZ [1993] 2012 p. 75-6).

Se de um lado, a ampla divulgação internacional das teorias raciais⁴⁸ e a apropriação destas por muitos intelectuais brasileiros empenhados em interpretar, sob bases “científicas”, a igualdade civil postulada pela Constituição de 1891 – negando-a como um leso equívoco – permitiu deslocar a identificação dos males nacionais do campo das relações sociais, ao atribuir à suposta desigualdade racial as causas fundamentais da miséria das classes populares altamente miscigenadas, de outro, esse expediente também causou certo desconforto entre aqueles que desejavam ver o país ocupando um lugar no “concerto das nações civilizadas”, já que o perfil populacional brasileiro, segundo tais teorias, contrariava as esperanças de progresso nacional (CORRÊA, 1998, p. 42-3). Assim, embora essas teorias, em suas formulações originais, recriminassem a miscigenação, com previsões alarmistas de degeneração racial, intelectuais como Silvio Romero e João Batista de Lacerda, interpretando-as à luz das expectativas de progresso nacional,⁴⁹ foram hábeis em traduzir o entusiasmo das

⁴⁸ Tenha-se em mente teóricos como Gobineau (1816-1882), Agassiz (1807-1873), Quatrefage (1810-1892), Broca (1824-1880) e Taine (1828-1893), para citarmos os mais recorrentes, bem como o desenvolvimento de toda uma metodologia sob a insígnia da “ciência objetiva” voltada à mensuração das “diferenças raciais” nos grupos humanos, escopo da frenologia de Gall (1758-1828), mais tarde retomada e desenvolvida por Lombroso (1835-1909), e da antropometria de Galton (1822-1911), importante recurso no âmbito de sua ciência eugênica.

⁴⁹ Como adverte Renato Ortiz (2006, p. 30), a escolha dessas teorias pelos intelectuais brasileiros é precedida por uma seleção que se orienta pelas demandas impostas internamente, num contexto em que se enfrentava o desafio de se construir uma dada identidade nacional.

elites brasileiras pela política de imigração européia, assumindo-a como uma alternativa, ao mesmo tempo, para a substituição do braço escravo e a regeneração do perfil racial brasileiro, antevendo um progressivo branqueamento da população,⁵⁰ não obstante o ceticismo de intelectuais como Nina Rodrigues. Lacerda, diretor do Museu Nacional, anunciava, em 1911, que no decorrer de um século o mestiço desapareceria da sociedade brasileira, como resultado dos processos de miscigenação e imigração européia (CASTRO-SANTOS, 1985, p. 3). Como observa Skidmore (1989, p. 81), a teoria brasileira do branqueamento foi aceita pela maior parte da elite brasileira.

Reavaliada a questão da miscigenação, apostou-se na progressiva melhora do perfil racial da população brasileira pela depuração, através do sangue europeu, daquilo que muitos intelectuais do período consideravam como as “causas fundamentais de nossa inferioridade”: a presença do negro e dos mestiços na composição populacional do país. Nesse sentido, cria-se um otimismo quanto às possibilidades de se agir sobre o futuro da população nacional, regenerando-a, senda aberta às ideias eugênicas que já começavam, nas primeiras décadas do século vinte, a atrair a atenção de intelectuais e políticos envolvidos nessas discussões (STEPAN, 1985, p. 170-1).

Nesse contexto bastante particular, as expectativas de progresso civilizatório associam-se às ideias de melhoramento humano e regeneração nacional, favorecendo o aparecimento de propostas salvacionistas de revigoramento da nação por meio da educação, do sanitarismo e da eugenia.

Sob o forte apelo da campanha nacionalista, amplamente divulgada pelas pregações cívico-patrióticas das ligas e associações que se organizavam no período – com destaque para a eloquência de Bilac ao anunciar a “gravidade da situação moral” – multiplicaram-se, em número e qualidade, os congressos, inquéritos e conferências voltados ao debate dos problemas educacionais (NAGLE, 1978, p. 262), num momento em que o sanitarismo também se firmava como espaço de debate das questões atinentes à regeneração nacional. Castro-Santos (1985, p. 11), analisando *O pensamento sanitarista na Primeira República*, chama atenção para o papel que o movimento sanitário desempenhou no projeto ideológico de construção da nacionalidade, sobretudo no período da Grande Guerra (1914-1918), em que se registrou uma acentuada diminuição das correntes imigratórias, frustrando a via privilegiada pelos planos de regeneração nacional de corte racista. Segundo o sociólogo, a construção da

⁵⁰ Ver discussão desenvolvida na Introdução.

nacionalidade, como acenavam os sanitaristas, passava pela saúde pública; nesse sentido, o atraso nacional se explicava pela doença e não pelo determinismo biológico (racial).

Vale destacar, no entanto, que foi justamente com a popularidade que o movimento sanitarista alcançou, naquele período, que a Eugenia, ciência que postulava o melhoramento humano, encontrou espaço para se embrenhar entre os intelectuais mobilizados pelo problema da regeneração nacional. Assim, o desenvolvimento das ideias eugênicas no Brasil se favoreceu da perspectiva que via nas condições ambientais a responsabilidade pelas modificações dos seres vivos (KUHLMANN JR., 2002, p. 470). Como observa a historiadora Nancy Stepan (2005, p. 95), “a visão eugênica neolamarckiana⁵¹ da década de 1920 era congruente, em termos amplos, com as ciências do saneamento, que acabavam de estabelecer-se como centro dos programas de melhoramento”.

Nas palavras do dr. Olegário de Moura, vice-presidente da SESP, saneamento e eugenia caminhavam de mãos dadas:

Diga-se desde logo que Saneamento e Eugénia é uma e mesma coisa. Para o público, Saneamento é talvez uma palavra mais comprehesível, mais accessível. Pois bem, não ha motivo algum para ser recusada a palavra Eugénia, tanto mais que esta tem caracter scientifico. Quem quizer chame Saneamento. Quem quizer chame Eugénia. Ao Brasil o que interessa é que a questão caminhe, é que a questão se apresente a todos, é que a questão se vá derramando sobre a collectividade brasileira e se vá infiltrando na consciencia nacional. Saneamento-Eugénia aspira ser, e, de facto é, o fundamento essencial, incontestado e logico para o desdobramento e para a márchã ascendente da civilização, nesta parte do planeta (MOURA, 1919, p. 82).

Numa época de intensa atividade política, mobilizando setores diversos da sociedade (BRESCIANI, 2007, p. 155), destacava-se o caráter modernizante dos movimentos em prol da saúde pública e da educação, demandas sociais assumidas por intelectuais de formações profissionais variadas, não obstante a forte presença de médicos nesses processos, atraídos

⁵¹ O neolamarckismo, expressão utilizada pela primeira vez pelo biólogo estadunidense Alphonse Packard, em 1855, passou a representar uma teoria particular sobre os mecanismos da transmissão “hereditária dos caracteres adquiridos”. O neolamarckismo, tal como se difundiu, fornecia uma base teórica favorável às ações de sanitaristas e educadores, em relação à evolução darwiniana, fornecendo, também, sustentação ao desenvolvimento da Eugenia na América Latina, distintamente do que ocorria em países como Inglaterra e Estados Unidos, em que Ciência de Galton firmava suas bases na hereditariedade mendeliana, levando seus eugenistas a preterirem as propostas de reformas sociais, pelos efeitos restritos a uma única geração, privilegiando as biológicas, cujos efeitos se estenderiam aos descendentes (STEPAN, 2005, p. 76-9).

pelas expectativas de regeneração da nação, geralmente expressando descontentamento com o descaso governamental em assuntos de elevada importância para o futuro nacional. Segundo Vera Beltrão Marques (1994, p. 40), o discurso eugenista, na época da fundação da SESP, relacionando saneamento, eugenia, nacionalismo, civilização e progresso, demonstrava, em última instância, uma tentativa de dar respostas a questões que estavam na ordem do dia.

Como destaca Kuhlmann Jr. (2001, 168; 2002, p. 466-74), durante os trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI) e do Terceiro Congresso Americano da Criança (3º CAC), realizados na capital federal, durante a Exposição Universal comemorativa do centenário da independência, em 1922, as propostas nas áreas da saúde e da educação se entrelaçavam de tal forma que se tornavam mutuamente subordinadas ao propósito de construir as bases da nação moderna e ordeira, corroborando, assim, as expectativas de regeneração nacional no âmbito das quais a Eugenia, representada na seção de Higiene, encontrava espaço para difundir-se junto às ações educacionais e sanitárias. Nessa seção, segundo o historiador, Renato Kehl apresentou a comunicação *Da Eugenia e o futuro do Brasil*, defendendo uma política eugênica de salvação nacional que envolveria campanha de saneamento, combate ao analfabetismo e ao pauperismo, educação eugênica e higiênica da população – visando à proteção e criação de uma sociedade sadia, mais vigorosa, mais inteligente – e a preservação contra os males sociais e políticos; a seção de Pedagogia, contou, ainda, com o antropólogo Edgard Roquette-Pinto, outro expoente do movimento eugênico.

Como um testemunho das inquietudes que tanto agitaram as primeiras décadas do século vinte, o dr. Rubião Meira, professor da recém criada Faculdade de Medicina de São Paulo (FM-SP),⁵² chamava atenção, na primeira conferência pública realizada pela SESP, no dia 3 de março de 1918, para o lugar da Eugenia nos desafios nacionais:

O maximo objectivo (...) é o aperfeiçoamento de nossa raça (...) O momento para cuidar deste objecto é mais que azado, é mais que opportuno. De todos os pontos do Brasil levantam-se os protestos contra a incuria em que temos vivido, a tratar de outras cousas sem valor para o reerguimento de nossa nacionalidade, deixando de lado esse problema, que, aliás, devera ser sempre a mira única de nossos trabalhos, a aspiração maior de nossos esforços. Mas, sempre é tempo de emendar a mão, e todos sabem que de norte a sul se

⁵² Tendo à frente da sua implantação o influente diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, a Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo foi criada em dezembro de 1912. A primeira aula só ocorreu em 2 de abril de 1913, com o Prof. Edmundo Xavier. Em 28 de fevereiro de 1919, formou-se a primeira turma, composta de 27 médicos, dos 50 alunos que iniciaram o curso; dentre os formandos figuravam duas mulheres. O dr. Arnaldo – *saudoso pai da Faculdade de Medicina*, como assim foi chamado pelo dr. Rubião Meira – teve grande importância na organização e ampliação da recém criada Faculdade de Medicina (FACULDADE..., 1963, p. 19).

erguem agora inúmeras vozes, que conclamam e gritam afervoradamente, tocadas da mesma energia vibrátil, pela resurreição (*sic*) do carácter nacional, physico e moral, que vivia aquietado na modorra das épocas passadas, inerte e desencorajado (MEIRA, 1919, p. 49).

Nesse contexto, a Ciência de Galton apresentava-se como um instrumento científico, dotado de meios técnicos para uma administração racional do perfil racial da população, aproximando, pelas questões com as quais se imbricou, campos distintos de atividade profissional. Na conferência inaugural da SESP, o dr. Rubião Meira situou a Eugenia no âmbito das grandes questões que desafiavam os profissionais liberais e políticos à época, porta de entrada para a ciência do melhoramento humano no cenário social brasileiro. Posta em relação às questões nacionais, os argumentos eugênicos encontraram relativa facilidade para fazerem adeptos entre os intelectuais brasileiros envolvidos nesses debates, não se restringindo apenas à classe médica. O tom político e moral e a amplitude dos temas em debate favoreceram a sinergia entre campos profissionais diversos, sobretudo pela participação de intelectuais de diferentes formações nas atividades das inúmeras ligas e associações, comuns no período, produzindo campos de composição comum, interações que atenuavam posições específicas em favor de medidas de compromisso, expressando valores de classe (KUHLMANN JR., 2001, p. 238).

Essa conjuntura garantiu espaço às ideias eugênicas, aqui em estreita relação com o neolamarckismo, especialmente na década de dez e meados da de vinte, à medida que se apresentavam como recurso científico para a regeneração racial da população brasileira, sem abandonar os esforços em prol do saneamento e da educação. Partindo do suposto de que as melhorias individuais conquistadas em vida, pelos efeitos regeneradores da educação e da higiene, se estendessem aos descendentes, elevando as qualidades das gerações futuras, garantiram-se as circunstâncias favoráveis à adesão da Eugenia no Brasil, conferindo-lhe uma singularidade histórico-social expressa nas máximas “Eugenismo é educação, é saneamento, é higiene”, tão caras a muitos eugenistas brasileiros. No entanto, a partir do final da década de vinte, Renato Kehl se esforçará em delimitar as fronteiras entre a Eugenia e as práticas sanitárias e educacionais, destacando que a primeira é “sciencia que tem por fim preservar e favorecer as boas disposições hereditarias do plasma germinativo” enquanto que as outras medidas se identificam com o “Eugenismo, applicação prática, social e individual das medidas que concorrem para o melhoramento humano” (KEHL, 1929a, p. 1). Em sua trajetória como eugenista, Renato Kehl oscilou entre medidas voltadas à educação e à higiene

e propostas mais severas, alinhadas às perspectivas que se difundiam entre eugenistas europeus e estadunidenses.

Nesse sentido, pouco cautelosa seria a tentativa de resumir numa única sentença o significado desta ciência para os nossos eugenistas, dada a diversidade de perspectivas presentes nessa construção. Sobre a imprecisão que cercava a conceituação da Eugenia e suas práticas – derivada da apropriação seletiva que segmentos da intelectualidade brasileira faziam desses conhecimentos –, Roquette-Pinto, eminente antropólogo do Museu Nacional, presidindo o CBE, observou como o entendimento desta nova ciência, situada na fronteira da biologia com as questões sociais, estava sujeita a várias interpretações e, mesmo, equívocos:

No decorrer das discussões sempre acaloradas – (gente apaixonada, esses brasis) – algumas surpresas têm aparecido. É natural. A Eugenia está, exatamente, na ponte que liga a biologia às questões sociais, à política, à religião, à filosofia e... aos preconceitos. De sorte que seria exigir muito, um debate em que tanta gente reunida só dissesse coisas absolutamente certas e seguras. Depois, o conceito próprio daquela disciplina não está ainda muito claro no espírito de alguns, mesmo entre melhores (ROQUETTE-PINTO [1933] 1982, p. 43).

Parece razoável, contudo, reconhecer que higiene e eugenia muitas vezes caminharam de mãos dadas como indica Souza (2006, p. 40) ao referir-se aos Congressos Brasileiros de Higiene que incorporaram ideias eugênicas nos discursos sobre saúde pública. É preciso, ainda, ponderar a importância da Fundação Rockefeller na consolidação do campo médico de pesquisa no país, por meio de acordos de cooperação financeira. O modelo proposto pela fundação propiciou uma reorganização da área médica na Faculdade de Medicina de São Paulo, com a redução do número de alunos nas turmas, a dedicação exclusiva dos professores e a criação de um Hospital de Clínicas anexo à faculdade de medicina. A atuação da Fundação favoreceu, ainda, o desenvolvimento do sanitarismo, impulsionado pela criação da Cadeira de Higiene, na FM-SP, e pela especialização de médicos nessa área, na *Johns Hopkins University*, nos Estados Unidos, garantindo-lhes papel de destaque ao retornarem ao Brasil, como foi o caso de Arnaldo Vieira de Carvalho e Belisário Penna (KOBAYASHI; FARIA; COSTA, 2009). Como vimos, o fortalecimento do campo sanitário no Brasil, pautando questões relativas à regeneração da população brasileira, representou um espaço profícuo de disseminação das ideias eugênicas no período.

Lília Schwarcz ([1993] 2012, p. 307), por seu turno, destaca o contexto em que as ideias eugênicas se desenvolveram na FM-RJ, cidade habituada a liderar amplos programas

higiênicos e campanhas de vacinação compulsória, sob a liderança de epidemiologistas e sanitaristas do quilate de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas. Com tradição no enfrentamento dos surtos epidêmicos, muitos se entusiasmaram pelas possibilidades de agir diretamente sobre as supostas causas da degeneração humana. Defendendo a implementação de medidas mais agressivas no encaminhamento das propostas eugênicas, Renato Kehl refletia esse contexto em artigo publicado na revista *Brazil Médico*:

Si fosse possível dar um balanço entre a nossa população, entre os que produzem, que impulsionam a grande roda do progresso de um lado e do bem estar e de outro lado os parasitas, os indigentes, criminosos e doentes que nada fazem, que estão nas prisões, nos hospitais e nos asylos; os mendigos que perambulam pelas ruas (...) os amoraes, os loucos; a prole de gente inútil que vive do jogo, do vicio, da libertinagem, da trapaça (...) A porcentagem desses ultimos é verdadeiramente apavorante (...) é preciso evitar a proliferação desses doentes, incapazes e loucos (...) Após a guerra às epidemias as reformas medico-sociais e eugenicis entram em efervescência (...) Com esses exemplos chego a seguinte conclusão eugênica: a esterilização fará desaparecer os elementos cacoplotos da especie humana, ou melhor a sua proporção será reduzida, mas não se garante a perfeição, só conseguida com um processo eugênico (KEHL, 1921, p. 155-6 *apud* SCHWARCZ, [1993] 2012, p. 306).

Mas, Higiene e Eugenia continuavam representadas na atuação social de intelectuais muito próximos à educação. Em 1928, Belisário Penna (1868-1939) publicou na revista *Educação*⁵³ o artigo *A Educação Hygiênica na Escola*, apresentado originalmente na Primeira Conferência Nacional de Educação, organizada pela ABE, na cidade de Curitiba, no ano anterior. Seu artigo expressava essa aproximação, trazendo argumentos embasados na Biologia e em suas especialidades na área da saúde, buscando legitimidade para as suas colocações políticas sobre a necessidade de uma educação higiênica e eugênica nas escolas, desde o primário. No artigo, a higiene e a profilaxia figuram como medidas imprescindíveis – verdades científicas – ao melhoramento da espécie:

É facto fóra de discussão, constituindo verdade axiomática, que a saude, isto é, a normalidade physiologica da vida é condição imprescindível de efficiencia, de aperfeiçoamento incessante e de rendimento útil de qualquer ser organizado, seja vegetal, animal ou homem. Por isso este, que é o único servido de psychismo superior submete plantas e animaes uteis a processos de cultura e de criação, tendentes todos ao melhoramento incessante e ao maximo rendimento em produção, por medidas de seleção de adaptação de

⁵³ Vinculada à Diretoria Geral da Instrução Pública e à Sociedade de Educação de São Paulo.

hygiene e prophylaxia, que apuram as espécies e reforçam-lhes as vitalidades (PENNA, 1928, p. 19).

Sua posição crítica em relação aos governos oligárquicos fica expressa em passagens de explícita advertência às autoridades quanto à urgência de uma educação higiênica e eugênica nas escolas:

Desconhecendo ou desprezando as leis inflexíveis da Biologia humana, as conquistas da Hygiene, da Eugenia e da Medicina Social, despendendo o mínimo esforço de operosidade, o Brasil tem evoluído pathologicamente, sob o domínio de interesses occasionaes, quase sempre inconfessaveis, dos seus dirigentes, offuscados pela pujança da natureza e suas possibilidades latentes. Fiados exclusivamente nisso, sem cuidar da vitalidade e da educação do povo para poder vencer a rudeza e a própria grandiosidade da natureza, desprezam a terra e o homem rural, e aventuraram-se loucamente numa politica de urbanismo e de industrialismo extemporâneo; de repetidos, vultosos e onerosissimos compromissos externos para obras sumptuarias de emissões sem conta nem medida, até afundar o paiz num sorvedoro de misérias physicas e moraes (PENNA, 1928, p. 22-3).

Para o autor, o descaso dos governos, organizados sob interesses oligárquicos, com a vulgarização do ensino desses conhecimentos especializados só fazia contribuir para a perpetuação das mazelas do país. Era enfático ao apontar a negligência na implantação de uma política de educação higiênica e eugênica voltada à regeneração da população:

Dessa incapacidade bio-physica do povo brasileiro resulta o trabalho escravizado e improdutivo e a miséria economica, a fallencia financeira, a do caracter das elites e uma mentalidade colletiva cahotica, inconsistente, passiva, em aspirações, sem rumo e sem aptidão para crear a consciencia nacional (PENNA, 1928, p. 25).

Corroborando essa aproximação que destacamos, o Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) estava dividido em três seções, sendo uma delas dedicada à “Educação e Legislação”. Dentre as teses discutidas e aprovadas em plenária, destacam-se títulos como *Educação Eugênica*, do dr. Alfredo Ferreira de Magalhães, *A Educação como complemento primacial da Eugenia*, do dr. Cesidio da Gama e Silva, e *Educação Moral e Eugénia*, do dr. Carlos Barbosa de Oliveira, para citarmos apenas alguns exemplos. É explícito nos títulos das teses, bem como na preocupação em dedicar à educação uma das três seções temáticas do

Congresso, que as relações entre eugenia e educação estavam na ordem do dia no horizonte eugênico da época.

A relação com a educação cumpria a função de universalizar, para o conjunto da sociedade, preceitos eugênicos e sanitários, associados na perspectiva de muitos eugenistas, reorientando a conduta dos adultos, nos papéis idealizados de mães e pais, e inculcando nas crianças, desde os primeiros anos escolares, os valores que deveriam levar para casa. A preocupação com a infância nas sociedades modernas distinguia-se de períodos anteriores e assumia certa centralidade no projeto social das elites; tratava-se, pois, de garantir na infância a adequada preparação física e moral para formação de adultos aptos socialmente ao trabalho e à construção de famílias sadias. Nesse contexto, em que se conferia à infância papel de destaque no desenvolvimento da nação, a educação das mulheres para a maternidade e a organização do currículo escolar atraíram as atenções de eugenistas e sanitaristas.

Pelo exposto, podemos afirmar que o movimento eugênico brasileiro comportou uma experiência historicamente bastante particular ao promover a aproximação de intelectuais de campos profissionais diversos, nos encaminhamentos da Eugenia no país. É importante frisar que o desenvolvimento da Ciência de Galton entre nós não se deu como mero reflexo de sua trajetória nos países europeus e nos Estados Unidos, tampouco deixou de dialogar com as principais correntes internacionais. Nancy Stepan (2005), em pesquisa de fôlego sobre a difusão da Eugenia de seu local de criação, na Europa, para outras áreas, como a América Latina, chama atenção para a necessidade de se investigar a “apropriação seletiva” dessas ideias e teorias em contextos distintos daqueles que às originou.

As ideias, mesmo as científicas, são sempre reconfiguradas seletivamente quando cruzam as fronteiras culturais, e o resultado é uma ciência sutilmente conformada pelas tradições locais – culturais, políticas e científicas. Assim, em lugares como a América Latina, temos de estudar a eugenia, não como pálido reflexo da eugenia de outras partes do mundo, algo talvez “mal entendido” ou “mal interpretado”, mas como algo enraizado na experiência cultural e na história da própria região. Estudada dessa forma, a eugenia latino-americana pode lançar considerável luz sobre os fundamentos científicos do pensamento social e a construção social da ciência (STEPAN, 2005, p. 40).

No século passado, com a vitória dos *Aliados* sobre os países do *Eixo*, em 1945, vieram a público os horrores praticados pela Alemanha nazista, escandalizando o mundo com seus campos de concentração e esdrúxula política de extermínio dos indivíduos considerados

inaptos, crimes praticados em nome de uma radical ideologia racista, que sob vestes científicas foi imediatamente identificada com a Eugenia. Essa identificação direta entre Nazismo e Eugenia produziu, na opinião pública internacional, grande desconforto moral entre aqueles que se dedicavam à difusão dessa ciência, em suas diversas perspectivas, num processo que a condenou a um relativo ostracismo no campo científico. A simplicidade dessa identificação resultou, pelo evidente constrangimento moral, em silenciamentos quanto à trajetória desta ciência, sob variável fundamentação teórica, entre europeus, estadunidenses e latino-americanos. Ofuscou-se, pela imediata redução da Eugenia à experiência nazista, o envolvimento de outros países na difusão das ideias eugênicas, inclusive em suas vertentes mais radicais, seja na organização de entidades representativas, e seus congressos, seja na produção de legislação inspirada em preceitos eugênicos (STEPAN, 2005). No Brasil, observa-se situação semelhante no tratamento dispensado a diversas personalidades públicas, como “heróis da nacionalidade”, pelos melindres da mídia e de seus biógrafos em trazerem a público o entusiasmo que manifestaram pelas ideias e práticas eugênicas de melhoramento racial.⁵⁴

Como observa Nancy Stepan (1985, p. 381-2), num esforço de síntese, a ideologia racial e social presente no Brasil, nas primeiras décadas do século vinte, proporcionou o contexto favorável em que floresceu o movimento eugênico brasileiro. Até certo ponto, a Eugenia se confundia com o saneamento e ganhou apoio à medida em que não se opôs, consensualmente, às teses de branqueamento ou, posteriormente, de democracia racial; certamente não se fortaleceu, ao longo do tempo, nas vertentes que se identificavam com o pessimismo racial e as propostas mais extremas, de Eugenia “negativa”, como os movimentos de higiene racial entre europeus e estadunidenses.

⁵⁴ Recentemente, uma polêmica em torno da adoção pelo MEC, via “Programa Nacional Biblioteca na Escola”, do livro “Caçadas de Pedrinho” (1933), de Monteiro Lobato, chegou ao Supremo Tribunal Federal, sob a relatoria do Ministro Luiz Fux. O assunto mobilizou a opinião pública e promoveu discussões acaloradas, com grande repercussão na imprensa, entre favoráveis e críticos da ação processual movida contra a adoção do livro nas escolas. Toda essa polêmica denuncia, por um lado, a monumentalização de que alguns temas e personagens públicos são objeto, seja pela historiografia ou pelos meios de divulgação cultural, omitindo-se, muitas vezes, suas relações com idéias e práticas, à época consideradas progressistas, atualmente condenadas pelos aspectos discriminatórios e racistas que encerram.

CAPÍTULO 2 – RENATO KEHL: O CAMPEÃO DA EUGENIA

2.1 Em São Paulo, os Primeiros Passos de um Eugenista

*Não sou pessimista, meus senhores, e antes creio
com fé ardente na nossa ressurreição (sic), no
revivamento de nossas forças moraes, creio na
efficacia da campanha nacionalista, creio no
prestimo indiscutível da hygiene, creio na victoria
do bem contra o mal, no triumpho da saúde sobre
a molestia creio na vida gloriosa que está marcada
a nossa raça.*

Rubião Meira, *Annaes de Eugenia*, 1919

*Proclamemos os fins da eugenía, porque só ella
poderá salvar a descendencia da
degeneração, esquecida infelizmente pela maioria
dos homens de sciencia do nosso paiz, pois
precisamos não descurar do futuro dos
Brasileiros.*

Renato Kehl, *Annaes de Eugenia*, 1919

Natural de Limeira, interior paulista, Renato Ferraz Kehl (1889-1974), filho de Joaquin Maynert Kehl e Rita Cássia Ferraz Kehl, foi educado no seio de uma família de classe média, católica, e de origem imigrante. Seu pai, filho de alemães que chegaram ao Brasil em meados do século dezenove, certamente exerceu grande influência em suas escolhas profissionais. Joaquin formou-se médico, em 1883, pela antiga Escola de Medicina de São Paulo, seguindo, entretanto, a carreira de farmacêutico, na qual se destacou como importante empresário. Provavelmente por influência paterna, Renato ingressou, em 1905, na Faculdade de Farmácia de São Paulo, formando-se em 1909. No ano seguinte, mudou-se para a Capital Federal onde, juntamente com seu irmão mais novo, Vladimir Ferraz Kehl, matriculou-se na prestigiada Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FM-RJ), conhecendo personalidades do porte de Afrânio Peixoto, Belisário Penna, Miguel Couto, entre outras. Foi na FM-RJ que o jovem farmacêutico, agora estudante de medicina, teve contato com ideias de grande repercussão no meio científico naquele período, como as teorias de Lamarck, Darwin, Spencer, Agassiz, Galton e Weismann, para citar apenas aquelas que mais nos interessam no momento. Dentre as diversas influências, a teoria de Galton, sobre o melhoramento humano, e as discussões sobre raça, hereditariedade, evolução e degeneração despertaram grande

interesse no jovem Renato Kehl, marcando sua trajetória profissional, bem como sua atuação política, como militante em prol da Eugenia no âmbito das discussões em torno da saúde pública e regeneração da população brasileira, tão em voga à época. Formou-se em 1915, juntamente com o irmão, transferindo-se, em seguida, para a capital paulista, onde deu início à sua carreira como médico, profissão valorizada pelas elites brasileiras (SOUSA, 2006, p. 67-70).

Em São Paulo, Renato Kehl não demorou a alcançar prestígio social como médico engajado em algumas das frentes que mobilizavam a sociedade, como é o caso das campanhas sanitárias, num período de grande efervescência social. As primeiras décadas do século vinte foram marcadas por grande instabilidade política derivada, em grande medida, da percepção social dos limites de uma República que, paradoxalmente, buscara esteio moral e ideológico nas insígnias positivistas da “ordem e progresso”, erigindo-se, contudo, sobre bases oligárquicas pactuadas na manutenção de uma economia agrário-exportadora, antiliberal, a frustrar as expectativas de setores diversos da sociedade brasileira, inclusive entre as elites urbanas. A insatisfação canalizava a energia de grupos descontentes com os rumos do país, favorecendo a organização de movimentos e associações de matizes políticos diversos, expondo, paulatinamente, as fissuras de um tecido social esgarçado pelas contradições sociais. A greve geral de 1917, a criação de ligas nacionalistas, a fundação do Partido Comunista, em 1922, os movimentos tenentistas (1922-1924), entre outras manifestações, são algumas das evidências de um período de turbulências que culminaria na deposição de Washington Luís, em 1930, e na ascensão de Getúlio Vargas ao poder, iniciando uma fase de importantes mudanças, sobretudo no papel do Estado nos rumos do país, mas também de continuidades, como é próprio dos processos históricos.

Na conferência que proferiu no CBE, em 1929, Renato Kehl apresentou aos presentes um breve retrospecto da trajetória da Eugenia no país, relato que em muitos pontos assume um caráter biográfico, em que se confundem a história da introdução e desenvolvimento da ciência eugênica, em meio a intelectuais brasileiros, e o seu próprio percurso como médico, eugenista e militante em prol dessa ciência, reservando-lhe, por este expediente, um lugar privilegiado na consolidação do movimento eugênico brasileiro:

Permittam, meus senhores, que vos relate, sem alardes, como teve origem em São Paulo a cruzada em prol da Eugenia. Uma tarde appareceram em meu consultorio dois sympathicos americanos da A. C. M., associação da qual eram directores. Esquivei-me por motivos de occasião. Não houve meio

de dissuadir-os. Eram insistentes e persuasivos. Acabei vencido e aceitando a prebenda. Disseram-me que voltariam no dia seguinte para saber o título da conferência e marcar a data para a sua realização. Havia tomado notas e feito um rascunho para um trabalho sobre eugenia. Disse-lhes incontinenti: – “podem levar o título ‘Eugenia’ e marcar o dia”. A 13 de Abril de 1917 teve lugar a conferência, a primeira sobre eugenia, realizada no paiz, que foi publicada na integra no “Jornal do Commercio”, na edição de S. Paulo, no dia 19 do mesmo mez. Nella, após um ligeiro exordio, estudei a hereditariedade como fundamento da sciencia de Galton, os factores dysgenicos, a doutrina de Malthus, o direito relativamente á Eugenia, concluindo num appello aos estudiosos para a divulgação e pratica das idéas e preceitos eugenicos no nosso paiz, para a melhoria progressiva da nacionalidade brasileira (KEHL, 1929f, p. 53).

A conferência a que Kehl se refere, na ACM, teve um carácter inaugural em sua história de militância em prol da difusão da Eugenia no país, pois a partir daquele ano o eugenista intensificaria suas atividades, mantendo-se em grande evidência, principalmente, nas duas décadas seguintes.

Embora a historiografia sobre movimento eugênico brasileiro, de uma forma geral, reconheça o papel destacado de Renato Kehl na vulgarização da Ciência de Galton no Brasil, fundando entidades, publicando livros, escrevendo para jornais e revistas, divulgando informações em programas de rádios, editando um periódico especializado e promovendo conferências públicas, merece ser mencionado, como já o fizemos no capítulo anterior, o pioneirismo do médico baiano Alfredo Ferreira de Magalhães, associado desde 1913 à *Société Française d'Eugénique*, com menções à Eugenia já no final do século dezenove, quando estava à frente da cadeira de “Biologia e Higiene Geral”, no Instituto Normal daquele estado (KUHLMANN JR. 2001, p. 162); seu nome consta nas *Actas e Trabalhos* do CBE, com a apresentação do estudo *Educação eugénica em geral*.

Sanitaristas e eugenistas desfrutavam, naquele período, de grande prestígio no meio político e acadêmico, difundindo suas ideias através de ligas e associações, congressos e publicações especializadas. Em evidência social, atraíam a atenção de advogados, engenheiros, educadores, políticos, jornalistas e editores, muitos, dentre estes, congregados em associações e sociedades – direta ou indiretamente matizadas pelo nacionalismo latente daquele período. Parece válido apontar, como fizeram vários autores que analisaram as primeiras décadas do século vinte, a intensa atividade de intelectuais organizados em entidades profissionais ou associações em prol de causas “nacionais”, com objetivos certamente diversos, geralmente convergindo na forma de uma atuação social e política mais ampla que a de sua especialidade, muitas vezes visando projeção social e ascensão

profissional em cargos públicos. Sérgio Buarque de Holanda ([1936], 1995), analisando o período em que escreveu *Raízes do Brasil*, identifica esse comportamento entre profissionais liberais de formações distintas: “Ainda hoje são raros, no Brasil, os médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, professores, funcionários públicos que se limitem a ser homens de sua profissão”. Segundo Nicolau Sevcenko (1999), foi característico entre médicos e literatos nas primeiras décadas do século vinte o desempenho da atividade intelectual como uma missão política, voltada à reforma e à transformação da realidade social e política da nação. Como observa Roberto Machado (1978), os médicos participavam de associações junto a militares, políticos e religiosos tendo como objetivo concorrer para a construção de um novo Estado fundamentado no saber especializado. De acordo com Moysés Kuhlmann Jr. (2001), essa forma de intervenção social estará consolidada, na década de 1920, através da organização de inúmeras ligas, associações e sociedades civis, engajando intelectuais em causas políticas e sociais.

Neste contexto favorável à difusão do conhecimento científico, sobretudo pela ascensão das ideias sanitaristas, Renato Kehl soube atrair a atenção de profissionais diversos para as potencialidades da Ciência de Galton como meio de regeneração da população, por conseguinte, da nacionalidade brasileira. Rapidamente, tornou-se uma das mais populares figuras do movimento eugênico brasileiro, atuando como um dos principais divulgadores da Eugenia no país, com intensa atividade política na difusão científica dessa nova ciência, alcançando reconhecimento nacional e internacional pelas obras em favor da ciência eugênica.

Dentre as iniciativas de Renato Kehl, destaca-se a criação da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), em 15 de janeiro de 1918, da qual foi secretário geral, tendo como presidente uma das mais importantes personalidades da classe médica da época, o influente dr. Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor fundador da FM-SP. A SESP representa o marco da institucionalização da Eugenia no Brasil, destacando-se como a primeira associação dedicada à Ciência de Galton na América Latina, fundada poucos anos após a criação das sociedades eugênicas inglesa e francesa. A SESP reunia interessados de diversas áreas, congregando médicos – sobretudo os alinhados ao sanitarismo –, juristas e educadores, em um movimento que trazia no bojo de suas preocupações com o melhoramento do gênero humano, as expectativas de progresso civilizatório em voga entre as elites da época (KOBAYASHI, FARIA, COSTA, 2009; STEPAN, 1985).

O jornal *Correio Paulistano*, na edição de 15 de janeiro de 1918, publicou, em meio a notícias sobre a Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP), uma grande matéria repercutindo a criação da entidade idealizada por Kehl, oficializada na solenidade realizada no salão nobre da Santa Casa de Misericórdia, mesmo local onde tinham lugar as sessões da SMC-SP, saudando, pela iniciativa, “a brilhante classe médica paulista” que dava prova, com a fundação da entidade, da sua orientação progressista e de seu constante empenho em favor do bem estar social, mostrando-se, inclusive, comprometida com o aperfeiçoamento da espécie humana. A notícia trazia detalhes do estatuto aprovado naquela sessão inaugural, explicitando as bases e propósitos da agremiação:

No artigo 1º. dos estatutos, acha-se em linhas geraes o objecto desta sociedade. Ella estuda as leis da hereditariedade, esmiuçalha (*sic*) as questões da evolução e descendencia, tirando desses conhecimentos as bases applicaveis á conservação e melhoramento da especie humana. Nesta sociedade serão discutidas as questões relativas á influencia do meio, do estado econômico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações soccessivas e sobre as aptidões phisicas, intellectuaes e moraes, sempre tirando dessas discussões idéas destinadas a bem da nossa raça (FUNDOS-SE..., 1918, p. 3).

A militância em prol da Eugenia fez de Renato Kehl uma personalidade pública. Requisitado pela imprensa, bem articulado no meio científico, o eugenista adquiriu grande prestígio social, aproximando-se de intelectuais que atuavam em duas das principais frentes da época, organizadas em torno das demandas por reformas sanitárias e educacionais.

Muitos dos militantes da Liga Pró-Saneamento, por exemplo, também transitavam na Associação Brasileira de Educação – tal como na SESP – criando um ambiente de intercâmbio de ideias em que a educação e o saneamento coadunavam-se, de formas diversas, em propostas e ações modernizadoras, sob a perspectiva das elites urbanas, nas primeiras décadas do século vinte. Vale destacar, essas associações serviram de palco para as críticas antioligárquicas de Belisário Penna,⁵⁵ intelectual e político de grande destaque no campo do sanitarismo e da educação (CASTRO-SANTOS, 2008).

Aliás, foram muitos dentre os participantes do CBE que também fizeram parte da Primeira Conferência Nacional de Educação. Entre os mais influentes, podemos destacar

⁵⁵ Entusiasta da educação e da sanitarismo, Belisário Penna defendia a necessidade de uma centralização administrativa, no Governo Federal, sobrepondo-se aos domínios regionais, assento do poder político da época.

Levy Carneiro, Belisário Penna e Fernando de Azevedo. Em matéria sobre os preparativos para a realização da Segunda Conferência Nacional de Educação, a realizar-se na capital mineira, entre os dias 4 e 11 de novembro de 1928, o *Jornal do Brasil* divulgou uma relação de inscritos, e suas teses, em que se destacam vários eugenistas que participariam, no ano seguinte, do CBE⁵⁶ (CONFERENCIA..., 1928, p. 11). Esse interesse pelos campos da educação, higiene e eugenia ilustra bem a proximidade destes temas, num contexto marcado pelas expectativas civilizatórias de revigoração da nacionalidade brasileira.

As ideias eugênicas encontraram terreno fértil para difundir-se junto a muitos intelectuais brasileiros a partir do movimento sanitário em ascensão no período. Como observa Souza (2006, p. 42-3), havia estreita consonância entre a difusão da Eugenia e as ideias e práticas sanitaristas, sobretudo pelas campanhas iniciadas na capital federal pelos cientistas de Manguinhos e pela LPS, fundada por Belisário Penna, em 11 de fevereiro de 1918, apenas um mês após a criação da SESP, sendo que algumas personalidades de destaque, a começar por Penna, integravam as duas entidades. No mesmo ano, Monteiro Lobato publicava o livro *O problema Vital*,⁵⁷ uma reconciliação do escritor com a figura estigmatizada do *Jeca Tatu*. O livro trazia prefácio de Renato Kehl e contou com a colaboração da LPS e da SESP.

2.2 Na Capital Federal, Novo Fôlego na Campanha Eugênica

A solução (...) é a política eugênica com o saneamento, e com o combate ao descaramento dos dirigentes e a politicagem; é a criação de escolas de civismo para os que sabem ler e escolas do a.b.c. para os analfabetos; o ensino de preceitos elementares de higiene, em suma, a implantação no espírito público da consciência sanitária e da consciência cívica.

Renato Kehl, *A cura da fealdade*, 1923

⁵⁶ Da relação destacamos os seguintes eugenistas e suas teses: o médico Fernando Magalhães, “Educação Sexual”; Levy Carneiro, “Educação Política”; Renato Kehl, “Educação e Eugenia”; e, Miguel Couto, “Educação Sanitaria” (CONFERENCIA..., 1928, p. 11).

⁵⁷ O livro reunia artigos publicados por Monteiro Lobato no jornal *O Estado de S. Paulo* e promovia uma recuperação da figura do *Jeca Tatu*, injustiçado personagem de Monteiro Lobato, regenerado pela ciência e pelo trabalho do laboratório, agora apresentado como *Jeca Bravo* (Souza, 2006, p. 43).

Em 1919, Renato Kehl transfere-se de São Paulo para o Distrito Federal, casando-se com Eunice, filha do sanitarista Belisário Penna; no mesmo ano, morre o influente dr. Arnaldo Vieira de Carvalho. Estes fatos acabaram contribuindo decisivamente para a redução das atividades da SESP, ficando como legado de suas atividades iniciais o livro *Annaes de Eugenia*, volume organizado por Kehl, reunindo as principais publicações, conferências e documentos relativos à atuação da entidade.

Cabe observar, contudo, que as ideias eugênicas já haviam deitado raízes entre os paulistas. Como destaca o historiador André Mota (2003, p. 97), com a Reforma Sanitária empreendida pelo médico sanitarista Geraldo Horácio de Paula Souza, em 1925, os centros de saúde passaram a desenvolver atividades de educação sanitária e eugênica, com ações que compreenderam também as escolas, atingindo cerca de dez mil crianças.⁵⁸ Também foram realizados “Concursos de Eugenia”, com o objetivo de eleger, mediante a avaliação de uma comissão formada por “médicos competentes”, a criança perfeitamente eugenizada, legítima representante da linhagem paulista. Em 1929, Renato Kehl, referindo-se à primeira edição do concurso, uma iniciativa do Serviço Sanitário, sob a direção do dr. Waldomiro de Oliveira, com o apoio da FM-SP, exaltou os efeitos valiosos daquele empreendimento, “um ensaio de patronagem da futura elite nacional eugenizada” (KEHL, 1929b, p.1). Segundo Souza (2006, p. 39), naquela capital a Eugenia continuaria a manifestar sua influência em teses defendidas na FM-SP, trabalhos que estabeleciam a relação daquela ciência com temas de destaque como a educação, a higiene e a imigração. Não obstante a continuidade de iniciativas eugênicas na capital paulista, mesmo depois de 1919, Fernando de Azevedo lamentava, em carta enviada a Kehl, em outubro do mesmo ano, o desalento na entidade em que participaram juntos: “depois que daqui saístes, fez-se silêncio sobre a Sociedade Eugênica! Nada de conferências, nada de reuniões!” (AZEVEDO, 1919 *apud* SOUZA, 2006, p. 39).

Mantendo contato com o movimento eugênico paulista, Renato Kehl daria um novo impulso à propaganda eugênica, agora na Capital Federal, favorecido pelas amizades que fizera nos tempos da Faculdade de Medicina, bem como pelas atividades que desenvolveria junto ao serviço público de saúde. Em dezembro de 1920, a *Gazeta de Notícias* (RJ) publicava uma nota com as nomeações assinadas pelo Diretor Geral do Departamento de

⁵⁸ Segundo Mota (2003, p. 97-8), sob a direção do dr. Figueira de Mello “desenvolvia-se um programa de educação sanitária sobre as verminoses, o cuidado com os dentes, os exercícios físicos, a higiene da posição, da alimentação, da respiração e do sono, noções sobre a febre tifóide, a varíola, a peste bubônica, a tuberculose, a lepra, o tracoma, o álcool, o fumo, processos de imunização e breves biografias de luminares da medicina. Sobre a eugenia eram discutidas as qualidades genéticas de um indivíduo e as ligações entre um ‘homem superior’ e sua higiene tanto física quanto genética”.

Saúde Pública (DNSP), dr. Carlos Chagas, designando Renato Kehl, entre outros médicos, para o cargo de “Inspetor na Profilaxia Rural do Distrito Federal” (AS NOMEAÇÕES..., 1920, p. 2). Oito dias depois, o mesmo jornal dava notícia da nomeação de Kehl para a “Inspeção dos Serviços Contra Lepre e Doenças Venereas”, também por decisão de Carlos Chagas (PROPHYLAXIA..., 1920, p. 4).



Figura 6: Renato Kehl em fotografia junto de Belisário Penna (1918-1923).⁵⁹

Em sua “cruzada eugênica”,⁶⁰ Renato Kehl estava convencido de que sofríamos de uma grave degeneração da população, sendo “imprescindível” e “improtelável” uma séria campanha em prol da Eugenia, a fim de sanear os brasileiros dos “vícios e taras que comprometiam a descendência”. Em entrevista concedida ao jornal carioca *A Noite*, o

⁵⁹ Em pé, da esquerda para a direita: Nicanor Botafogo, Nephtaly (?), W. Leal; sentados (da esquerda para a direita): J. A. Rodrigues, Renato Kehl, Belisário Penna, Gastão Figueiredo, A. Vaissié (?), no posto de Meriti (RJ). Data provável: entre 1918-1923. Fonte: Departamento de Arquivo e Documentação da Casa Oswaldo Cruz (DAD-COC). Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/uploads/r/fundacao-oswaldo-cruz-casa-de-oswaldo-cruz/5/0/50173/BP_141.jpg>. Acessado em: 27 set. 2013.

⁶⁰ Em diversas situações, como na conferência que apresentou no CBE, Renato Kehl (1929f, p.45-62) referia-se à divulgação da Ciência de Galton como uma “cruzada eugênica”, expressão que evoca o significado histórico das expedições medievais de reconquista de territórios estratégicos à tradição cristã no oriente médio, recurso que denota a intenção de espelhar nas ações dos eugenistas brasileiros a grandiosidade atribuída aos cavaleiros cruzados.

eugenista pontuou os problemas que, na sua ótica, impediam o desenvolvimento do povo brasileiro, como as verminoses, a sífilis e a tuberculose, reduzindo, como observou, à metade a capacidade produtiva dos trabalhadores. Destacava, em seguida, as medidas eugênicas necessárias, distinguindo três tipos básicos: a “preventiva”, pela via do saneamento e da profilaxia, a “positiva”, através de uma adequada educação sexual da mocidade, e a “negativa”, por meio da obrigatoriedade do exame pré-nupcial, assunto caro aos eugenistas em geral, para “coibir o atentado contra as gerações vindouras, pelos casamentos entre tarados, degenerados, portadores de molestias infecciosas agudas ou chronicas transmissíveis directamente a um dos conjugues ou hereditariamente a seus descendentes” (OS PROBLEMAS..., 1920, p.1). Quando indagado sobre as dificuldades para se executar tal programa de regeneração eugênica, Renato Kehl não titubeou ao destacar a papel decisivo da educação e do saneamento na consecução desses propósitos:

Á primeira vista esse plano grandioso de proteção da raça pelo combate ás degenerações e consequentes esforços para sua regeneração parece impraticável. Tudo está na execução racional do programma pela educação eugenica. Os resultados, naturalmente, não virão ex-abrupto, mas paulatinamente. Começaremos pelo saneamento e pelo combate ao analphabetismo, o que se resume numa básica “politica eugenica”, de alcance regenerador physico e moral seguro (OS PROBLEMAS..., 1920, p. 1).

Rapidamente, Renato Kehl conquistou reconhecimento internacional pela sua dedicação à difusão da Eugenia no Brasil. Logo após a conclusão da Faculdade de Medicina, Kehl deu início a uma próspera carreira, destacando-se como médico, farmacêutico, eugenista e escritor. Publicou inúmeros livros sobre higiene, eugenia e saúde, marcou presença na imprensa paulista e carioca, adquiriu grande prestígio no meio intelectual ao liderar os esforços pela fundação da primeira sociedade eugênica da América Latina, esteve à frente de cargos públicos, empreendendo iniciativas na área da higiene, dirigiu o Laboratório Bayer no Brasil e alcançou lugar de destaque na classe médica, ocupando uma cadeira na prestigiada Academia Nacional de Medicina (ANM); também estava articulado com eugenistas latino-americanos, estadunidenses e europeus, trocando correspondências e trabalhos. Sua ascensão como eugenista foi acompanhada de perto pela imprensa da época. Em junho de 1920, o *Jornal do Brasil* noticiou a nomeação de Renato Kehl como membro titular de uma importante entidade eugênica francesa:

O Sr. Dr. Renato Kehl, organizador da Sociedade Eugenica de S. Paulo, a primeira deste genero fundada na America do Sul, acaba de receber uma communicação do Dr. E. Apert. medico do Hospital Andral, de Paris, participando-lhe que foi premiado, como mérito aos seus trabalhos sobre Eugenia, com a nomeação de membro titular da Société Française d'Eugenique, acutalmente sob a presidencia do Dr. Edmond Perrier, Director do Museu da Historia Natural de Paris (JORNAL..., 1920, p.4).

No Rio de Janeiro, Renato Kehl passou a militar na Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), fundada, em 1922, pelo psiquiatra e eugenista Gustavo Riedel, à época, diretor da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. Esta associação reuniu nomes de destaque da elite intelectual do país,⁶¹ congregando médicos, educadores, jornalistas, entre outros, representando um espaço de forte ressonância do debate das ideias eugênicas e constituindo-se, nacionalmente, como um centro irradiador da higiene mental, antecedendo a criação de outras ligas, como a paulista, a pernambucana e a gaúcha (MARQUES, 1994; REIS, 1994, 2000; DIWAN, 2011; KOBAYASHI, FARIA, COSTA, 2009). Entre os propósitos da LBHM, conforme previa seus estatutos, estavam “a realização de um programa de Higiene Mental e de Eugenética no domínio das atividades individual, escolar, profissional e social”, devendo, para tal, “atuar junto dos poderes públicos federais, estaduais e municipais” na sugestão de medidas que pudessem difundir as “modernas ideias de profilaxia mental” (LBHM, 1925, p. 223-4 *apud* MOURA; BOARINI, 2012, p. 221). Em 1923, durante governo do Presidente Arthur Bernardes, um decreto reconheceu o caráter de utilidade pública da entidade, o que lhe rendeu uma subvenção anual do Governo Federal para tocar suas atividades (BRASIL, 1923 p. 32952).⁶² A entidade, cujos serviços oferecidos à população enunciavam projetos de intervenção psiquiátrica na sociedade, adquiriu grande importância

⁶¹ Na LBHM Renato Kehl passou a fazer parte de um grupo seletivo de personalidades da comunidade científica da época. Dentre alguns dos mais destacados integrantes da Liga, listamos: Carlos Chagas, eminente cientista e diretor do Instituto Oswaldo Cruz, Roquette-Pinto, antropólogo e diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Juliano Moreira, diretor do Hospital Nacional dos Alienados, Miguel Couto, presidente da ANM, Moncorvo Filho, fundador do Instituto de Proteção à Infância no Rio de Janeiro, Fernando de Magalhães, professor da FM-RJ e membro da Academia Brasileira de Letras, Afrânio Peixoto, destacado higienista, Antonio Austregésilo, psiquiatra e professor da FM-RJ, Henrique Roxo, especialista em doenças mentais, entre outros (REIS, 2000; KOBAYASHI; FARIA, COSTA, 2009).

⁶² A LBHM, através de seus membros mais destacados, mantinha relações com importantes autoridades públicas de forma a garantir legitimidade às suas iniciativas. Exemplo dessa proximidade que os membros da Liga procuravam manter com as autoridades públicas é o registro da visita que Ernani Lopes e Carlos Chagas fizeram, em 1926, ao Presidente Arthur Bernardes, no Palácio do Catete, cumprimentando-o por fazer-se representar na solenidade de posse da nova diretoria da entidade, celebrada com uma conferência realizada por Milciades Mario de Sá Freire (BRASIL, 1926 p. 14686).

nos contextos intelectual e político daquele período, momento marcado pela intensa mobilização de diversos setores sociais em torno de propostas de reforma social.⁶³ Segundo Souza (2006, p. 40), Renato Kehl tornou-se membro efetivo da LBHM, participando ativamente das discussões junto aos médicos psiquiatras daquela cidade.

No início da década de vinte, Renato Kehl empreendeu vários projetos nas áreas da higiene e da educação. No Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), o eugenista esteve à frente da organização do “Serviço de propaganda e educação sanitária da Inspetoria da Lepra e da Doença Venérea” e do “Serviço de Saneamento Rural”. Em 1922, em ocasião da Exposição Universal comemorativa do centenário da Independência brasileira, organizou, pelo órgão público, o Museu de Higiene (OLIVEIRA, 1933, p. 11). Segundo Souza (2006, p. 105), no tempo em que trabalhou no serviço público de saúde, Kehl empreendeu várias atividades educativas voltadas ao saneamento e à profilaxia rural, como parte de suas atribuições profissionais; dentre os principais trabalhos, junto ao DNSP, constam a organização de conferências públicas e a elaboração de boletins, folhetos e cartazes educativos sobre higiene e saneamento.

No ano seguinte, Kehl publicou *A fada hygia*, o primeiro, dentre seus livros, dedicado diretamente ao público infantil.⁶⁴ A publicação foi saudada pela imprensa e por diversas personalidades de destaque no campo sanitário e educacional, como Carneiro Leão, Diretor Geral da Instrução Pública, Sebastião Barroso, do DNSP, Belisário Penna, da ANM, entre outros; figuras públicas que salientaram o valor dessa iniciativa na formação, desde a infância, de uma indispensável consciência sanitária (LIVRARIA..., 1926, p. 14-16).

⁶³ Para um estudo aprofundado sobre a LBHM ver: REIS, J. R. F. Higiene mental e eugenia: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

⁶⁴ Rosa (2005, p. 53) situa a publicação de *A fada hygia* em 1925; já em Barreto (2008, p. 4) a obra aparece como uma publicação de 1929. Encontramos, entretanto, um número expressivo de referências na imprensa diária paulista e carioca, oportunamente citadas neste texto, que situam em 1923 o lançamento deste livro de Kehl voltado à educação higiênica das crianças; o exemplar que tivemos em mãos data de 1936, uma 4ª edição da obra, que se encontra no Centro de Documentação Cultural Alexandre Eulálio (CEDAE-IEL/UNICAMP), relativamente em bom estado de conservação. O discurso de Abel Elias de Oliveira durante a sessão de posse de Renato Kehl na Academia Nacional de Medicina, em 1933, relaciona, dentre várias contribuições de valor biográfico, as obras publicadas pelo novo acadêmico, organizadas cronologicamente, citando-se *A fada hygia* com primeira edição em 1923. Segundo Oliveira, essa obra foi adotada pelas diretorias de ensino dos estados do Pará, Pernambuco, São Paulo e Distrito Federal (OLIVEIRA, 1933, p. 10).



Dr. Renato Kehl, autor da "A Cura da Fealdade", que acaba de publicar um interessante livro "A Fada Hygia" (1º livro de Hygiene) dedicado às creanças das nossas escolas.

Figura 7: Renato Kehl em fotografia na revista *O Malho* (1925).⁶⁵

Como destacado anteriormente, era grande a aproximação entre as ideias eugênicas de melhoramento humano e as propostas e ações promovidas no campo da higiene pessoal e do sanitarismo, particularizando o debate e a difusão da Ciência de Galton no país. Do mesmo modo, também já se mencionou a aproximação dessas ideias com o campo da educação. Nesse contexto, para muitos intelectuais, a escola e a família constituíam peças-chave nos planos de formação de uma nação física e moralmente saudável, ordeira e patriótica, capaz de

⁶⁵ "Dr. Renato Kehl, autor da 'A Cura da Fealdade', que acaba de publicar interessante livro 'A Fada Hygia' (1º livro de Hygiene) dedicado às creanças das nossas escolas" (O MALHO (1925, s/p).

conduzir o país ao desejado progresso sem, convenientemente, subverter as relações de classe e a hierarquia social. Sobre a infância e a família pesavam, portanto, as expectativas de se sanear o povo inculto, convertendo-as em objetos de propostas diversas. Para muitos dos engajados na difusão da Eugenia e da Higiene, os cuidados com a educação das crianças assumiam, portanto, um papel fundamental no porvir da nação; a organização do currículo escolar atraía a atenção de eugenistas e sanitaristas prontos a reorientarem práticas sociais a partir dos conhecimentos de suas áreas.

Essa aproximação com a higiene, o sanitarismo e a educação favoreceu a conformação e a difusão da Eugenia no país, tendo em vista o poder de atração que as questões levantadas nesses campos tiveram em meio a intelectuais e profissionais de áreas distintas, numa época em que o verbo “sanear” dava sentido diverso às ideias e propostas de educadores, médicos, engenheiros, arquitetos, juristas e políticos mobilizados pelas questões atinentes ao melhoramento ou regeneração da população nacional. O cenário também era propício para a publicação de livros voltados à divulgação da Eugenia e da Higiene, inclusive aqueles dirigidos às crianças em idade escolar. Como observa a pesquisadora Heloísa Rocha (2011, p. 162-3) “o projeto de formação de homens fortes, saudáveis e vigorosos encontrou na publicação de pequenos livros e cartilhas de higiene um importante recurso pedagógico, cuja elaboração envolveu médicos, professores, editores e ilustradores”; os pequenos manuais escolares combinavam textos breves e gravuras, colocando em circulação, no âmbito escolar, uma série de preceitos higiênicos que visam socializar os meios para uma vida saudável e civilizada.

Segundo Carolina Toshie Kinoshita (2013, p. 94), num período marcado por uma série de ações voltadas à expansão do ensino primário, as escolas transformavam-se nas maiores compradoras de livros didáticos, estimulando a produção num cenário propício à elaboração de manuais escolares. Nesse sentido, a pesquisadora destaca as circunstâncias favoráveis que Renato Kehl encontrou para a produção e comercialização de manuais escolares de higiene.

N’A *fada hygia*, Renato Kehl dedica algumas palavras introdutórias às mães e aos professores, lamentando a pouca importância dedicada, nas escolas, ao ensino da higiene, tendo em vista a sua importância para a sociedade:

A carencia do ensino da hygiene nas nossas escolas é um facto, tão sabido, quanto lamentável. Raras, mui raras mesmo, as que apresentam, nos seus programmas lectivos, essa importantíssima disciplina. Algumas há que a

incluem apenas a título figurativo. Nisso consiste uma das mais notáveis falhas do nosso systema educativo. O fim da educação “é preparar-nos para a vida completa, para a vida no sentido lato da palavra”, consistindo na cultura do espirito e do corpo, no robustecimento do character, na elevação do civismo, bases essas indispensaveis para formar um povo de cidadãos conscientes de seus deveres e gerações futuras de homens equilibrados na especie (Kehl, [1923] 1936, p. 7).

Embora o livro se apresente como o primeiro do gênero voltado ao público infantil,⁶⁶ encontramos em nossas pesquisas referências à *Cartilha de hygiene* do médico Antonio Almeida Júnior, elaborada por iniciativa do “Instituto de Hygiene” e publicada, em 1922, pela Monteiro Lobato & Cia. Nesse mesmo ano, o jornal carioca *O Paiz* dava notícia da sua aprovação e recomendação para o uso nas escolas oficiais de São Paulo, por determinação do Diretor de Instrução Pública daquele estado (LIVROS..., 1922, p. 2). Corroborando essa informação, o Centro de Referência em Educação Mario Covas (CRE), na seção de cartilhas da “Coleção Escola Estadual Caetano de Campos”, também situa a primeira edição da cartilha de Almeida Júnior em 1922.⁶⁷ Sete anos mais tarde, o *Correio Paulistano* reproduzia as palavras do eminente médico e sanitarista Geraldo Horácio de Paula Souza, dedicadas à solenidade de formatura da quarta turma de educadores sanitários, em curso oferecido pelo “Instituto de Hygiene”, com referências à *Cartilha de Hygiene* e às iniciativas de seu autor nas questões de caráter educativo no campo sanitário:

O dr. Almeida Junior durante o ano em que cuidou exclusivamente de educação sanitaria, como membro de nossa casa, deixou, além de innumerous outros trabalhos, uma classica cartilha de hygiene, o primeiro passo para a infiltração sanitaria da mentalidade da criança escolar. Methodos educativos, tests (*sic*) apropriados, graphics de interesse, formaram os primeiros trabalhos a seu cargo, alguns dos quaes ainda hoje bondosamente usados pela Inspectoria de Educação Sanitária, que organizámos, quando director do Serviço Sanitario, em 1925 (TÓPICOS..., 1929, p. 6).

⁶⁶ Na capa d’A *fada hygia*, ao menos na quarta edição, de 1936, lê-se: *Primeiro Livro de Hygiene* (KEHL [1923], 1936). Tivemos a oportunidade de examinar, no CEDAE-IEL/UNICAMP, um exemplar da quarta edição d’A *fada hygia* e localizamos, no CRE, a referência à *Cartilha de Hygiene* de Renato Kehl, ambas datando de 1936, pela Livraria Francisco Alves.

⁶⁷ Conforme consta na *homepage* do CRE <<http://www.crmariocovas.sp.gov.br>>, de 1928 – ano em que a publicação já alcançava a sua décima edição – à 1940, a *Cartilha de Hygiene* de Almeida Júnior foi reeditada pela Companhia Editora Nacional, que informou a impressão de 43.575 exemplares no período.

Voltando à repercussão *d'A fada hygia*, em abril de 1925 a imprensa carioca noticiou a adoção do livro de Renato Kehl pelas diretorias de instrução dos estados de São Paulo, Pará e Pernambuco:

Acaba de ser aprovado e adoptado pelas Directorias de Instrucção Publica do Districto Federal, do Estado de S. Paulo, Pará e Pernambuco, o livro “A Fada Hygia”, primeiro livro de hygiene, de autoria do Sr. Dr. Renato Kehl, publicista e hygienista patricio. É um livro ao mesmo tempo encantador pela simplicidade da phrase e amenidade do estylo, considerado pelo Director Geral da Instrucção Publica Dr. A. Carneiro Leão, “um bello serviço prestado ao Brasil” (O ENSINO..., 1925, p. 13).

Não pretendemos nos estender numa análise pormenorizada destas obras, mas apontar como esses manuais escolares de higiene, junto com outras iniciativas, evidenciam uma proximidade bastante particular, comum à época, dos profissionais da saúde e da educação, mobilizados pelos propósitos mais abrangentes de regeneração e revigoramento da nacionalidade, pela difusão da educação e da higiene, num cenário social e comercial também muito favorável a esse tipo de publicação.⁶⁸ Cabe destacar, ainda, o prestígio que a publicação de livros trazia a esses doutores, colocando-os em evidência no cenário intelectual e profissional, contribuindo, dessa forma, para a construção de uma imagem pública de erudição e respeitabilidade profissional, fundamentais, por exemplo, para a ascensão às posições honoríficas em suas entidades de classe, como é o caso da ANM. O dr. Abel Elias de Oliveira, no discurso de acolhida a Renato Kehl, em ocasião de sua posse como novo membro na ANM, destacaria justamente esses aspectos:

Renato Kehl é um grande idealista (...) de um melhorismo progressivo, de onde o seu grande labor, sua tenacidade nas tarefas que joga a hombros. Utilitario, o seu utilitarismo se deixa ver nos esforços para divulgar tudo quanto possa redundar em beneficio alheio. Como Schopenhauer, dá maior valor á palavra escripta do que á palavra falada, aproveita utilmente o tempo com ordem e methodo no trabalho, explicando-se desse modo sua producção livresca e jornalística, notavel em quantidade e qualidade (OLIVEIRA, 1933, p. 9)

⁶⁸ Para uma análise mais detida sobre o contexto de produção e circulação de manuais de higiene no horizonte das discussões eugênicas, ver: KINOSHITA, Carolina. T. Um D. Quixote científico a pregar para uma legião de panças: manuais escolares de higiene à sombra da Eugenia (1923-1936). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

Em 1926, o catálogo da Livraria Francisco Alves (LIVRARIA..., 1926, p. 4-11), reunindo “Algumas apreciações sobre a *Bíblia da Saúde*”, outra obra de grande popularidade de Renato Kehl,⁶⁹ destacava alguns comentários, veiculados originalmente em jornais e revistas especializadas, sobre as atividades daquele eugenista como médico e escritor:

O Dr. Renato Kehl é actualmente o maior publicista das letras médicas nacionaes. (...) Não conheço actualmente, na propria imprensa, quem tenha esse poder de reunir verdades e conceitos, em meia duzia de linhas, ás quaes não falta siquer, o espirito attico da elegância (...) Quem o analisa, tem diante dos olhos uma selecta de educação sanitaria (...) por saber simplificar os conhecimentos complexos, conseguiu, como ninguém, divulgar noções uteis aos homens incultos e mesmo aos cultos, do Brasil. É, por isso, o melhor propagandista que possuímos da hygiene. – Antonio Leão Velloso, do “Correio da Manhã”, 9-6-1926. (...)

O autor é bastante conhecido pelos seus numerosos escriptos sobre Eugenia e por varias obras de propaganda hygienica. Dispensa, portanto, qualquer apresentação – “Brasil Medico”, n.1, 1926 (...)

O Dr. Renato Kehl que tanto tem opulentado as letras medicas nacionaes com excellentes trabalhos de sua lavra (...) não é só o escriptor correto e claro; é tambem, principalmente, o vulgarizador admiravel que com extraordinaria singelesa e nitidez sabe pôr ao alcance de todas as intelligencias as mais interessantes questões de hygiene (...) – “Da Medicina Domestica”. (...)

Effectivamente, revisando as produções do Dr. Renato Kehl, chega-se a fácil e natural conclusão de que poucos cultores das letras medicas nacionaes terão tido a fortuna de igualal-o, não só na quantidade como na qualidade de seus empreendimentos, todos demonstrando solida cultura a par de grande capacidade de labor proficuo, posta uma e outra ao serviço de causas nobres e patrióticas. – Dr. Renato Pacheco, “Jornal do Commercio”. Rio de Janeiro, 28-10-1926.

⁶⁹ Abel E. de Oliveira, em discurso já citado, trazia um levantamento das publicações de Kehl até aquele ano (1933), que listamos a seguir: *Annaes de Eugenia*, reunindo as atividades da SESP [1919]; *Diccionario popular de medicina de urgencia – Medico no Lar*, em co-autoria com o Prof. Eduardo Monteiro [1919]; *Eugenia e Medicina Social* [1920]; *O perigo venereo*, sob os auspícios da Inspectoria da Lepre e das Doenças Veneras - DNSP [1920]; *Melhoremos a vida* [1922]; *A Cura da fealdade*, grosso volume de quase 500 páginas [1922]; *A Fada Hygia* [1923]; *Como escolher um bom marido* [1923]; *Como escolher uma boa esposa* [1924]; *Bíblia da Saude* [1926]; *Formulario de Belleza*, “livro de divulgação sobre questões de hygiene, eugenia e cosmética” [1927]; *Lições de Eugenia*, “obra produzida em português e traduzida para o espanhol” [1929]; *Livro do chefe de família*, “para registro genealogico” [1929]; *Boletim de Eugenia*, reuniu um grosso volume com os 36 números do periódico [1931] (OLIVEIRA, 1933, p. 9-10).



Figura 8: Renato Kehl em fotografia na revista *Fon Fon* (1926).⁷⁰

Consta, ainda, que o dr. Renato Kehl tenha colaborado com a imprensa diária e periódicos médicos de países como Argentina, Peru e Espanha; além do *Boletim de Eugenia*, que examinamos nesta pesquisa, o eugenista também esteve, por muitos anos, à frente de outras publicações, como a *Revista Terapêutica* e *O Farmacêutico Brasileiro*, edições financiadas pela Bayer (OLIVEIRA, 1933, p. 11; DADOS..., 1959, s/p).

⁷⁰ "O dr. Renato Kehl é autor de uma série de obras de grande valor científico, entre os quaes se destacam as de hygiene. Nessa especialidade o dr. Renato Kehl, acaba de publicar a 'Bíblia da Saude', onde enfeixou preciosos ensinamentos sobre o assumpto, numa forma de leitura amena" (O DR. RENATO..., 1926, s/p).

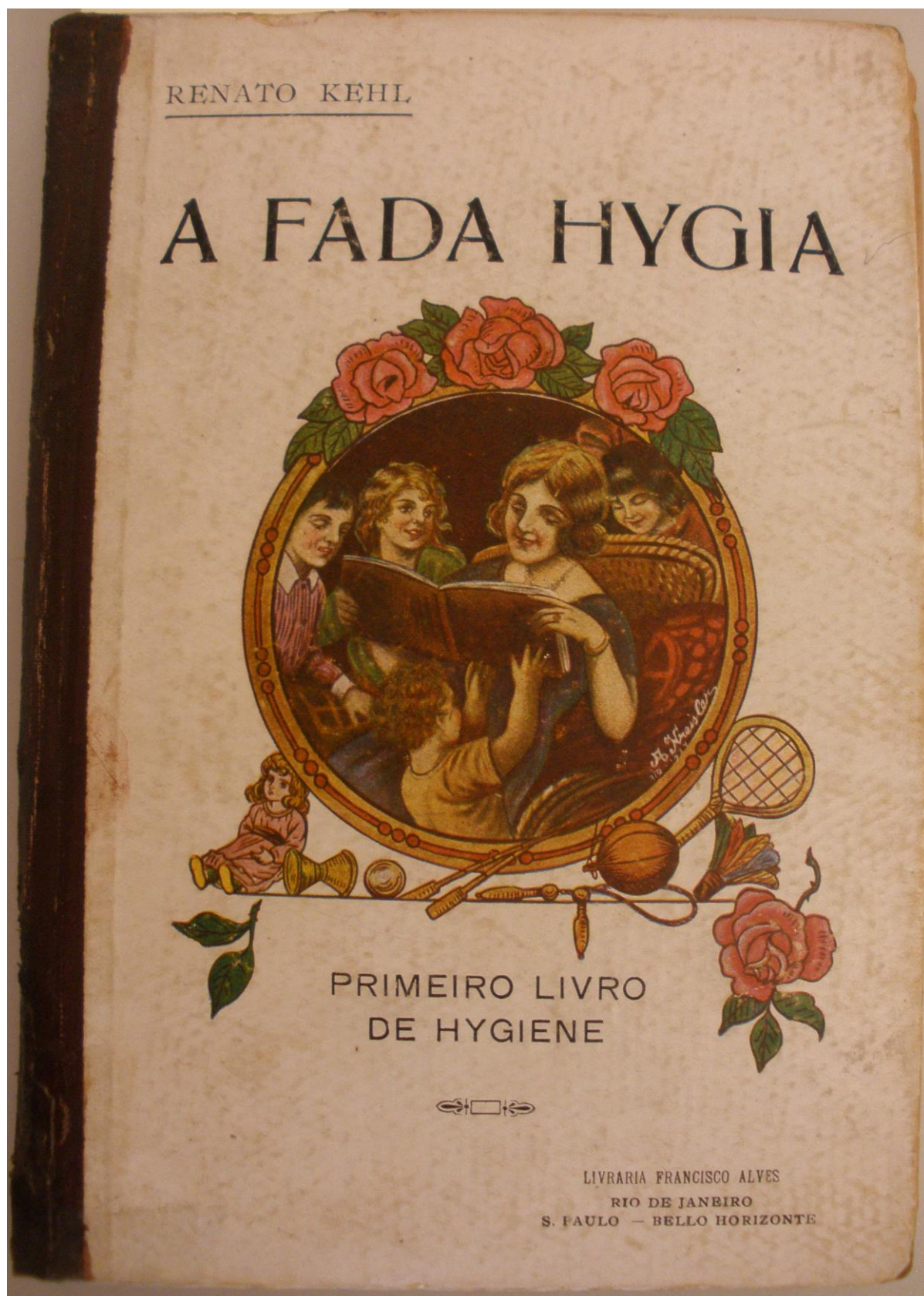


Figura 9: Capa do livro *A fada hygia*, de Renato Kehl [1923], 1936.⁷¹

⁷¹ Kehl, [1923] 1936. Fotografia do exemplar localizado no CEDAE-IEL/ UNICAMP.



Figura 10: Ilustração d'A *fada hygia*, de Renato Kehl [1923], 1936.⁷²

⁷² Abaixo da ilustração, lê-se: "... Fada bondosa e bella, amiga e protectora das crianças, tudo fazendo para que sejam fôrtes, sadias, — o encanto e a alegria dos paes" (Kehl, [1923] 1936, p. 18). Fotografia do exemplar localizado no CEDAE-IEL/ UNICAMP.

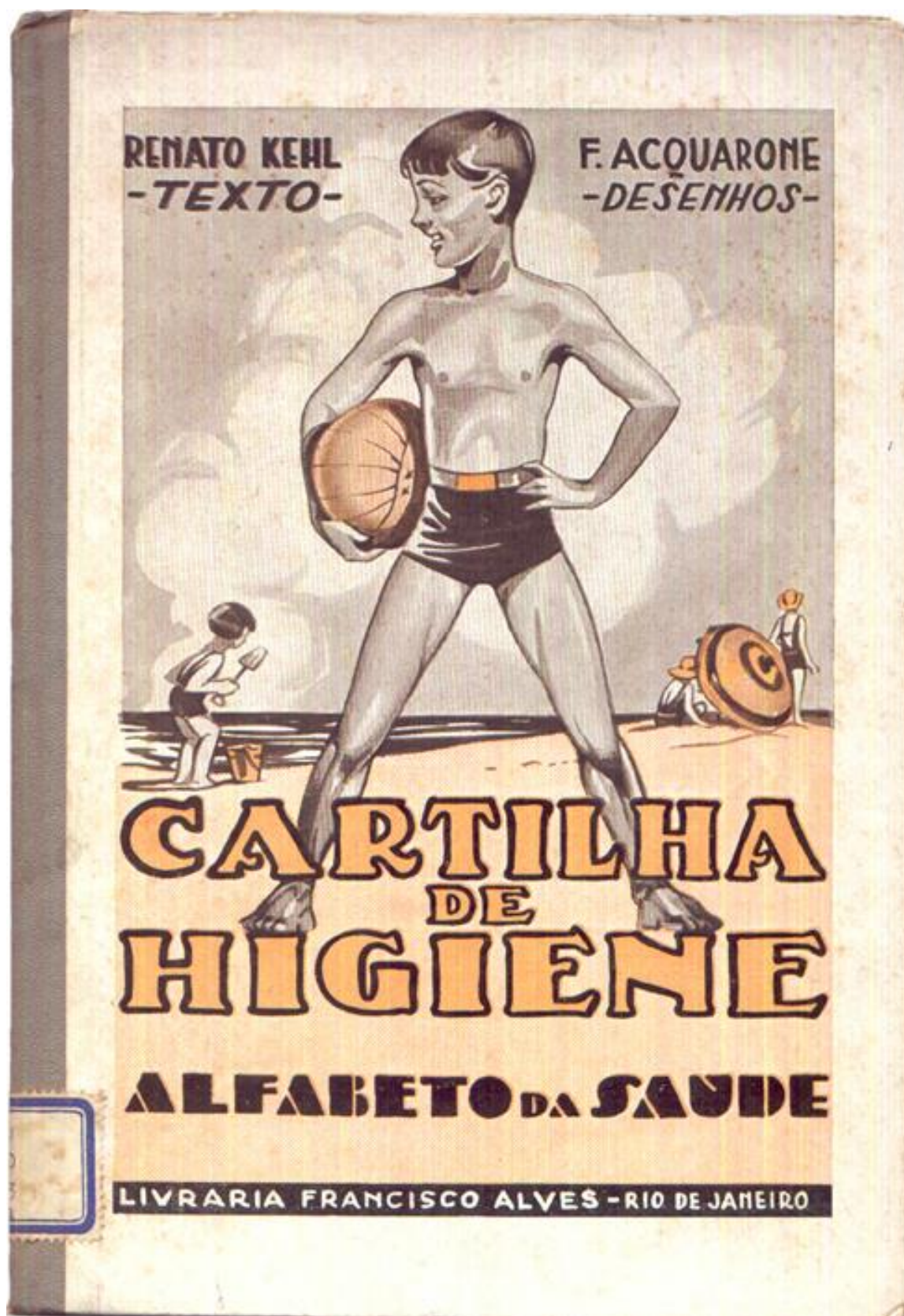


Figura 11: Capa da *Cartilha de Higiene*, de Renato Kehl, 1936.⁷³

⁷³ Fonte: Seção de cartilhas da “Coleção Escola Estadual Caetano de Campos”, CRE-SP.



Figura 12: Página de rosto da *Cartilha de Higiene*, de Renato Kehl, 1936.⁷⁴

⁷⁴ Fonte: Seção de cartilhas da “Coleção Escola Estadual Caetano de Campos”, no CRE.

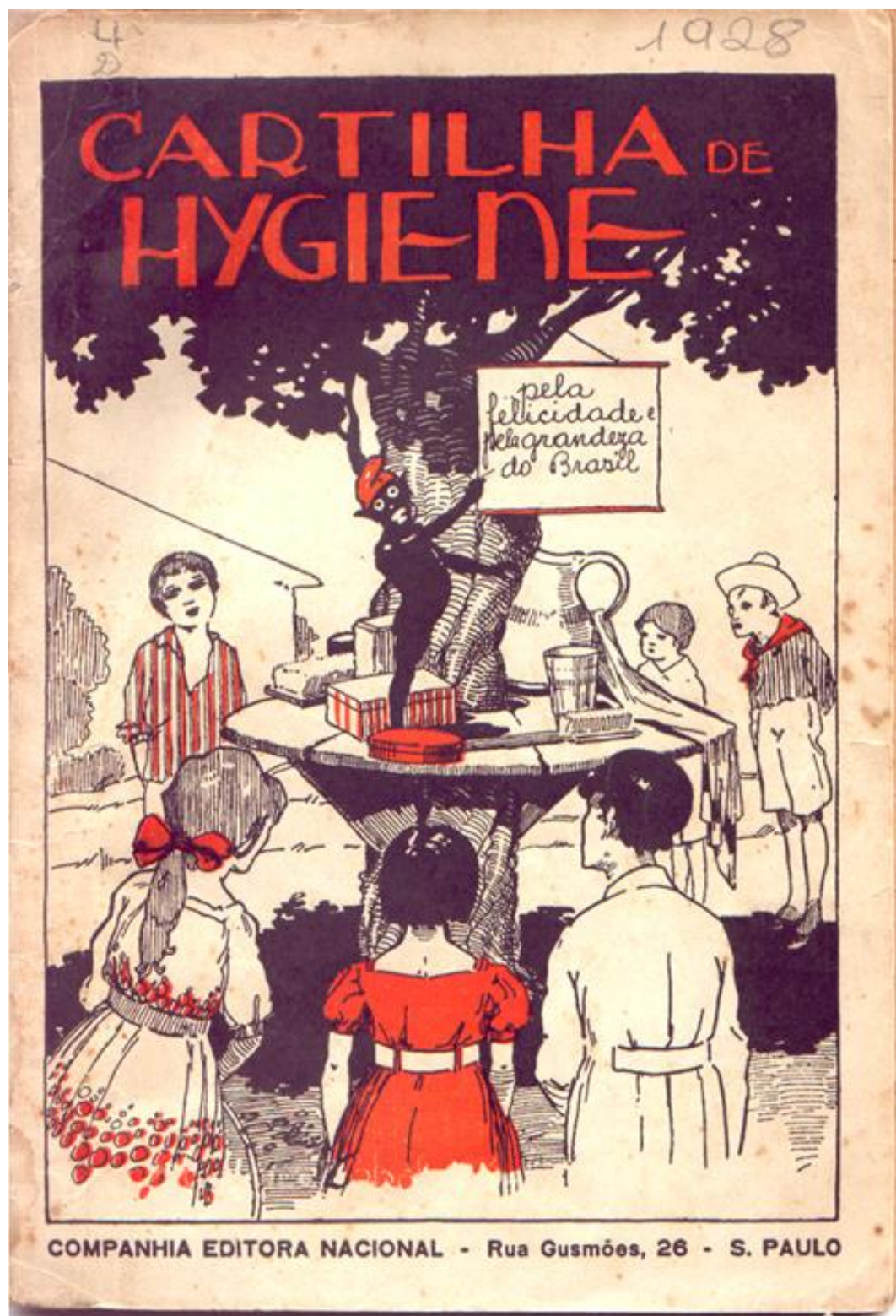


Figura 13: Capa da *Cartilha de Higiene*, de Almeida Júnior, [1922] 1928.⁷⁵

⁷⁵ Exemplar da 10ª ed., pela Companhia Editora Nacional, em 1928. Fonte: Seção de cartilhas da “Coleção Escola Estadual Caetano de Campos”, CRE.

2.3 No Velho Mundo, o Contato com Novas Orientações

*A Renato Kehl cabe, indubitavelmente, a gloria de
haver despertado e estimulado a consciencia
nacional para os problemas de hygiene da raça.
Pugnando por um ideal organico, constructivo de
um povo physica, psychica e moralmente vigoroso,
não podia o campeão da Eugenía desinteressar-se
dos problemas da Hygiene e da Medicina Social,
indissoluvelmente entrelaçados com os da sciencia
de Galton.*

Belisário Penna, Boletim de Eugenía, 1929

Quem é bom já nasce feito!

Renato Kehl, Boletim de Eugenía, 1929

Em 1927, Renato Kehl, que também era farmacêutico, demitiu-se do DNSP após aceitar um convite para assumir a direção da Química Bayer Ltda., indústria farmacêutica com a qual já colaborava desde 1923, permanecendo no cargo até 1944, quando a empresa, sediada na Alemanha, entrou em crise em razão do desfecho da guerra (DADOS..., 1959, s/p.; SOUZA, 2006, p. 122).

No ano seguinte, por intermédio da Bayer, Renato e Eunice, sua esposa, fizeram uma viagem de cinco meses ao norte da Europa, especialmente à Alemanha, para visitar a sede da indústria. A viagem foi noticiada pela carioca *Revista da Semana*, que informou, na edição de 14 de abril de 1928, o embarque do eugenista rumo àquele país (NOTICIARIO..., 1928, p. 24). Na ocasião, Kehl conheceu universidades e institutos de Antropologia e Eugenia, na Alemanha e em outros países, com destaque para o Instituto de Eugenia de Berlim, estabelecendo contato com seu diretor, Hermann Muckermann, nome que será freqüente nas páginas de seu futuro *Boletim de Eugenía*; aproximou-se de personalidades de destaque como o antropólogo Eugen Fischer, diretor do Instituto de Antropologia, Genética Humana e Eugenia, da Universidade Kaiser Wilhelm de Berlim. Teve contato, também, com um grande número de importantes periódicos sobre “higiene da raça”, termo usual entre os eugenistas alemães. Nessa viagem Kehl teve a oportunidade de conhecer eugenistas europeus de orientação mais severa, adeptos de um modelo de Eugenia “negativa”, mantendo-se em correspondência com muitos deles após seu regresso ao Brasil. Retornaria convencido da necessidade de divulgar junto aos intelectuais brasileiros a “verdadeira Eugenia”, de forma a demarcar rigidamente suas fronteiras em relação às outras práticas, mais ligadas à educação e

à higiene. A partir de então, Renato Kehl inclina-se mais às ideias eugênicas de origem alemã e estadunidense, distanciando-se de sua trajetória anterior, em que esteve próximo às questões sanitárias e às medidas de cunho educativo, principalmente pela sua atuação em importantes cargos públicos no setor sanitário. Aproximou-se, cada vez mais, daquilo que se convencionou chamar de Eugenia “negativa” (SOUZA, 2006, p. 122-25).

Nesse momento, é possível identificar uma inflexão na forma de Renato Kehl se posicionar no debate eugênico brasileiro, distanciando-se paulatinamente da divulgação de uma Eugenia mais “branda”, em sintonia com as ideias sanitaristas e educativas, que teria caracterizado sua participação no movimento eugênico até então, pela adesão a uma Eugenia mais “dura”, com propostas restritivas e segregacionistas. Como observou Souza (2006, p. 123), Kehl vinha de uma família de origem germânica, com fluência no idioma alemão, bem como no inglês, fatores que podem ter pesado em sua escolha para o cargo de diretor da Bayer no Brasil. Essa familiaridade com o vernáculo alemão também foi determinante em sua aproximação com destacados eugenistas europeus. Encontramos referências a uma outra viagem que Kehl e sua esposa fizeram ao norte da Europa, noticiada pela *Revista da Semana*, em outubro de 1932, divulgando uma fotografia do casal em Copenhague (REVISTA..., 1932, p. 3).

Em 1933, Renato Kehl é recebido como o mais novo integrante da prestigiada Academia Nacional de Medicina, à época, presidida pelo iminente dr. Miguel Couto, outro entusiasta da Ciência de Galton, idealizador do CBE, realizado quatro anos antes. Na solenidade de posse do novo acadêmico, o discurso do paraninfo, dr. Abel E. de Oliveira, referiu-se ao dr. Renato Kehl como grande eugenista brasileiro, versado nas modernas teorias de Lamarck, Darwin, Weismann, Mendel e Galton, “animado por um grande amor á patria”, devotado à ampla divulgação da Eugenia no Brasil, ressaltando, ainda, que a “Academia, na sua natural preocupação de se integrar de valores indiscutivelmente reais, o focalizara desde muito para chamal-o ao seu seio no primeiro ensejo offerecido” (OLIVEIRA, 1933, p. 7).

Na pesquisa, procuramos não perder de vista a trajetória pessoal de Renato Kehl no movimento eugênico brasileiro, identificando nuances na forma como o eugenista concebeu e difundiu a Eugenia, no período coberto pela investigação. Nesse percurso, Kehl oscilou entre posturas mais “brandas”, valorizando o papel da educação e da higiene na consecução dos fins eugênicos, e outras mais “radicais”, em que ideias e propostas de cunho restritivo minoravam a importância das iniciativas naquelas áreas, nos planos de regeneração da população brasileira. Com essas observações não estamos delimitando momentos absolutamente

estanques na trajetória deste eugenista, sem deixar, contudo, de reconhecer uma importante mudança, a partir do final da década de vinte, na forma como Kehl passou a fundamentar e divulgar a ciência eugênica no Brasil. As iniciativas por ele empreendidas no campo da higiene e da educação, bem como a relação que estabeleceu entre essas demandas e os propósitos eugênicos de melhoramento da população nacional, ao longo das décadas de dez e vinte, lhe conferiram popularidade num contexto marcado pelo forte apelo nacionalista, característico nos movimentos educacionais e sanitários do período.⁷⁶

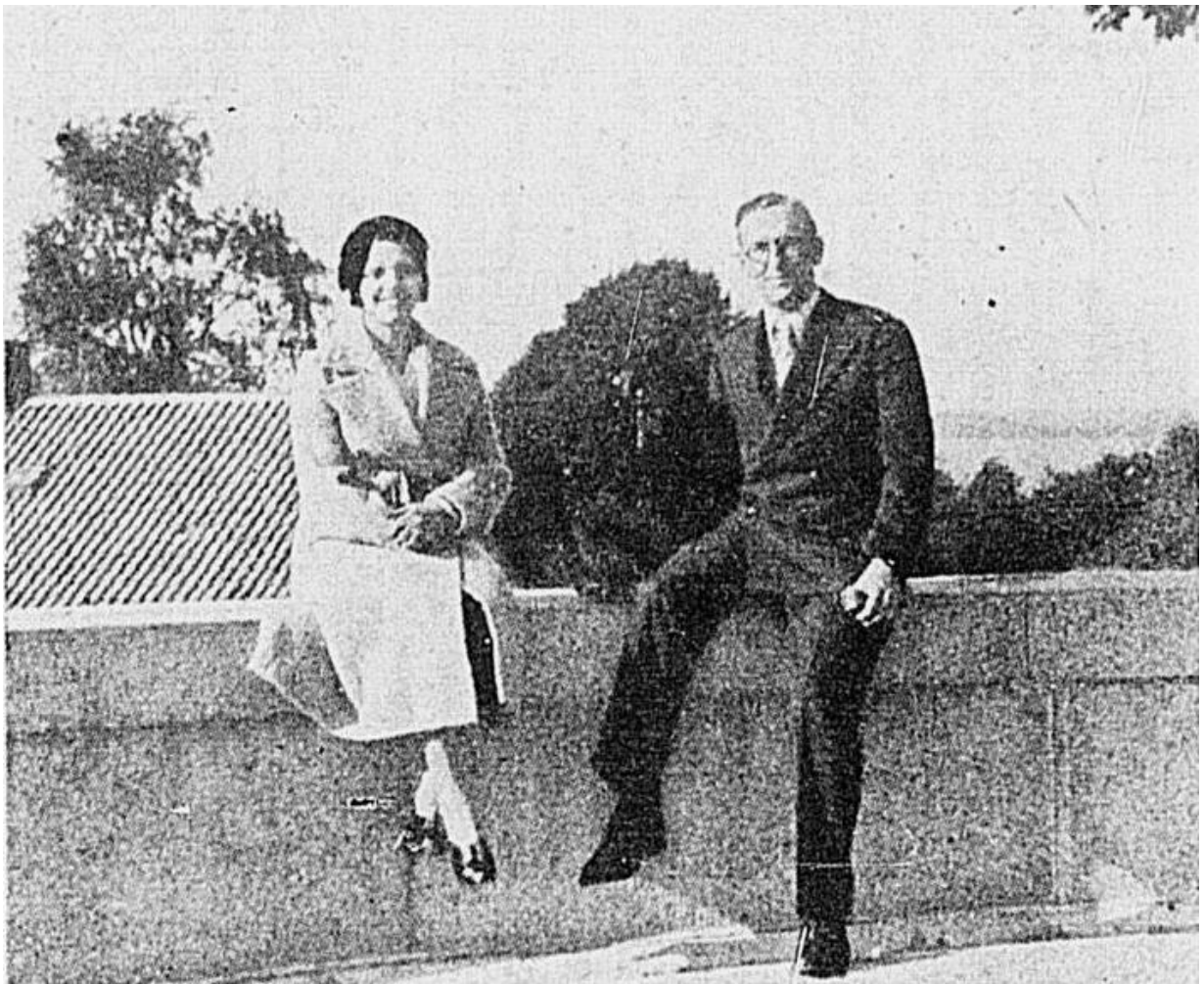


Figura 14: Renato Kehl e Eunice Penna Kehl, na Dinamarca (1932).⁷⁷

⁷⁶ A respeito de como o nacionalismo atravessava os movimentos pela educação e pelo saneamento, ver: Nagle (1978) e Castro-Santos (1985).

⁷⁷ “O casal Renato Kehl, que se encontra em viagem pela Europa, no adro da Cathedral de Roskilde, em Copenhagen” (REVISTA..., 1932, p. 3). Renato Kehl escrevia com frequência para a *Revista da Semana*, geralmente textos curtos, embora também tenha publicado alguns artigos mais extensos, com conselhos de higiene, alimentação, beleza e educação das crianças; também publicava mensagens numa pequena coluna de “Pensamentos”.

A inflexão verificada na maneira de Kehl conceber a Eugenia e seus propósitos, a partir do final da década de vinte, implicou numa reavaliação das contribuições da educação e do saneamento nas expectativas de regeneração da população, para esse eugenista, cada vez mais uma questão de ordem racial. Essa perspectiva racista, sobretudo a partir da década de trinta, perdeu força frente às teorias culturalistas que viam no processo de miscigenação da população brasileira as bases de sua nacionalidade, ao invés de causa primeira de sua degeneração. O pessimismo racial tampouco produziu consenso no movimento eugênico brasileiro. Tal como se verificou nos debates durante o CBE, registrados nas *Actas e Trabalhos* (1929), para a maioria dos eugenistas presentes os investimentos em saneamento e educação coadunavam-se perfeitamente com os propósitos eugênicos de melhoramento nacional, entendimento que não se verificava apenas entre aqueles de convicção neolamarckiana. Adepto do mendelismo, o médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto, por exemplo, foi incisivo em denunciar o caráter especulativo das explicações que postulavam, *a priori*, a inferioridade como produto previsível da mestiçagem. Para ele, os brasileiros não estavam degenerados pelo processo de mestiçagem, mas pela desigualdade social verificada entre os “*typos antropológicos do paiz*”; no trabalho que apresentou no CBE pode-se ler essa advertência: “embora não exista a questão das raças no Brasil, não é menos certo que negros e mulatos não encontram a mesma facilidade de vida, o mesmo **amparo social**, que os brancos” (ROQUETTE-PINTO, 1929, p. 139).⁷⁸

Nesse sentido, sob perspectiva sensivelmente diversa daquela que orientou suas ações e propostas no início de sua propaganda eugênica, Renato Kehl se envereda por uma Eugenia cada vez mais atrelada às ideias de higiene racial que grassavam na efervescente Europa do período entre-guerras. Segundo Souza (2006, p. 198-9), essa mudança de perspectiva se explica, principalmente, pela conjunção de três fatores:

(...) a própria expansão do movimento eugênico nacional e internacional; sua saída do Departamento Nacional de Saúde Pública, em 1927; e sua viagem de cinco meses ao norte da Europa, sobretudo à Alemanha, em 1928 (...) o contato deste eugenista com os pressupostos da “higiene racial” alemã despertou sua atenção e simpatia para um amplo conjunto de ideias radicais que vinham se desenvolvendo nos países de língua alemã e inglesa.

Suas ideias e propostas, a partir de então, seguem caminhos teóricos bastante distintos das perspectivas eugênicas dominantes no Brasil e, num cenário mais amplo, no movimento

⁷⁸ Grifos nossos.

eugênico latino-americano.⁷⁹ Essa nova orientação está presente no *Boletim de Eugénia*, periódico que Kehl inaugura em janeiro de 1929 e que examinaremos mais a frente.

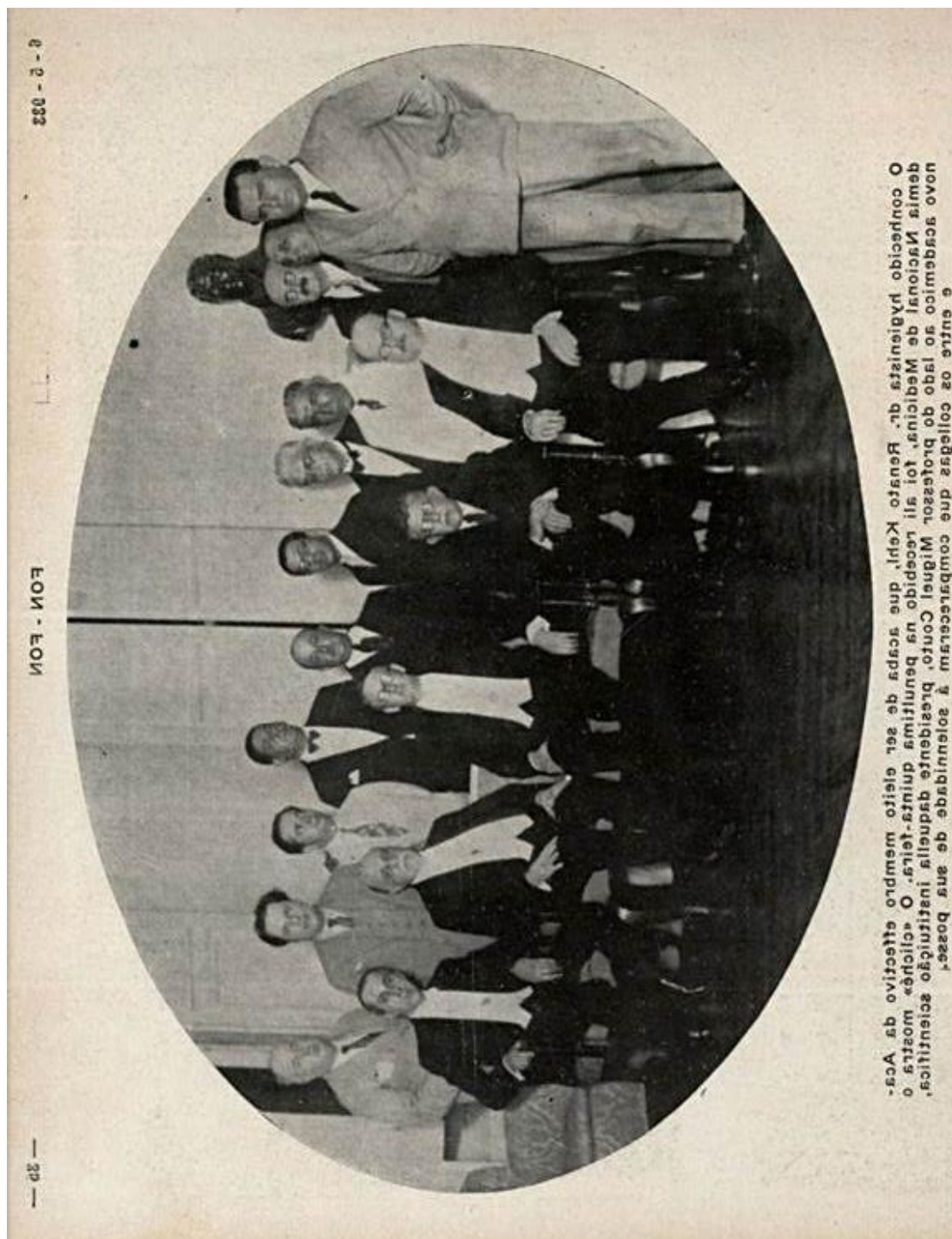


Figura 15: Posse de Renato Kehl na Academia Nacional de Medicina, em 1933.⁸⁰

⁷⁹ Para um estudo aprofundado da difusão e resignificação da Eugenia na América Latina ver Stepan (2005).

⁸⁰ “O conhecido hygienista dr. Renato Kehl, que acaba de ser eleito membro effectivo da Academia Nacional de Medicina, foi ali recebido na penultima quinta-feira. O ‘cliché’ mostra o novo academico ao lado do professor Miguel Couto, presidente daquella instituição scientifica, e entre os collegas que

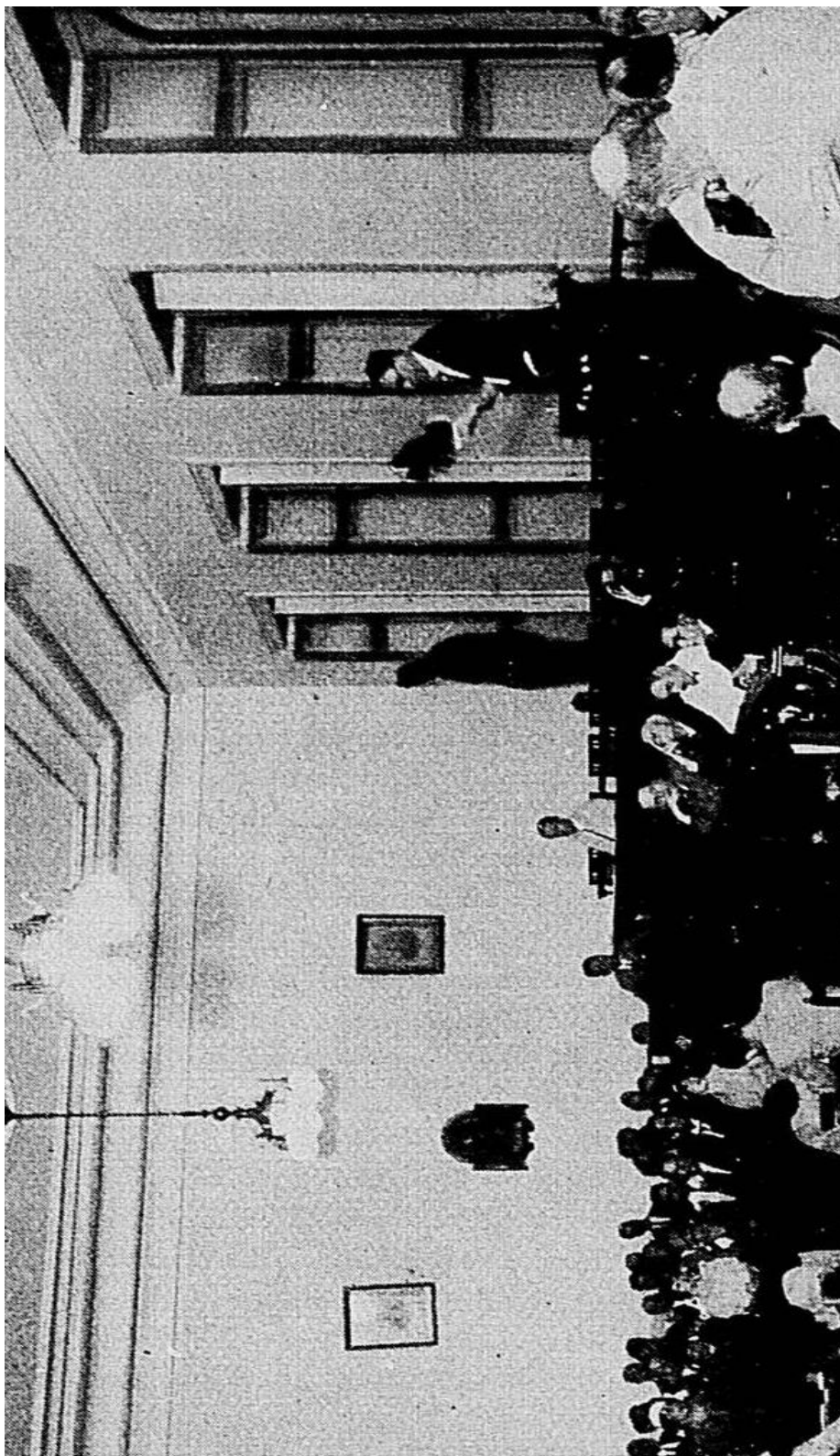


Figura 16: Discurso de Kehl na Academia Nacional de Medicina, 1933.⁸¹

compareceram á solenidade de sua posse”. Na fotografia, Renato Kehl aparece entre seu sogro, Belisário Penna, e Miguel Couto. revista *Fon Fon* (O CONHECIDO..., 1933, p. 35).

⁸¹ “O dr. Renato Kehl, ao ser recebido na Academia de Medicina, pronunciando seu discurso” *Revista da Semana* (FIGURAS..., 1933, s/p.).



Figura 17: Renato Kehl, fotografia publicada na *Revista Terapêutica* (1959).⁸²

⁸² DADOS..., 1959, s/p. Fonte: Fundo Pessoal Renato Kehl, DAD-COC – FIOCRUZ.

CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO NO MOVIMENTO EUGÊNICO

3.1 Educação no Congresso Brasileiro de Eugenia

A instrução e a educação podem engrandecer pelo cultivo algumas qualidades e restringir outras; poderão dar um verniz mediante o qual são disfarçados em parte o feio moral, porém não logram crear um caracter que em estado rudimentar se transmitta por hereditariedade

Actas e trabalhos, Renato Kehl, 1929

Poderia alguém estranhar que se houvessem reunido, neste Congresso a Eugenia e a Educação. Dir-se-ia haver entre ellas – ou entre os cultores de uma e de outra – um conflicto, ou incompatibilidade sem remédio. (...) Tudo ficou sendo a hereditariedade (...) A obra da Educação é uma construcção na areia, que se tem de recommençar sempre. Essas theorias scientificas soffreram, todavia, a constestação de doutrinas, que os biologists taxaram de meramente philosophicas. Não será a hereditariedade o factor principal; ella contribuirá apenas com uma potencialidade psychica, a que a educação e o meio dão forma definitiva. Pela educação se transformam promptamente os sentimentos humanos.

Actas e Trabalhos, Fróes da Fonseca, 1929

Em 1928, o jornal *O Paiz*, na edição de 1º de julho, reproduzia do discurso do Presidente da ANM, dr. Miguel Couto, em ocasião da solenidade de comemoração ao 99º aniversário da instituição, em que o iminente médico lançava publicamente a ideia de se realizar, no ano seguinte, o “Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia”, junto às demais atividades de celebração do centenário daquela academia. Todo o seu discurso girou em torno da Eugenia, pontuando seus progressos e sua repercussão internacional entre os “homens de sciencia empenhados em ser uteis á humanidade e á sua patria”. Miguel Couto destacou os esforços empreendidos em seu favor, como a criação de associações, a realização de congressos, a organização de conferências e a produção de revistas e incontáveis órgãos dedicados à sua propaganda. Em suas palavras, é explícita a intenção de que o debate acadêmico deveria subsidiar os governos na elaboração das políticas de proteção à

nacionalidade, aplicadas em diversas áreas, propósito que será reafirmado nos trabalhos do CBE. Ao relacionar os meios para se empreender o melhoramento eugênico da população, destacava em primeiro lugar a importância da instrução, com deferência à atuação da ABE, seguida do combate ao alcoolismo, uma das frentes de trabalho da LBHM:

Não podemos deixar a nossa Patria em atrazo; cada geração plasma a seguinte, por meios suaves e suasorios se possivel, e coercitivos se necessario. Entre esses figura em primeiro lugar a instrução do povo, e nenhum brasileiro que conheça as coisas do seu paiz ignora o surto de progresso que neste ambito se effectúa nas mais remotas aldeias e mais longinquos recantos, em todos os Estados da União, fruto do descortinar dos nossos estadistas, e da propaganda superior e pertinaz da Associação Brasileira de Educação. O combate ao alcoolismo e outras toxicomanias ainda não obteve o seu êxito em medidas governamentais indispensaveis e urgentes, mas já deu um grande passo para diante, graças á Liga de Hygiene Mental, que não cansa nem descansa (COUTO, 1928, p. 2).

Como previsto pelo Presidente da ANM, realizou-se, no ano seguinte, o Congresso Brasileiro de Eugenia, reunindo mais de duzentos participantes entre professores, médicos, biólogos, psiquiatras, jornalistas, escritores, deputados e representantes de instituições públicas de saúde, pesquisa e ensino, evidenciando o caráter socialmente abrangente das questões em debate no âmbito do movimento eugênico, aproximando profissionais de áreas diversas que, para além das especificidades de suas respectivas áreas profissionais, expressavam o interesse em debater e influir sobre questões relativas à regulação social, visando ao progresso nacional, nos limites dos interesses das classes dominantes a que se vinculava o seletivo grupo de intelectuais presentes no congresso.⁸³

O CBE contou, ainda, com a adesão de cientistas argentinos, peruanos, chilenos e paraguaios, muitos destes presentes em outros congressos que também se realizavam na cidade do Rio de Janeiro, como a “Quarta Conferência Pan-americana de Hygiene, Microbiologia e Pathologia”, o “Segundo Congresso Pan-americano de Tuberculose” e o “Décimo Congresso Brasileiro de Medicina”, integrando as atividades programadas para comemoração do centenário da ANM. Diante da participação de cientistas de países vizinhos, o dr. Xavier de Oliveira apresentou proposta para alterar o nome do Congresso Brasileiro de Eugenia para “Primeiro Congresso Internacional de Eugenia”, sendo aprovada, mais tarde, a

⁸³ Vale, aqui, retomar as análises de Williams (2000, p. 74) e Kuhlmann Jr. (2001, p. 236-8; 2010b, p. 181-4) sobre os processos de composição social, entre setores diversos, relativizando eventuais tensões entre categorias profissionais e grupos sociais e políticos no debate e encaminhamento de questões relativas à organização social. Ver Introdução.

mudança para “Primeiro Congresso Inter-Americano de Eugenía”. Contudo, segundo consta, na sessão plenária de encerramento, presidida pelo dr. Roquette-Pinto, foi deferida outra proposta, esta apresentada pelo dr. Belisário Penna, restabelecendo o nome original, “Congresso Brasileiro de Eugenía”, denominação que, por fim, prevaleceu nos registros oficiais (CONGRESSO..., 1929, p. 6-8).

Por designação do próprio Miguel Couto, conforme constam nas *Actas e Trabalhos* (1929, p. 7), o CBE reunia, na Presidencia e Secretaria Geral, dois expoentes do debate eugênico no período, respectivamente, os doutores Roquette-Pinto e Renato Kehl, como que representando a diversidade de perspectivas no encaminhamento das ideias eugênicas no Brasil. Os trabalhos apresentados estavam divididos em três sessões temáticas que destacamos a seguir, juntamente com os nomes de seus respectivos presidentes e secretários gerais: a primeira foi dedicada à “Antropologia”, contando com Fróes da Fonseca e Fernando R. da Silveira; a segunda à “Genética”, com Álvaro Osório de Almeida e O. B. Couto Silva; e, a terceira à “Educação e Legislação”, tendo à frente Levi Carneiro e Celina Padilha.

A sessão de “Educação e Legislação” – áreas de evidente intervenção social – teria sido a mais concorrida das três, já que somente as suas atas de reunião chegaram a ser publicadas na íntegra. As epígrafes escolhidas para esta seção dão o tom da controvérsia entre as perspectivas em debate no âmbito da Eugenia e ilustram a polêmica que se verificou, no CBE, entre os que, apegados às teorias raciais, minimizavam a eficácia dos esforços em educação e saneamento, como regeneradores das forças nacionais, e aqueles que, incrédulos quanto à defasagem racial dos mestiços, não hesitavam em situar o atendimento àquelas demandas sociais como alicerces das propostas de melhoramento eugênico da nação.

Segundo Diwan (2011, p. 113), o CBE representou uma ofensiva pública e direta em defesa da Eugenia tendo como escopo principal definir, através dos debates, quais seriam as propostas a orientar as políticas públicas do próximo governo, embora a historiadora ressalve que pouco se obteve de consenso, à exceção de uma política de imigração restritiva, principalmente para asiáticos. Dentre os temas mais abordados no CBE destacam-se: o exame pré-nupcial, a educação eugênica, a imigração, as doenças mentais e a educação sexual.

O CBE idealizado por Miguel Couto promoveu o encontro de expoentes da intelectualidade do período, cobrindo uma variedade de áreas profissionais, com entendimentos diversos quanto à definição da Eugenia como ciência, seus propósitos e meios de intervenção social; também, evidenciou o caráter histórico-social de elaboração da Eugenia como produto científico e ao mesmo tempo político, particularizado pelo tempo, espaço e

relações sociais. As divergências no Congresso não se restringiam em aquilatar, diferentemente, o valor da higiene e da educação no âmbito da ciência eugênica, ou no debate entre perspectivas embasadas em teses neolamarckianas ou mendelianas.



Figura 18: Miguel Couto em fotografia publicada na revista *Fon Fon* (1912).⁸⁴

Tratar da polêmica nestes termos equivale a reduzir o significado histórico desses debates, ignorando sutilezas e hesitações, tensões e composições, que participaram da produção histórica da Eugenia em nosso passado. Nesse sentido, como destacou Vera Regina Beltrão Marques (1994, p. 65-6), embora alguns antropólogos tenham reconhecido na Eugenia um instrumento válido para o melhoramento do homem brasileiro, não se deixou, no entanto, de criticar e rechaçar propostas de caráter racista. Diferentemente de Renato Kehl, Fróes da Fonseca e Roquette-Pinto não identificavam nos mestiços nenhum traço de inferioridade de caráter racial, como produto híbrido, inferior em relação às raças que lhe

⁸⁴ REVISTA... (1912, p. 8).

deram origem. Antes, não hesitaram em situar no âmbito dos propósitos eugênicos a questão fundamental da higiene e da educação para a obra de melhoramento da população nacional:

Não nos parece pois que a organização das populações brasilienses seja problema racial. Como o têm reconhecido todos os grandes espíritos que têm procurado pôr em equação o nosso futuro, o problema fundamental é o da educação em geral e o da hygiene em especial (FONSECA: 1929, p. 79).

Presidindo o CBE, o médico e antropólogo Edgard Roquette-Pinto acompanhou o desenrolar das “discussões sempre acaloradas” sobre questões tão polêmicas e observou a heterogeneidade de perspectiva sob a qual era colocada em análise a jovem ciência. Nesse sentido, não deixou de reconhecer a primazia da Biologia no entendimento da especificidade da ciência eugênica, cujo objeto de estudo não é o indivíduo nem o meio, mas a raça:

Há pessoas, no Congresso, para quem “Eugenia” é apenas um nome, em moda, de que se enfeita a velhíssima “Higiene”. [...] Um dos contendores, por exemplo, fixa-se no ponto de vista “eugênico”; o outro se firma no lado “higiênico” de cada questão... É quanto basta para dar água pela barba do ilustre presidente das reuniões, o dr. Levi Carneiro, homem talhado, por múltiplas condições, para dirigir os trabalho de uma reunião daquela natureza, onde se debatem problemas do maior alcance social, mas todos baseados na biologia, porque o Congresso não é de filosofia, de religião, de educação, de pedagogia – é de “Eugenia”. Eu mesmo, no posto sobremodo honroso em que me colocou a confiança pessoal de Miguel Couto, procurei mostrar que é preciso não esquecer, nunca nos trabalhos do Congresso, que a “higiene” procura melhorar o “meio” e o “indivíduo”; a “eugenia” procura melhorar a “estirpe”, a “raça”, a “descendência” (ROQUETTE-PINTO [1933] 1982, p. 43-4).

Roquette-Pinto estava convencido da importância da Eugenia no melhoramento do gênero humano, mas não fazia inferência, arbitrária, sobre a superioridade de um tipo racial sobre outro; tampouco estava disposto a admitir a inferioridade do mestiço, por ser produto de “tipos antropológicos” desiguais. Nesse sentido, era enfático em destacar os problemas sociais que participavam da degeneração social da população brasileira:

Do ponto de vista fisiológico, as pesquisas provavam que os cruzamentos entre branco e negro, e branco e índio são sempre tipos normais, a menos que os progenitores sejam portadores de herança mórbida. Em geral, tem-se o hábito de considerar degenerados, mestiços que são apenas doentes ou disgênicos. Não é o cruzamento; é a doença a causa do aspecto débil de muitos deles. Durante muito tempo raciocinou-se *a priori* sobre o resultado

dos cruzamentos, em vez de procurar, sem idéias preconcebidas, os documentos necessários ao estabelecimento de uma opinião certa [...] o resultado dos cruzamentos é condicionado não somente por *fatores biológicos* mas também por *fatores sociais* (ROQUETTE-PINTO [1933] 1982, p. 94).⁸⁵

Durante o CBE, Roquette-Pinto⁸⁶ apresentou o trabalho *Nota sobre os tipos anthropologicos do Brasil*, com base em suas pesquisas sobre as características da população “brasiliense”,⁸⁷ reunindo dados antropométricos coligidos há mais de vinte anos. Neste trabalho, em síntese, foi incisivo em frisar que o problema de nossa população não era racial, porquanto “o homem, no Brasil, precisa ser **educado** e não **substituído**”⁸⁸ (ROQUETTE-PINTO, 1929, 147).

3.2 O Boletim de Eugénia (1929-1933)

Têm os leitores o primeiro numero do Boletim de Eugénia. Aparece modestamente: pequeno formato, poucas paginas. Promette pouco. Deseja, apenas, auxiliar a campanha em prol da Eugénia entre os elementos cultos e entre os elementos que, embora de mediana cultura, desejam, tambem, orientar-se sobre o momentoso assumpto.

Boletim de Eugénia, Renato Kehl, janeiro de 1929

O Boletim de Eugenia (...) é uma noticia auspiciosa, que deverá ser acatada com grande jubilo pelos círculos intellectuaes de todo o paiz. (...) será um repositório utilíssimo de informações e trabalhos relativos a materia que tanto já está preocupando as classes esclarecidas.

Correio Paulistano, 30/01/1929

⁸⁵ Neste excerto, optou-se pelo artigo *Nota sobre os tipos anthropologicos do Brasil* tal como está reproduzido na obra *Ensaio de Antropologia Brasileira* (ROQUETTE-PINTO, [1933] 1982, p. 75-107), pois no trecho citado fica evidente a correção, pelo autor, de uma incongruência no original, nas *Actas e Trabalhos* (1929).

⁸⁶ Para um estudo aprofundado sobre as contribuições de Roquette-Pinto, ver: SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)*. 2011. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.

⁸⁷ Roquette-Pinto utilizava a expressão “brasiliense”, designativa de nacionalidade, ao invés de “brasileiro”, que remete à ideia de profissão (ROQUETTE-PINTO [1933] 1982). Nesta preferência, parece ter sido acompanhado por outras personalidades, como o antropólogo Fróes da Fonseca.

⁸⁸ Grifos do autor.

Um ano após sua viagem ao norte da Europa, Renato Kehl empreende mais uma iniciativa de propaganda em prol da Ciência de Galton, dessa vez um periódico dedicado à “cruzada eugênica”, numa perspectiva mais alinhada à Eugenia em difusão nos Estados Unidos e na Europa, sobretudo na Alemanha. Em janeiro de 1929, é lançado o primeiro número do *Boletim de Eugenia* (BE), periódico idealizado e dirigido pelo médico e farmacêutico paulista Renato Ferraz Kehl, para a divulgação da Eugenia em meio a intelectualidade e demais interessados no assunto.⁸⁹ A publicação, editada com recursos de seu próprio diretor, veiculava pequenos artigos de destacados intelectuais, geralmente médicos, do país e do exterior, versando sobre temas diversos, sempre voltados à popularização da Ciência de Galton, seus principais conceitos e propósitos, em geral numa perspectiva mais restritiva.

Renato Kehl teria regressado da viagem que fez ao norte da Europa, em 1928, convicto da necessidade de imprimir um novo ritmo na divulgação e institucionalização da Eugenia no Brasil, tal como se experimentava em países como a Alemanha e a Inglaterra. Num pequeno artigo chamado *Proposito*, publicado no primeiro número do seu periódico, o eugenista não nos deixa dúvidas quanto ao desejo de ver no Brasil a Eugenia florescer como vinha ocorrendo nos países nórdicos que visitou:

É necessario (...) que a Eugenia, a exemplo do que se faz em outros países, desperte ainda maior interesse, mais serias preocupações seja mais cultivada e applicada, porque, indubitavelmente, é a chave magna da regeneração humana (KEHL, 1929c. p. 1).

Muitos dos textos veiculados eram de autoria do próprio Kehl ou traduzidos por ele. Com uma tiragem inicial de mil exemplares, o periódico circulou entre os anos de 1929 e 1933, totalizando 42 números, inicialmente com uma periodicidade mensal, até 1931, passando, nos dois últimos anos, a circular como uma edição trimestral; em geral, cada exemplar apresentava entre quatro e dez páginas, com textos, geralmente mais curtos,

⁸⁹ No primeiro exemplar do *Boletim de Eugenia*, Renato Kehl indica a filiação do periódico à Liga de Hygiene Mental, embora não se verifique, nos próximos números, nenhuma menção explícita sobre esse vínculo institucional, tampouco conste a entidade nos créditos da publicação. A referida LBHM, da qual Renato Kehl foi integrante, fora fundada em 1922, por Gustavo Riedel, e possuía uma publicação própria, a partir de 1925, chamada *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* (ARCHIVOS..., 1925, p. 15).

apresentados em uma impressão monocromática e, eventualmente, com algumas imagens. No quarto exemplar, em abril de 1929, Kehl fez um apelo, a fim de regularizar a remessa do BE, pedindo que os interessados em recebê-lo, regularmente, enviassem a solicitação para sua caixa postal. Segundo Souza (2006, p. 132) Renato Kehl enviava, com frequência, exemplares de seu *Boletim de Eugénia* a autoridades públicas e estudiosos, do Brasil e do exterior, bem como aos principais jornais do país. De fato, vários desses órgãos de imprensa acusaram o recebimento do periódico e publicaram pequenas notas saudando a iniciativa. O jornal carioca *Correio da Manhã*, em 25 de janeiro de 1929, dava notícia sobre o caráter pioneiro do periódico de Kehl:

Sob a direcção do dr. Renato Kehl e editado em propaganda do instituto Brasileiro de Eugenia, acaba de apparecer o Boletim de Eugenia, mensário interessante, a primeira publicação que aqui se faz com caracter periodico. Propõe-se divulgar, resumidamente, em lingua simples e clara, artigos scientificos, ao lado de outros de simples vulgarização (BOLETIM..., 1929, p. 7).

Poucos dias depois, o paulista *Diario Nacional* também repercutia o lançamento da publicação especializada em matéria de Eugenia.

Editado para propaganda do Instituto Brasileiro de Eugenia, foi posto em circulação, no Rio de Janeiro o primeiro numero do “Boletim de Eugenia”, mensário que será interessante e movimentado repositório de tudo quanto de novo e de util se faça, entre nós no terreno dessa sciencia, que dia a dia mais ganha adeptos e defensores. O “Boletim de Eugenia” é de direcção e propriedade do dr. Renato Kehl, cientista dos mais conceituados no Brasil, pelo caracter essencialmente pratico de seus estudos e investigações. O primeiro numero dessa publicação apresentou-se bem collaborado, com secções numerosas e cheio de attractivos (PUBLICAÇÕES, 1929a, p. 6).

Além do *Correio da Manhã* e do *Diario Nacional*, encontramos referências em outros jornais, como o carioca *O Paiz*, indicando o recebimento dos exemplares que Renato Kehl lhes enviava, como forma de ampliar a divulgação de seu periódico junto à opinião pública (PUBLICAÇÕES..., 1929, p. 5; BOLETIM..., 1929, p. 7; PUBLICAÇÕES, 1929b, p. 13; PUBLICAÇÕES, 1931, p. 5).

Como forma de evidenciar a repercussão do periódico, o exemplar de março traz uma pequena nota de agradecimento aos diversos jornais, da capital e dos estados, por noticiarem a publicação do primeiro número do BE:

A Imprensa compreendeu, perfeitamente, os nossos intuitos de propagar conhecimentos eugênicos, afim de assim concorrer para o progresso physico, psychico, mental e moral da nossa gente. Destacamos os seguintes jornaes que vieram ter ás nossas mãos, e cujas referências agradecemos: O “Correio da Manhã”, o “Estado de São Paulo”, “O Globo”, “A Noite”, “Brasil Medico”, “Diario de Minas”, “Minas Gerais” e “Diario Nacional” (O BOLETIM..., 1929, p. 3).

O *Estado de S. Paulo*, na edição de 30 de janeiro de 1929, em matéria intitulada *A Eugenia no Brasil*, destacou a importância do periódico na veiculação de “informações e trabalhos relativos á materia que tanto já está preocupando as classes esclarecidas” (A EUGENIA..., 1929a, p. 7). Dois anos depois, na edição de fevereiro de 1931, o *Boletim de Eugenia* publicou a matéria *Eugenismo na imprensa mundial*, repercutindo a divulgação, pela revista francesa *La race et lês mœurs*, de uma lista dos principais periódicos mundiais sobre Eugenia, destacando o BE entre renomados títulos, como a inglesa *Eugenics Review* e a estadunidense *Eugenical News* (O EUGENISMO..., 1931, p. 8).

Instigado pela institucionalização que a Eugenia alcançara nos países que visitou, Renato Kehl lograva fundar, a exemplo do Instituto de Eugenia de Berlim, uma instituição que pudesse cuidar, no Brasil, dos problemas relativos à raça. Desde o primeiro exemplar, o BE aparece como um periódico “editado em propaganda do Instituto Brasileiro de Eugenia”, entidade que o médico desejava fundar:

O “Boletim de Eugenia” precede nesta Capital a fundação de um Instituto Brasileiro de Eugenia, que terá logar, opportunamente, sob os auspícios do director deste e dos Professores Ernani Lopes, J. Porto-Carrero, Murilo de Campos e Heitor Carrilho (O NOSSO..., 1929, p. 1).

No mês seguinte à sua inauguração, o BE trazia um pequeno texto assinado pelo seu diretor, fazendo um “ligeiro esboço” sobre os “fins do Instituto” e a indicação sobre o que seria “necessário fazer”. Neste sucinto artigo é possível identificar uma crítica de Kehl à morosidade dos governos, constituídos sob os interesses das oligarquias agrárias, na implementação de políticas voltadas às causas nacionais, no âmbito das quais o eugenista inseria a sua cara Ciência.

O nosso intuito, pois, relativamente ao Instituto de Eugenia, se limitará a lançar apenas a semente, até que um milagre se faça, – surgindo, então, o

novos templos onde se cuidará da **nacionalidade** brasileira, como o faz o Instituto de Eugenia de Berlin, para a **nacionalidade** germânica. Já temos Instituto Agronomico e Instituto Veterinario, sendo bem possivel que dentro de alguns annos, de muitos annos, depois que ficarem resolvidos os graves problemas da **broca** do café e da **broca** do gado, se cogite então de fundar um Instituto de Eugénia destinado ao estudo dos meios de combater as **brocas** do genero humano (KEHL, 1929d, p. 1).⁹⁰

Em outro trecho, Kehl fornece mais detalhes sobre como se organizaria e a que se prestaria tal entidade. Dentre as três seções que o idealizado “Instituto Brasileiro de Eugenia” comportaria, a primeira seria dedicada exclusivamente à propaganda, visando a um amplo programa de educação eugênica:

A fim de que os leitores possam fazer idea do que seria e dos assumptos de que cogitaria um Instituto de Eugénia, darei a seguir, segundo nosso modo de encarar o problema, um resumido esboço. O Instituto teria três secções distinctas: uma de propaganda, uma de actividade pratica e outra de estudos scientificos. A primeira se incumbiria de organizar e de manter intelligente e constante propaganda de educação eugenica pelas revistas e jornaes profanos, de distribuir folhetos e cartazes com os ensinamentos a popularizar; a segunda se encarregaria de promover a execução das medidas propostas para melhorar as condições das proles, esforçando-se junto ás autoridades constituidas para o estabelecimento de medidas legais de combate aos factores de degeneração; a terceira se incumbiria da organização de um archivo genealogico e dos estudos comprehendendo a hereditariedade, a genetica, a biometrica, a estatistica, as pesquisas biologicas e sociaes relativas aos problemas eugenicos (KEHL, 1929d, p. 1).

Até o quinto exemplar, referente ao mês de maio, o BE era uma publicação exclusivamente avulsa, distribuída gratuitamente a quem o solicitasse. No entanto, a convite do dr. Theophilo de Almeida, um colega dos tempos da academia, Kehl aceitou incorporar o seu *Boletim de Eugénia* à *Revista Medicamenta*, como uma separata, preservando, contudo, a propriedade sobre o periódico, bem como a tiragem avulsa de mil exemplares. Provavelmente em razão desta transição, explica-se a publicação dos sexto e sétimo números, referentes aos meses de junho e julho, num único exemplar, com oito folhas. A partir de então, o BE passa a oferecer uma assinatura anual para as edições avulsas, no valor de \$5000. Com a incorporação do periódico à prestigiada revista, “uma das mais acatadas e apreciadas revistas medicas brasileiras”, Kehl vislumbra a possibilidade de ampliar, ainda mais, os horizontes de sua campanha em prol da Eugenia, sobretudo entre a intelectualidade médica (KEHL, 1929e, p. 1).

⁹⁰ Grifos do autor.

BOLETIM DE EUGENIA

SEPARATA DA "MEDICAMENTA"

EDITADO EM PROPAGANDA DO
INSTITUTO BRASILEIRO DE EUGENIA
Caixa Postal 2926 - Rio de Janeiro - Brasil
Assig. anual do Boletim avulso 5\$000

AGOSTO DE 1929

ANNO I

N. 8

DIRECCAO E PROPRIEDADE
DR. RENATO KEHL
R. Smith Vasconcellos, 63 (Águas Fereiras)
Caixa Postal 2926 - Rio de Janeiro - Brasil

EUGENIA E EUGENISMO

Tem-se registrado grande confusão em torno da Eugenia que para muitas pessoas, mesmo cultas, é considerada uma doutrina sem fronteiras, envolvendo tudo quanto se refere ao melhoramento do genero humano.

Nós, mesmo, no inicio da campanha de propaganda em prol dessa sciencia, não fomos muito claros na delimitação das suas bases e de seus propositos!

Visando despertar a attenção publica para o assumpto, inteiramente novo e, portanto, desconhecido no nosso meio, dissemos, muitas vezes, que "educar é eugenizar", "sanear é eugenizar", sem esclarecer a razão dessas affirmativas breves e incisivas.

Actualmente, porém, já é tempo de collocar os termos nos seus devidos logares, evitando que se repitam confusões inconfessaveis.

A Eugenia é uma sciencia de fronteiras perfeitamente delimitadas. Ella tem por fim melhorar e proteger a especie, pelo melhoramento e pela protecção das boas sementes e de seus portadores.

Sementes são as cellulas germinaes, são os espermatozoides, (cellulas reproductoras masculinas), e os ovulos (cellulas reproductoras femininas).

Poder-se-á definir a Eugenia como sendo a sciencia que tem por fim preservar e favorecer as boas disposições hereditarias do plasma germinativo. Ella corresponde á hygiene especifica das cellulas de reproducção ou hygiene da hereditariedade. Em outras palavras: Eugenia é a sciencia da protecção e da selecção das sementes humanas. A sua finalidade, em relação ás sementes, é a defesa da especie pela manutenção e multiplicação das boas linhagens. No seu ponto de vista pratico constitue uma verdadeira arte ou hominicultura, que se propõe a cultivar os bons espécimes, segundo as regras da hereditariedade.

Eugenismo é a applicação pratica, social e individual das medidas que concorrem para o melhoramento humano. Corresponde a Eutechnia, a tudo que directa ou indirectamente possa ser utilizado para auxiliar os propositos da Eugenia.

Eugenismo é educação, é saneamento, é hygiene, é esporte, é legislação, é tudo que, beneficiando o homem, reverte directa ou indirectamente em beneficio de sua prole.

Não se deve, portanto, capitalizar de Eugenia o que é Eugenismo.

Para concluir:

A Eugenia é a sciencia do aperfeiçoamento physico, psychico e mental do genero humano, tendo em conta as disposições hereditarias da semente e as medidas que a beneficiem através das gerações.

O Eugenismo corresponde ao culto e á pratica da acção eugenica no sentido amplificado, sem limite claro e explicito, visando proteger e favorecer o individuo em relação a si proprio e ao meio que o cerca.

Renato Kehl

OS FUNDAMENTOS SCIENTIFICOS DA EUGENIA

FOR

LUIZ HUERTA, DE MADRID

PARENTESE INICIAL INDISPENSÁVEL

A doutrina da herança biologica, como todo conhecimento humano, está passando pelas phases naturaes de progresso, que são tres: 1.ª, vulgar (preconceitos populares, intuição grosseira, folklore); 2.ª, especulativa (theorias philosophicas, pontos de vista lyricos geniaes, doutrinas abstractas); 3.ª, positiva (methodo experimental, rigor scientifico, leis biologicas).

Não é preciso dizer que em nosso paiz a doutrina da herança biologica acha-se ainda hoje em grande parte da população hespanhola, na primeira das phase apontadas, e a parte restante da opinião publica nacional vive sujeita á segunda phase, havendo sómente uma minoria selecta de espiritos independentes, sugadores austeros de pura seiva scientifica, que já alcançaram a terceira phase deste interessante conhecimento humano.

Um nucleo selecto de homens dotados de solida formação scientifica e aguçado valor civico, condoído, sem duvida, dos estragos que produz no povo inculto o desconhecimento scientifico das leis fundamentaes da procreação humana, do que o Mestre Madrazo chama a hygiene da fecundação, que, no seu conceito: "é a mãe de todas as hygienes", um nucleo de apostolos sociaes austeros, digo, teve a iniciativa de organizar o

Figura 19: Boletim de Eugenia, agosto de 1929.⁹¹

⁹¹ Edição de agosto de 1929, n. 8, ano 1 (KEHL, 1929a, p. 1). Fonte: Acervo da Divisão de Biblioteca e Documentação da Faculdade Medicina da Universidade de São Paulo (DBD/FM-USP).

O *Boletim de Eugénia* manteve-se sob a direção de Renato Kehl e como separata da *Revista Medicamenta* até dezembro de 1931, alcançando o exemplar de número 36. A partir do ano seguinte o periódico passou por importantes mudanças de ordem institucional e editorial. Pode-se, assim, distinguir duas fases na trajetória deste veículo dedicado à difusão do ideal eugênico: de 1929 até 1931, quando a direção do BE estava sob a responsabilidade direta de seu fundador, sendo publicado mensalmente na capital federal; e os dois últimos anos de circulação do periódico, já sob a responsabilidade dos professores Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr., destacados cientistas da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ), momento em que a publicação transforma-se em uma edição trimestral, com um número maior de folhas, e passa a ser editada no interior paulista, na cidade de Piracicaba.

Contudo, pouco antes de sua transferência do Rio de Janeiro para o interior paulista, o exemplar de março de 1931, ainda sob a direção direta de Renato Kehl, trazia uma novidade: o BE deixava de ser apresentado ao leitor como “editado em propaganda do Instituto Brasileiro de Eugenia” para ser uma “publicação oficial da Comissão Central Brasileira de Eugenia” (CCBE), entidade recém-criada por Kehl e outros eugenistas com a finalidade de:

a) manter no paiz o interesse pelo estudo das questões de hereditariedade e eugenia; b) propugnar pela diffusão dos ideaes de regeneração psychica e moral do homem; c) prestigiar ou mesmo auxiliar os empreendimentos scientificos ou humanitários de caracter eugênico e dignos de apreço (UMA NOVA..., 1931, p. 1-2).

Passados mais de dez anos da fundação da SESP, Renato Kehl consegue, finalmente, criar uma nova entidade dedicada aos fins eugênicos. Não era o “Instituto Brasileiro de Eugenia” que postulou em seu periódico, mas uma “Comissão” que também se pretendia nacional, como sugere o nome adotado; previa-se, também, a sua incorporação à Federação Internacional das Associações Eugênicas, com sede em Londres. A CCBE tratava-se de uma “organização particular de caracter privado”, limitada a um número de dez integrantes, sendo Renato Kehl o seu Presidente, com mandato por tempo indeterminado. A entidade se apresentava como uma “organização scientifica permanente (...) nucleo de convergencia e, ao mesmo tempo, ponto de irradiação dos ideaes e dos ensinamentos práticos”, idealizada nos moldes das instituições que existiam “em outros paizes civilizados”. Certo é que a nova entidade concentrava personalidades de destaque no debate das questões eugênicas no país, como o dr. Ernani Lopes, Presidente da LBHM, os professores dr. Salvador de Toledo Piza Jr.

e dr. Octavio Domingues, renomados cientistas da ESALQ, o dr. Belisário Penna, Diretor Geral do DNSP, o dr. Gustavo Lessa, Assistente do DNSP, e o casal Renato Kehl e Eunice P. Kehl, esta última ocupando a função de secretária da nova entidade⁹² (UMA NOVA..., 1931, p. 1-2).

Segundo a pesquisadora Paula Arantes Habib (2010, p. 296-7), que em sua pesquisa de doutoramento teve acesso às correspondências trocadas entre Renato Kehl, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr., a transferência do *Boletim de Eugénia* para a cidade de Piracicaba partiu de um pedido pessoal de Kehl para que os renomados cientistas assumissem, em definitivo, a direção do periódico. O idealizador do BE faria, em breve, uma nova viagem ao continente europeu; ademais, alegava dificuldades, por problemas de saúde, em continuar com a direção do periódico, mesmo depois que regressasse ao país. Domingues e Piza Jr. aceitaram a tarefa de dar continuidade ao BE, porém sugeriram que o periódico passasse a ser editado em Piracicaba e não mais como suplemento da *Revista Medicamenta*. Kehl aceitou a proposta e pediu que o próximo exemplar trouxesse uma nota explicativa, informando que o BE, a partir de então, entraria numa “nova fase”, sob a direção de Domingues e Piza Jr. Num gesto de deferência, os novos responsáveis pelo periódico fizeram questão de manter o nome de Renato Kehl como um dos diretores; além disso, a publicação continuou sendo apresentada como veículo oficial da CCBE, organização da qual os novos diretores também eram membros. Em carta de Domingues a Kehl, é possível ter uma ideia da receptividade do periódico entre os intelectuais de Piracicaba:

Por este mesmo correio lhe mando alguns exemplares do Boletim. Foi o que se pode fazer, no pouco tempo que dispúnhamos, para não atrasar o número do 1º trimestre. O outro número sairá um pouco menos magro... Está, em geral, sendo bem recebido pelos intelectuais de Piracicaba (...). O Piza e eu somo-lhe gratos pelas palavras com que explicou a nova fase do Boletim. O Sr. é muito generoso (DOMINGUES, 1932 *apud* HABIB, 2010, p. 297).⁹³

O primeiro exemplar de 1932, de n. 37, já como edição trimestral, saiu apenas em março e trouxe um esclarecimento de Renato Kehl sobre as mudanças pelas quais o periódico estava atravessando.

⁹² Dentre os integrantes da CCBE, figuravam ainda: o dr. Porto Carrero, professor de Medicina Pública da FM-RJ, o dr. Cunha Lopes, da Assistência Nacional dos Alienados, o dr. Achilles Lisbôa, higienista e eugenista e o dr. Caetano Coutinho, Inspetor de Farmácia do DNSP (UMA NOVA..., 1931, p. 2).

⁹³ Correspondência de Octavio Domingues a Renato Kehl. Piracicaba, 10 de abril de 1932 *apud* Habib (2010, p. 297).

O Boletim de Eugénia durante cinco anos circulou entre os intelectuais e estudiosos de quase todos os nossos Estados. Fez adeptos, muitos deles entusiastas, que passaram a constituir novos centros de irradiação do ideal regenerador, destacando-se, dentro deles, o de Piracicaba, no seio do qual sobreassem os professores Domingues e Piza, duas novas celebrações lúcidas e brilhantes, que atraíram minha atenção de eugenista, logo no início da publicação do Boletim. Sendo a vida uma renovação constante, um perpétuo movimento, era justo que o Boletim, como fonte de ondas propagadoras, mudasse seu centro de irradiação. A campanha da Eugenia iniciada há mais de um decênio em São Paulo e depois transferida para o Rio, volta agora a concentrar-se, novamente, no meu Estado natal, graças à elevada e patriótica anuência de dois ilustres patrícios. Entrego-lhes, pois, com satisfação o Boletim de Eugénia. O que será a sua nova fase, se aquilatará pelo número que ora aparece. Aos amigos Piza e Domingues, os meus sinceros votos de felicidade na direção desta modesta publicação, que é a mais antiga e uma das mais conhecidas, no gênero, em toda a América do Sul (KEHL, 1932, p. 3 *apud* HABIB, 2010, p. 300).⁹⁴

Domingues e Piza Jr. publicaram vários artigos no periódico, geralmente atentando para a importância de se esclarecer as bases mendelianas da Ciência de Galton, diferenciando-a, portanto, de outras práticas como o sanitarismo e a educação.

O *Boletim de Eugénia* parou de ser editado quando alcançou o número 42, exemplar referente ao período de abril a junho, de 1933, sem que se tenha feito qualquer esclarecimento sobre as razões que levaram ao seu encerramento. Segundo Paula Arantes Habib (2010), as correspondências trocadas entre os diretores do periódico também não elucidam o motivo que teria levado à interrupção do BE iniciado por Kehl em 1929.

Enquanto esteve sob a direção de Domingues e Piza Jr., o periódico manteve a característica que lhe imprimiu Renato Kehl, divulgando, na maioria dos textos, uma Eugenia mais próxima às perspectivas em avanço nos Estados Unidos e na Europa, diferenciando-se, dessa forma, das orientações eugênicas mais atreladas ao sanitarismo, característica que Nancy Stepan (1985; 2005) identificou no movimento eugênico brasileiros, bem como na experiência latino-americana como um todo. Em favor de uma Eugenia definida em termos mais estritos, o BE, como uma publicação particularizada pela experiência de seus editores, não foi capaz de representar o movimento paulatino de esvaziamento das perspectivas atreladas ao preconceito racial, em meio às discussões sobre o melhoramento eugênico da população brasileira. De um lado, assistia-se ao crescente prestígio das teorias culturalistas,

⁹⁴ Neste trecho, recorremos à reprodução encontrada na tese de Paula Arantes Habib (2010), já que a cópia que tivemos em mãos não permitia a leitura pelo mal estado de conservação do original do qual se reproduziu.

entre nós imediatamente identificadas com a sociologia cultural de Gilberto Freyre; de outro, a forte tradição sanitarista, da qual se favoreceu o movimento eugenista brasileiro, ganhava força, como se pode concluir das discussões no CBE, rechaçando a ideia de uma degeneração da população brasileira pela mestiçagem, por reconhecer na falta de saneamento, no analfabetismo e na falta de educação higiênica as causas primeiras das mazelas nacionais.

A adesão de boa parte dos intelectuais envolvidos nesse debate às concepções neolamarckistas, pressupondo a transmissão à descendência das características adquiridas em vida, contribuíram para que as propostas atreladas ao sanitarismo e à educação tivessem espaço privilegiado no horizonte eugênico brasileiro. Mesmo entre os adeptos do mendelismo, como Roquette-Pinto, havia espaço para essa via mais “branda”, neste caso em razão do despojamento de preconceitos raciais no tratamento do processo de mestiçagem verificado na população brasileira.

3.3 Sobre o Trabalho com as Fontes

(...) o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa (...)

História e Memória, Jacques Le Goff

Deslindar o lugar da educação no movimento eugênico brasileiro, com base na análise de um dos principais conjuntos documentais sobre a Eugenia no país, exigiu um aprofundamento no estudo de como essas ideias foram apropriadas por intelectuais de orientações diversas, de forma a compreender quais debates oportunizaram no empenho de assentarem socialmente as novas ideias de melhoramento humano como uma Ciência, distinguindo-a e, ao mesmo tempo, relacionando-a com outras disciplinas e práticas, científicas e sociais. Demandou, ainda, analisar como seus ideólogos e divulgadores, nas primeiras décadas do século vinte, a relacionaram com temas candentes da sociedade daquele período, como a interpretação da identidade brasileira, inicialmente sob forte apelo racista, e a identificação das causas do atraso brasileiro, nos limites seguros e convenientes à manutenção da ordem social.

O atraso brasileiro denunciava um descompasso entre as expectativas das elites urbanas de verem o país ocupando um lugar no “concerto das nações civilizadas” e as mazelas verificadas no país, no campo e na cidade. O sentimento nacionalista foi exaltado por aqueles que colocavam a urgência da regeneração ou revigoração da nacionalidade brasileira, amalgamando-o a projetos políticos e interpretações diversas sobre as causas daquele descompasso. Nesse contexto, a educação, o saneamento e a Eugenia se constituíram como projetos de reforma e regeneração social frente aos desafios que se identificavam no horizonte nacional. Pela atuação social e política de profissionais diversos, como médicos, professores, advogados, engenheiros e literatos, mobilizados nas inúmeras ligas, associações e congressos que o período comportou, esses projetos iam sendo ressignificados, reelaborados, em propostas que, em última instância, reproduziam os valores da ordem social vigente, ainda que expressassem a crítica das elites urbanas descontentes com a condução política do país, pelas elites agrárias, bem como com acirramento da crise econômica e social, com destaque para a ascensão do movimento operário e as greves que o período registrou, gerando forte receio da burguesia industrial frente à mobilização popular.

A par destas questões, no trabalho com as fontes selecionadas, não se pôde perder de vista a trajetória pessoal de Renato Kehl, fundador e diretor do periódico analisado, transitando de concepções “positivas” e “preventivas”, no início de sua atuação como eugenista, para uma orientação mais “negativa”, a partir de 1928, sob os influxos da Eugenia difundida na Europa e nos Estados Unidos. A inflexão na maneira deste eugenista conceber e divulgar a Eugenia alterou, também, a importância que ele atribuía à educação e à higiene no conjunto de suas iniciativas, mantendo-as, entretanto, no horizonte de seu pensamento, ainda que sob novas perspectivas.

O *Boletim de Eugenia* começou a ser editado em janeiro de 1929, antecedendo em seis meses a realização do Congresso Brasileiro de Eugenia; duas iniciativas, como já vimos anteriormente, com a participação destacada de Renato Kehl. As atividades do CBE, contando com a participação de médicos, biólogos, sociólogos, antropólogos e educadores, dentre outros profissionais, reuniram os interessados no debate dos temas relativos ao melhoramento ou regeneração da população brasileira e expressaram, na composição de seu público, a heterogeneidade que constituiu o debate da Eugenia no Brasil, tanto na forma de conceituá-la, identificando seus fundamentos científicos, quanto na definição de sua aplicação social, variando em função da primeira a importância que caberia ao saneamento e à educação na elaboração das medidas eugênicas.

O Congresso de Eugenia evidenciou, ao oportunizar o debate de perspectivas distintas, as divergências no interior do movimento eugênico brasileiro, sobretudo entre aqueles que se ligavam mais ao sanitarismo e às medidas educativas, como Belisário Penna, e os que mais incisivamente defendiam bases raciais para a Eugenia, como Renato Kehl, a essa altura. Havia também, como já demos relevo, intelectuais que embora estivessem convencidos da validade das leis mendelianas, não identificavam diretamente a mestiçagem como fator disgênico, alertando para os condicionantes sociais que participavam do processo de transmissão e propagação de problemas de saúde, tendo em vista as condições de miséria e a falta de instrução em que se encontrava parcela significativa da população nacional.

Não há dúvidas quanto à importância do *Boletim de Eugénia* como uma das principais fontes para o estudo do movimento eugênico brasileiro, mas, certamente, esse periódico não traduziu a amplitude do debate que a Eugenia produziu em nosso país. O exame de parte dos trabalhos apresentados no CBE, reunidos na publicação do primeiro volume das *Actas e Trabalho* (1929), fornece, por outro lado, um panorama mais amplo acerca do debate das ideias e propostas eugênicas em voga no período, dada a heterogeneidade dos profissionais e das perspectivas teóricas que o evento congregou. A análise dessas fontes, oportunamente cotejadas, fornece elementos para uma compreensão mais acurada das divergências que marcaram a construção desse movimento pelos intelectuais envolvidos no debate, expondo as contradições que atuavam dentro do movimento e participavam no processo de seleção e remontagem de ideias e práticas, elaborações e alterações criativas, por profissionais diversos (STEPAN, 2005).

Como vimos anteriormente, Renato Kehl engajou-se em várias frentes na promoção da Ciência de Galton, tornando-se uma figura emblemática no movimento, fundando associações, publicando inúmeros livros, escrevendo para diversos jornais, proferindo palestras e conferências, trocando correspondências com eminentes eugenistas no exterior e criando um periódico especializado, a primeira iniciativa do gênero no Brasil. Sua militância em prol da Eugenia, embora o tenha colocado em evidência, tornando-o relevante para a compreensão desse movimento em nossa história social e científica, não foi capaz de produzir, absolutamente, um consenso no entendimento das bases e aplicações da Eugenia no meio intelectual da época.

A pesquisa que desenvolvemos procurou identificar, com base na análise do *Boletim de Eugénia*, em cotejo direto com as demais fontes mobilizadas, as propostas relacionadas à educação, de forma a situá-las no âmbito do movimento eugênico brasileiro. Nesse processo,

descobrimos que as fontes são reveladoras pelas informações que explicitam, mas também pelos silenciamentos que o cruzamento de registros distintos nos permite identificar. Ao confrontarmos a forma como essas propostas aparecem nas páginas do BE com os trabalhos apresentados no CBE, identificamos as omissões, no periódico, de perspectivas mais otimistas quanto às possibilidades da educação e da higiene na consecução dos fins eugênicos, em favor de abordagens mais alinhadas às novas inclinações de Renato Kehl no período. Essa metodologia adotada na análise das fontes oportunizou uma compreensão crítica do *Boletim de Eugenia* como conjunto documental representativo do movimento eugênico brasileiro, explorando suas potencialidades, mas também expondo seus limites como “porta voz” de um movimento polissêmico, em sua fundamentação teórica e definição de propósitos.

A Eugenia brasileira comportou divergências significativas tanto internamente, como se evidenciou no CBE, como também em relação à ciência eugênica que se propagava na Europa e Estados Unidos. Igualmente relevante para esta análise foi compreender como a Eugenia se relacionou com as questões candentes da época, sobretudo aquelas atinentes às preocupações com a regeneração ou revigoramento da nacionalidade brasileira, num momento histórico marcado pelo acirramento da crise econômica e política que culminaria na deposição do Presidente Washington Luís, em outubro de 1930, e na ascensão de Vargas, iniciando uma fase de importantes mudanças, mas também de continuidades, sobretudo na manutenção das relações entre capital e trabalho, dissimuladas no empenho governamental pela construção ideológica de uma sociedade sem classes, miscigenada na raça e na cultura.

Nesse sentido, as advertências de Jacques Le Goff (2003, p. 525-541) sobre a necessária e indispensável crítica aos documentos/monumentos foram especialmente profícuas e cuidaram para que na leitura das fontes não tomássemos o escrito como veredicto final, expressão objetiva da história. Pelo confronto de fontes diversas, evitamos os riscos de uma leitura hermética do *Boletim de Eugenia*, como se dele pudéssemos obter uma representação da amplitude de perspectivas que o movimento eugênico brasileiro comportou. Nessa linha de trabalho, exploramos as controvérsias como forma de compreender as tensões e composições que o movimento eugênico produziu, em relação dinâmica com outros temas de grande relevância no período, como as campanhas em prol do saneamento e da educação.

O trabalho com a imprensa diária e os periódicos semanais permitiu avaliar a repercussão social dos temas e eventos analisados, explorando melhor a relação de eugenistas com segmentos sociais diversos, na forma como se dirigiam a um público mais amplo no

encaminhamento das questões eugênicas, bem como possibilitou analisar melhor de que maneira se relacionavam com as questões candentes de seu tempo.

3.4 A Educação no Debate Eugênico e no Boletim de Eugénia

(...) conforme se attribue mais importancia á
educação ou á hereditariedade, tantos mais se
consideram as Eugenias educadoras ou as
Eugenias de selecção hereditária.
G. Dumas, A Eugénia. Correio Paulistano, 1923

A historiografia especializada (MARQUES, 1994; STEPAN, 2005; SOUZA, 2006; DIWAN, 2011) não identifica uma concepção consensual de Eugénia a orientar os intelectuais brasileiros envolvidos no seu debate e difusão, seja em relação à identificação de seus fundamentos científicos, seja na explicitação de seus propósitos e métodos. Assim, o termo Eugénia cerca-se de certa imprecisão, sobretudo quando se trata de aquilatar a importância da higiene e da educação na consecução dos objetivos de melhoramento humano. Em busca de uma identidade para a Ciência de Galton, diversos intelectuais brasileiros procuraram defini-la à luz de teorias que explicavam a transmissão de caracteres à descendência, de maneira a assentá-la em alicerces estritamente científicos. Entre neolamarckistas e mendelistas, a identidade da nova ciência era construída de forma polissêmica, sem consenso, ora realçando-se continuidades, ora enfatizando rupturas com práticas e propostas já há muito consolidadas entre médicos, políticos e educadores brasileiros.

Durante o CBE, em meio a “discussões acaloradas”, como observou seu presidente, dr. Roquette-Pinto, havia grande polêmica acerca da conceituação da ciência eugênica. Não obstante a paulatina difusão das modernas leis mendelianas entre cientistas brasileiros, o neolamarckismo mostrou-se ainda uma matriz válida, a informar o debate e a reafirmar os investimentos em higiene e educação no melhoramento eugênico da população brasileira. Uma análise mais cuidadosa do movimento eugênico brasileiro revela a complexidade que cercava as discussões voltadas à difusão da Eugénia entre os intelectuais e políticos preocupados com a regeneração da população como fator de fortalecimento da nacionalidade. O médico e antropólogo Roquette-Pinto, por exemplo, adepto declarado da teoria mendelista, não hesitou em valorizar os esforços em saneamento e educação, deslocando da “raça” para a “sociedade” as causas dos problemas que pesavam sobre a população nacional. Em seu

discurso de abertura, o presidente do CBE destacou, dentre as três seções⁹⁵ em que se dividia o evento, aquela dedicada à “Educação e Legislação”, em sua opinião, a única “verdadeiramente de Eugenia”, uma vez que somente pela resolução dos problemas a ela atinente se encaminharia o aperfeiçoamento da raça. Vale destacar, também, que os trabalhos desta seção foram presididos pelo dr. Levy Carneiro, político influente que se destacava nos quadros da ABE.⁹⁶

A controvérsia presente no debate acerca dos fundamentos científicos da Eugenia, bem como de suas propostas, marcou os trabalhos do CBE e impeliu Renato Kehl a tratar dessa polêmica em seu periódico, já na edição de agosto, logo após a realização do Congresso. Num breve artigo intitulado *Eugenía e Eugenismo*, Renato Kehl tratou, com certo desconforto, da confusão entre os dois termos, muitas vezes utilizados indistintamente, mesmo pelas “pessoas cultas”; nesse sentido, o eugenista procurou esclarecer ao público as particularidades de cada um, o que nos remete, por sua vez, à importância que atribuía à higiene e à educação.

Tem-se registrado grande confusão em torno da Eugénia que para muitas pessoas, mesmo cultas, é considerada uma doutrina sem fronteiras, envolvendo tudo quanto se refere ao melhoramento do genero humano. Nós, mesmo, no inicio da campanha de propaganda em prol dessa sciencia, não fomos muito claros na delimitação das suas bases e de seus propósitos! Visando despertar a atenção publica para o assumpto, inteiramente novo e, portanto, desconhecido no nosso meio, dissemos, muitas vezes, que “educar é eugenizar”, “sanear é eugenizar”, sem esclarecer a razão dessas affirmativas breves e incisivas. Actualmente, porém, já é tempo de collocar os termos nos seus devidos logares, evitando que se repitam confusões inconfessaveis (KEHL, 1929a, p. 1).

Diante da polêmica, Renato Kehl reconhece, como quem procura organizar sua própria história em função das opções do presente, que no início de seu envolvimento na divulgação da Ciência de Galton, na segunda metade da década de dez, ele próprio chegou a aproximá-la das práticas sanitaristas e educativas, como forma de chamar a atenção do

⁹⁵ As outras seções foram dedicadas à “Antrophologia” e à “Genética”, conforme contam nas *Actas e Trabalhos* (1929, p. 7).

⁹⁶ Como já destacamos no Capítulo 2, seção 1, foram muitos, dentre os participantes do CBE, que também fizeram parte da Primeira Conferência Nacional de Educação da ABE, evidenciando a aproximação das propostas educacionais e eugênicas para muitos intelectuais envolvidos nesses dois campos.

público para um “assunto inteiramente novo”. Cabe destacar que suas atividades na “Inspetoria da Lepra e das Doenças Venéreas”, no início da década de 1920, consistiam, principalmente, em organizar os serviços de educação e propaganda higiênica e antivenérea, bem como elaborar as atividades educativas em prol do saneamento e da profilaxia rural. Dentre as principais atividades, Renato Kehl foi incumbido de organizar o Museu de Higiene, pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, em ocasião da Exposição Universal em comemoração ao centenário da Independência (OLIVEIRA, 1933, p. 11). Vale lembrar, também, que a pioneira Sociedade Eugênica de São Paulo criada, em 1918, bem como sua militância em prol da Eugenia, sobretudo entre 1917 e 1927, encontrou no movimento sanitarista, em evidência no período, um meio propício para divulgação de suas ideias entre os intelectuais engajados nos temas da regeneração nacional.

Mais adiante, com o objetivo de distinguir os dois conceitos, Renato Kehl estabelece enfaticamente as diferenças, frisando que a “Eugenia” é uma Ciência de fronteiras perfeitamente delimitadas, de bases biológicas, devotada a proteger e melhorar a espécie, enquanto que o “Eugenismo” se caracterizaria como aplicação social de medidas educativas e higiênicas voltadas ao melhoramento individual, portanto de caráter “eutecnico”, limitado à experiência efêmera de uma vida, sem alcance sobre a raça.

A **Eugenía** [...] tem por fim melhorar e proteger a especie, pelo melhoramento e pela proteção das boas sementes e de seus portadores. Poder-se-á definir a **Eugenia** como sendo a sciencia que tem por fim preservar e favorecer as boas disposições hereditárias do plasma germinativo. Ella corresponde á hygiene especifica das cellulas de reproducção ou hygiene da hereditariedade [...] é a sciencia da protecção e da selecção das sementes humanas. A sua finalidade, em relação ás sementes, é a defesa da especie pela manutenção e multiplicação das boas linhagens. **Eugenismo** é a applicação pratica, social e individual das medidas que concorrem para o melhoramento humano. Corresponde a Eutechnia [...] é educação, é saneamento, é hygiene, é esporte, é legislação, é tudo que, beneficiando o homem, reverte directa ou indirectamente em beneficio de sua prole (KEHL, 1929a, p. 1).⁹⁷

No mesmo exemplar, encontramos a tradução de um artigo do eugenista espanhol Luiz Huerta, intitulado *Os Fundamentos Scientificos da Eugenía*, onde o autor procurou traçar um panorama geral do desenvolvimento da Eugenia, passando pelas experiências históricas dedicadas ao melhoramento da raça, remontando à sociedade espartana, na antiguidade, até os

⁹⁷ Grifos nosso.

estudos de Lamarck e sua superação pelas modernas teorias de Darwin, Mendel, Galton e Davenport.⁹⁸ Neste artigo, na seção “Conceito Geral da Eugenia”, lê-se que a “sciencia eugénica tem por objecto a investigação da herança biológica” com o objetivo de “applicar-as conscientemente ao aperfeiçoamento da descendencia humana”. O autor prossegue destacando a importância de uma política de seleção dos mais aptos, de forma a “conservar as pequenas variações favoráveis, e em certo grau, eliminar os incapazes”, sugerindo, para tal, toda atenção possível à questão do matrimônio, convertido em assunto escolar: “para inculcar esta responsabilidade racial é necessario que o ideal eugenico forme parte do systema de educação”. O texto de Huerta, escrito em estilo mais acadêmico, corrobora a discussão que Renato Kehl iniciou no artigo que o antecede, sobre a distinção entre os conceitos de “Eugenia” e “Eugenismo” ao frisar o caráter científico da primeira, como conhecimento que “utiliza, os meios próprios da sciencia positiva, em geral a experimentação biológica em animaes e plantas (...) e a observação estatística applicada directamente á Especie Humana”, e o papel auxiliar da educação, como aplicação social de medidas que contribuam, pela vulgarização das leis biológicas que agem na hereditariedade, para a conscientização sobre os fins propriamente eugênicos (HUERTA, 1929, p. 1-2).

Dois meses depois, o BE voltou à questão das diferenças entre os dois termos em discussão. No artigo *O que é Eugenia?*, explica-se ao leitor que a palavra significa “boa geração” ou “nobreza de nascimento” e que sua finalidade é o melhoramento físico, psíquico e mental do “gênero humano”, baseado na investigação do patrimônio hereditário, enquanto que as iniciativas em educação, higiene, saneamento e legislação constituem aquilo que se designa “Eugenismo”, práticas voltadas a proteger e melhorar a situação dos “indivíduos”, delimitando, mais uma vez, o papel auxiliar da educação e do sanitarismo no contexto da ciência eugênica.

O lavrador [...] que apenas protege a sua plantação, capinando-a, regando-a, livrando-a de pragas, pratica o que se poderia denominar de geneticismo, equivalente ao eugenismo dos homens. O lavrador mais inteligente, que escolhe as sementes, que só semeia as melhores e que ao mesmo tempo protege as plantas por todos os meios e modos, pratica, conjuntamente, a genética e o geneticismo. Assim a eugénia e o eugenismo são duas coisas diferentes que se completam para o mesmo fim (QUE É..., 1929, p. 2-3).

⁹⁸ Interessante notar que o autor insere Davenport, um dos mais destacados eugenistas estadunidenses, adepto daquilo que chamamos de Eugenia “negativa”, num grupo seleto de cientistas, o que evidencia, de certa maneira, a importância que a Eugenia estadunidense alcançava internacionalmente à época.

A mesma edição trazia um breve artigo de Belisário Penna, repetindo o título *Eugenia e Eugenismo*, utilizado por Kehl dois meses antes. Ao analisá-lo, em contraponto com o artigo homônimo, pode-se identificar a intenção do sanitarista de restituir à educação e à higiene o seu papel de destaque no plano eugênico, não como recurso secundário, de caráter limitado, mas como “alicerce da Eugenía, sem o qual ella não poderá ser praticada senão de modo deficiente, em âmbito muito limitado”. Médico e político engajado na campanha sanitarista, Belisário Penna estava entre aqueles que chegavam à Eugenia pelos caminhos da higiene e não reduziam à questão biológica os problemas que fustigavam os brasileiros. Antes, foi um crítico veemente da inobservância dos governos oligárquicos às questões de saneamento e educação, urgentes nos planos de regeneração da população brasileira. Durante os debates do CBE, Belisário Penna, colocando-se ao lado de Roquette-Pinto, Fróes da Fonseca e Fernando de Magalhães, não hesitou em frisar o caráter primordial da higiene nos problemas da nação, criticando as teses que encaminhavam as questões eugênicas pelo viés racista. Voltando à análise de seu artigo, é possível notar um certo desapontamento em relação às novas inclinações de Renato Kehl, seu genro, que outrora, movido por uma perspectiva eugênica mais “branda”, não deixou de valorizar o papel destacado da educação e da higiene na obra eugênica. Assim, inicia o texto destacando os méritos da “campanha ininterrupta pelo saneamento”, responsável por importantes conquistas, como a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública e a organização de serviços sanitários em estados e municípios, a especialização de médicos nos problemas de higiene, a mobilização social para a realização dos congressos anuais de Higiene e o primeiro CBE. Nesses feitos, Belisário situa, com deferência, o envolvimento de Renato Kehl, como se procurasse, sutilmente, lembrá-lo das dimensões sócio-política, higiênica e educacional das questões que envolvem a regeneração da população nacional.

Pugnando por um ideal orgânico, constructivo de um povo physica, psychica e moralmente vigoroso, não podia o campeão da Eugenía desinteressar-se dos problemas da Hygiene e da Medicina Social, indissoluvelmente entrelaçados com os da sciencia de Galton. E assim, entre os seus numerosos trabalhos publicados figuram a “Fada Hygia” e a “Biblia da Saude”, dois livros preciosos, o primeiro dos quaes deveria ser obrigatorio nas escolas primarias, e o segundo na secundarias (PENNA, 1929, p. 3).

De maneira a não deixar dúvida sobre seu ponto de vista, o higienista insiste em frisar a importância dos fatores sociais nas questões relativas ao melhoramento eugênico, variando em função destes o estado de higidez e prosperidade ou de morbidez e atraso social de uma nação. E conclui sintetizando o papel primordial do higienista nesse contexto:

Ao higienista não cabe apenas o papel de indicar as medidas prophylacticas e technicas de prevenção e combate ás doenças e aos vícios, e o de propagar ensinamentos de hygiene e eugenia, mas sobretudo o de perscrutar os factores sociais, que fertilizam ou esterilizam o terreno, tornando-o refractario ou propicio ao desenvolvimento de pragas e hervas damnínhas (PENNA, 1929, p. 4).

É provável que a relação familiar entre Belisário Penna e Renato Kehl, tenha garantido espaço, nas páginas do *Boletim de Eugenia*, para uma perspectiva dissonante daquela que o diretor do periódico vinha priorizando no âmbito de sua “cruzada” pela Eugenia. É interessante notar que outras personalidades de destaque no debate eugênico, como Roquette-Pinto, Fernando de Magalhães, Levy Carneiro e Fróes da Fonseca, para citarmos apenas os mais recorrentes nesta pesquisa, dentre aqueles que se alinhavam à Eugenia “preventiva” e “positiva”, intelectuais que valorizavam o papel da educação e da higiene como importantes recursos eugênicos, não possuem textos divulgados no periódico, provavelmente em razão de uma orientação diversa daquela que Kehl priorizava no período.

Contudo, inclinado à Eugenia européia e estadunidense,⁹⁹ Renato Kehl parece convencido de que “as bases do melhoramento dos homens não se assentam em leis, nem em medidas de ordem paliativa, mas no terreno solido da hereditariedade”. A educação e o saneamento, como medidas paliativas, não seriam capazes de sanar a sociedade dos problemas que Kehl atribuía à hereditariedade:

⁹⁹ O BE deu ampla repercussão às entidades e congressos internacionais de Eugenia. Na edição de maio, de 1929, o periódico trazia uma nota sobre a reunião da ‘Federação Internacional de Organizações Eugenicas’, marcada para o mês de setembro daquele ano, na cidade de Muenchen, na Alemanha, com a participação de eugenistas de diversos países (FEDERAÇÃO..., 1929a, p. 3). A nota, repetida na edição de agosto, trazia o programa provisório da conferência, destacando-se os seguintes trabalhos: “Eugenia e Guerra”, pelo Prof. Gini; “Cruzamento de raças”, pelos Profs. Lundborg e Eugen Fischer; “Cruzamento de raças na Jamaica”, pelo Dr. Charles B. Danvenport; “Modificações do germe plasma”, pelo Prof. Ploetz e outros; e, “Esterilização nos Estados Unidos”, pelo Dr. Harry H. Laughlin (FEDERAÇÃO..., 1929b, p. 8). A edição de agosto trazia, ainda, uma descrição dos trabalhos debatidos e votados no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, ocorrido no mês anterior (CONGRESSO..., 1929, p. 6-8).

Não é por simples meios legais e educativos e nem por processos correctivos, que se obtêm typos fortes, bellos e moralizados de homem [...] Nunca serão resolvidos os problemas dos crimes, dos males sociaes, enquanto não fôr cuidado, em primeiro lugar, a questão da prophylaxia matrimonial. As prisões, as penitenciárias, os manicômios só serão despovoados, quando os homens e as mulheres compreenderem a verdadeira significação do casamento, quando todos, enfim, compreenderem a monstruosidade representada pela procriação de enfermiços, de imbecis, de alienados e de criminosos (KEHL, 1930a, p. 2).

Nina Rodrigues, na Faculdade de Medicina da Bahia, já ensaiara, no final do século dezenove, uma antropologia física voltada à identificação de atributos comportamentais, psicológicos e sociais a partir de características raciais, mantendo-se em contato, à época, com as pesquisas que se realizavam fora do país.¹⁰⁰ Nas primeiras décadas do século vinte, no âmbito do movimento eugênico internacional, essa tendência à biologização da vida social já vinha há algum tempo grassando em meio a eugenistas da Europa e dos Estados Unidos. Em novembro de 1921, o jornal carioca *Correio da Manhã*, publicava o artigo *As glândulas, causas do crime e da tristeza*, citando o destacado eugenista estadunidense Charles Davenport, outro nome frequente no BE, e repercutindo algumas das teses debatidas no Segundo Congresso Internacional de Eugenia, realizado na cidade de New York:

A theoria de que as glândulas de secrecção interna exercem notável influencia no desenvolvimento do homem constituiu um dos themas mais interessantes debatidos no Segundo Congresso Internacional de Eugenismo (...) A maneira de ser, a conducta e o character, a estatura e o aspecto physico seriam determinados pela funcção dessas glândulas, que são uma especie de laboratórios chimicos da nossa vida. O dr. Charles Davenport, notavel em estudos eugenicos, conclue disso que a sociedade não deveria odiar ou desejar vingar-se de um criminoso, porque as tendencias nefastas deste não são mais que o producto de suas glândulas endocrinas (AS GLANDULAS..., 1921, p. 4).

Se por um lado, a educação e a higiene não desfrutavam mais da mesma importância que Kehl lhes atribuíra no início de sua campanha eugênica, perdendo espaço, sobretudo após a sua viagem à Europa, em 1928, para uma abordagem mais radical, de orientação “negativa”, de outro, essas demandas sociais continuaram a figurar nas páginas do *Boletim de Eugénia*, contempladas, contudo, no âmbito de outras propostas, mais alinhadas às novas perspectivas

¹⁰⁰ A respeito da obra de Nina Rodrigues, bem como da história da constituição da Antropologia no Brasil, ver: CORRÊA, M. As ilusões da liberdade: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista, BP: Edusf, 1998.

representadas no periódico. Nesse sentido, intensificam-se os apelos para uma educação moral voltada à orientação para “matrimônios eugênicos”, para uma “paternidade digna”, para o combate ao alcoolismo e para a educação sexual dos jovens. Ademais, como observa a pesquisadora Maria das Graças S. Magalhães (2011, p. 13), a atenção com uma educação moral, voltada à educação sexual dos jovens, eram uma preocupação comum a eugenistas brasileiros e europeus. Vale destacar que Kehl sempre insistiu na importância de uma educação higiênica e eugênica desde a infância, embora naquele momento, em função de suas preferências teóricas, sentisse a necessidade de frisar o caráter secundário destas iniciativas na consecução dos fins eugênicos de reerguimento físico e moral da população brasileira.

A educação sexual foi um tema constante no *Boletim de Eugénia*. Apostava-se numa educação que, a par do ensino correto dos meios reprodutivos, trataria das questões relacionadas às doenças venéreas, à prostituição, aos males congênitos e hereditários e à responsabilidade cívica de cada um na busca de uniões matrimoniais entre indivíduos “aptos”, submetendo-se e, ao mesmo tempo, exigindo do parceiro o exame pré-nupcial como forma de se evitar a proliferação de indivíduos “disgênicos”.

A edição de dezembro, de 1930, é dedicada ao “Inquerito sobre educação sexual”, com vários artigos sobre o tema “que constitui uma das questões principais da campanha em prol da defesa humana”. No texto introdutório, procura-se explicar que ao tratar do tema o BE não saía de sua “órbita como órgão de propaganda eugenica”, pois a “Eugénia preventiva encerra em seu programa tudo o que possa preservar a especie humana de abastardamento physico ou da corrupção moral”. Assim, situa-se a educação sexual no âmbito do “eugenismo” (ALGUMAS..., 1930, p. 1). Nesta edição, é de Renato Kehl o texto *O problema da educação sexual*, originalmente apresentado e aprovado na Conferência Nacional de Educação da ABE, em 1928, e publicado na primeira página desta edição do periódico. No artigo, de início Kehl observava que “os pedagogos modernos são favoraveis á educação sexual, bem assim as maiores autoridades medicas que se dedicam aos estudos medico-sociais”. Nesse sentido, destacava que “não mais se discutem as vantagens hygienicas e eugenicas da educação sexual”. Mais a frente, conclui seu pensamento situando o valor da educação sexual, iniciada já na infância:

Impõe-se como medida de preservação individual e collectiva, baseado no mais alto interesse da especie, que se proceda á educação sexual, gradual e paulatina, das crianças, dos jovens e, mesmo dos adultos, afim de que o mais

nobre acto não continue a processar-se apenas sob o impulso instintivo, só compreensível entre os animais irracionais (KEHL, 1930b, p. 3).

No artigo *Educação Sexual*, de autoria da médica uruguaia dra. Paulina Luisi,¹⁰¹ destaca-se que o ensino da “moral sexual”, durante toda a duração da escola primária, deve ser paralelo e concomitante com o das ciências naturais e que as aulas não devem estabelecer diferenças, no ensino, para ambos os sexos (LUIZI, 1930, p. 4). Na obra *Lições de Eugenia* (1929), lançada por Kehl durante a realização do CBE, o “problema da educação sexual” divide espaço entre outras preocupações relacionadas ao “eugenismo”, como o “ensino da eugenia nas escolas secundárias” e a “função biológica da mulher e a espécie”.

A educação também foi contemplada nas páginas do BE na divulgação dos “Concursos de Eugenia”, sempre mencionados como medidas de elevado valor eugênico na vulgarização dos cuidados com a vida familiar. Em maio de 1929, o periódico exultava a iniciativa dos paulistas na realização do “Concurso de Eugenia”, salientando o pioneirismo daquele empreendimento, ao mesmo tempo em que se destacavam os efeitos valorosos destas competições nas famílias que começavam a interessar-se pelas suas origens e constituição:

Convidado pelo Dr. Waldomiro de Oliveira, director do Serviço Sanitario de São Paulo, fui assistir á entrega dos prêmios aos vencedores do primeiro Concurso de Eugenia, pela primeira vez realizado no Brasil e, talvez, em todas as Américas. Coube-me a honra de entregar o galardão destinado á primeira brasileirinha considerada oficialmente eugenizada (...) No presente concurso evidenciou-se o alto interesse dos Paes que se preocupavam em discernir as possibilidades de victoria apresentadas pelos filhos: pesando os elementos individuaes e hereditários com que contavam os filhos para o concurso; discutindo, em familia, os “pros” e “contra”; estudando os antepassados na vida de cada um, orgulhando-se ou revoltando-se contra as suas qualidades ou defeitos physicos, psychicos e mentaes (KEHL, 1929b, p. 1).

Chamava-se a atenção para a importância dessas iniciativas na criação de uma consciência social nos pais que deveriam interessar-se cada vez mais pela sua vida conjugal e

¹⁰¹ A autora informa que as suas conclusões neste artigo corroboram as teses que apresentou em ocasião de sua participação no Primeiro Congresso Americano da Criança (1916), em Buenos Aires, no Segundo Congresso de Medicina (1921), de Montevideo, no Terceiro Congresso da Criança (1922), na cidade do Rio de Janeiro, e no Congresso Internacional de Hygiene Social (1923), em Paris (LUIZI, 1930, p. 4).

pregressa, de forma a identificar “desvios perigosos” que poderiam manifestar-se em sua descendência.

Os Concursos de Eugenia eram organizados pela Inspetoria de Higiene e Assistência à Infância de São Paulo em parceria com a SMC-SP. Destacava-se a superioridade desses concursos em relação aos de “robustez”, anteriores aos de eugenia, sem menção alguma ao nome do dr. Moncorvo Filho à frente daquelas iniciativas. Pelo que se depreende da forma como procuravam diferenciar as duas iniciativas, buscava-se, também, distinguir o “Concurso de Eugenia” das práticas assistenciais, voltadas às famílias carentes, já que as iniciativas dos eugenistas tinham propósitos diferentes e guiavam-se pelos postulados de superioridade racial de uma elite eugenizada.

3º Concurso de Eugenia (...) A esse certame podem concorrer crianças de 3 a 5 anos de idade, brasileiras, de pais nacionais, **não sendo necessario que estejam matriculadas em nenhuma instituição de assistencia infantil.** A seleção para o concurso de eugenia é muito mais rigorosa que a estabelecida para os concursos de robustez infantil, pois se nestes é visada apenas a criança, naquelle entram em linha de conta, como importante fator, os ascendentes dos concorrentes, que não poderão apresentar defeitos pessoais, físicos, intelectuais ou morais (CONCURSO..., 1931, p. 5).¹⁰²

Embora o BE cuidasse de distinguir e dissociar as duas propostas, nas páginas da revista carioca *Fon Fon*, na edição de março de 1929, encontramos referências ao “Concurso de Robustez” ocorrendo em concomitância com o de “Eugenia”, na cidade de São Paulo, trazendo, inclusive, fotografias das crianças vencedoras, no caso do primeiro prêmio, a mesma imagem divulgada na edição de maio de 1929, do *Boletim de Eugenia*, referente à menina “Adenir Ferreira de Carvalho” (SEGUNDO..., 1929, p. 52-3; KEHL, 1929b, p. 1).

Segundo Moysés Kuhlmann Jr. (2010a, p 84), o dr. Moncorvo Filho fundou, em 1899, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (IPAI-RJ), entidade que promoveu concursos de robustez para bebês, atribuindo prêmios em dinheiro às mães que aleitavam seus filhos; em São Paulo, a Santa Casa, no início do século vinte, adotou procedimento semelhante, estipulando prêmio em dinheiro para as amas cujas crianças se apresentassem em melhores condições físicas (KUHLMANN JR., ROCHA, 2006, p. 600).

¹⁰² Grifos nossos.

A divulgação dos “Concursos de Eugenia” nas páginas do BE visava destacar a importância dessas atividades de ampla repercussão social na difusão dos ideais eugênicos, instigando famílias e autoridades a interessarem-se pelos propósitos da ciência eugênica, já que os certames não se limitavam apenas à robustez das crianças inscritas. Os concursos destacavam-se na difusão popular dos conceitos de hereditariedade, incutindo nas mentes dos participantes e apreciadores o valor pelos estudos genealógicos, em perfeita consonância com a linha editorial do periódico de Kehl.

Da teoria mendeliana derivou um entendimento bastante estrito de Eugenia demarcando rigidamente suas fronteiras em relação à higiene e identificando os métodos válidos para se alcançar os propósitos de melhoramento do gênero humano. Todavia, embora vários eugenistas de orientação mendeliana demonstrassem grande empenho em reivindicar o reconhecimento da “validade científica” de seus métodos para a definição da ciência eugênica, muitos foram os que, arbitrariamente, consideraram o fenótipo do homem branco, caucasiano, como tipo eugênico superior, cujas “sementes” precisariam ser preservadas.

BOLETIM DE EUGENIA

MENSAL

EDITADO
em propaganda do
Instituto Brasileiro de Eugenia
Caixa Postal 2926 — Rio de Janeiro — Brasil

MAIO DE 1929
VOL. I — NUM. 5

Direcção e Propriedade
DR. RENATO KEHL
Rua Smith Vasconcellos, 63 — (Aguas Fereias)
CAIXA POSTAL 2926 — RIO DE JANEIRO — BRASIL

Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade

A 1.ª Brasileira Eugenizada

Convidado pelo Dr. Waldomiro de Oliveira, director do Serviço Sanitário de São Paulo, fui assistir á entrega dos premios aos vencedores do primeiro Concurso de Eugenia, pela primeira vez realizado no Brasil e, talvez, em todas as Americas.

Coube-me a honra de entregar o galardão destinado á primeira brasileira considerada oficialmente eugenizada.

Como disse em entrevista concedida ao «O Estado de São Paulo», a São Paulo coube a primazia na fundação da primeira Sociedade Eugénica criada no continente sul-americano e a prioridade na cruzada em prol da sciencia de Galton. Era natural, portanto, que em São Paulo tivesse logar o primeiro Concurso de Eugenia. Exulte com a sua realização. Ella tem alta significação como exemplo e emulação para o fomento da paternidade digna e como testemunho de que a propaganda do aperfeiçoamento eugenico está dando resultados evidentes e valiosos para a nossa terra e para a nossa gente.

Um dos mais importantes problemas da sciencia de Galton consiste na selecção dos «bem dotados», isto é, na escolha dos melhor preparados physica, psychica e mentalmente. Dessa selecção derivam varias consequências de valor: em primeiro logar, concorre para augmentar o interesse publico, fazendo com que os paes se escazequem no tocante á constituição de proles sadias e bellas; em segundo logar, serve para a organização de um ensaio de patronagem da futura elite nacional de eugenizados; finalmente, contribue com preciosos elementos para importantissimos estudos relativos á hereditariedade, ao meio social e familiar, ao cruzamento de raças, etc.

No presente concurso evidenciou-se o alto interesse dos paes, que se preocupavam em discernir as pos-

sibilidades de victoria apresentadas pelos filhos: pesando os elementos individuais e hereditarios com que contavam os filhos para o concurso; discutindo, em familia, os «prós» e os «contra»; estudando os antepassados, procedendo a uma devassa na vida de cada um, orgulhando-se ou revoltando-se contra as suas qualidades ou defeitos physicos, psychicos e mentaes.

Este interesse, por si, bastaria para justificar a repetição do certamen



Adenir — 3 annos — 1.º Premio do 1.º Concurso de Eugenia realizado em São Paulo, sob a orientação do Serviço Sanitário do Estado.

referido.

O julgamento foi executado com todas as regras. Uma comissão escolhida pelo Dr. Waldomiro de Oliveira e composta dos Drs. Cantídio de Moura Campos, Clemente Ferreira F. Figueira de Mello, Garcia Braga, Dalmacio Azevedo e Octavio Gonzaga observou o maximo rigor na

Cuidar do aperfeiçoamento eugenico é cultivar as bases da felicidade do povo e fortalecimento integral do paiz.

Para a alma humana, um corpo sadio é um asylo; um corpo doente é um carcere. — Bacon.

A Eugenização é um capital posto a juros a longo prazo pelos patriotas esclarecidos, de vistas largas e de espirito atilado.

selecção dos concorrentes inscriptos.

Obedeceu ella o seguinte criterio:

a) organiza da a lista dos candidatos, menores dos dois sexos, de 3 a 5 annos, foram os mesmos fichados (ficha especialmente preparada para esse fim) e examinados, não só em relação ás enfermidades physicas, como mentaes, abrangendo a syndicancia a ascendencia dos inscriptos!

b) na primeira selecção foram classificados 70 candidatos, os quaes foram, novamente, submettidos a uma segunda selecção, sendo eliminados 40, por varios motivos. Submettidos a um cuidadoso exame os 30 escolhidos foram retirados 7, dos quaes, finalmente, a comissão classificou os seguintes: 1.º premio Adenir Ferreira de Carvalho, 2.º Ruth de Carvalho Lopes, 3.º Rachel Celeste Bonaro.

A Ademir conta 3 annos, tem 8 irmãos vivos, 6 tios maternos e 7 paternos, todos sadios.

Como disse na entrevista supra citada, a idade estipulada não me pareceu muito feliz. Seria melhor que o concurso fosse para crianças na idade escolar. Uma verdadeira selecção eugenica deveria comprehender somente individuos em completo desenvolvimento somato-psychico. Entretanto, esta minha restricção em nada pretende diminuir o valor desse bello empreendimento, que teve de subordinar-se ás condições estipuladas pelos idealizadores do concurso e doadores dos premios.

Parabens á «primeira brasileira eugenizada» e a seus paes, que devem estar radiantes com a victoria da

Figura 20: Vencedora do Concurso de Eugenia (SP), 1929 — *Boletim de Eugenia*.¹⁰³

¹⁰³ “Adenir — 3 annos = 1.º Premio do 1.º Concurso de Eugenia realizado em São Paulo, sob a orientação do Serviço Sanitário do Estado” (KEHL, 1929b, p. 1). Fonte: DBD/FM-USP.

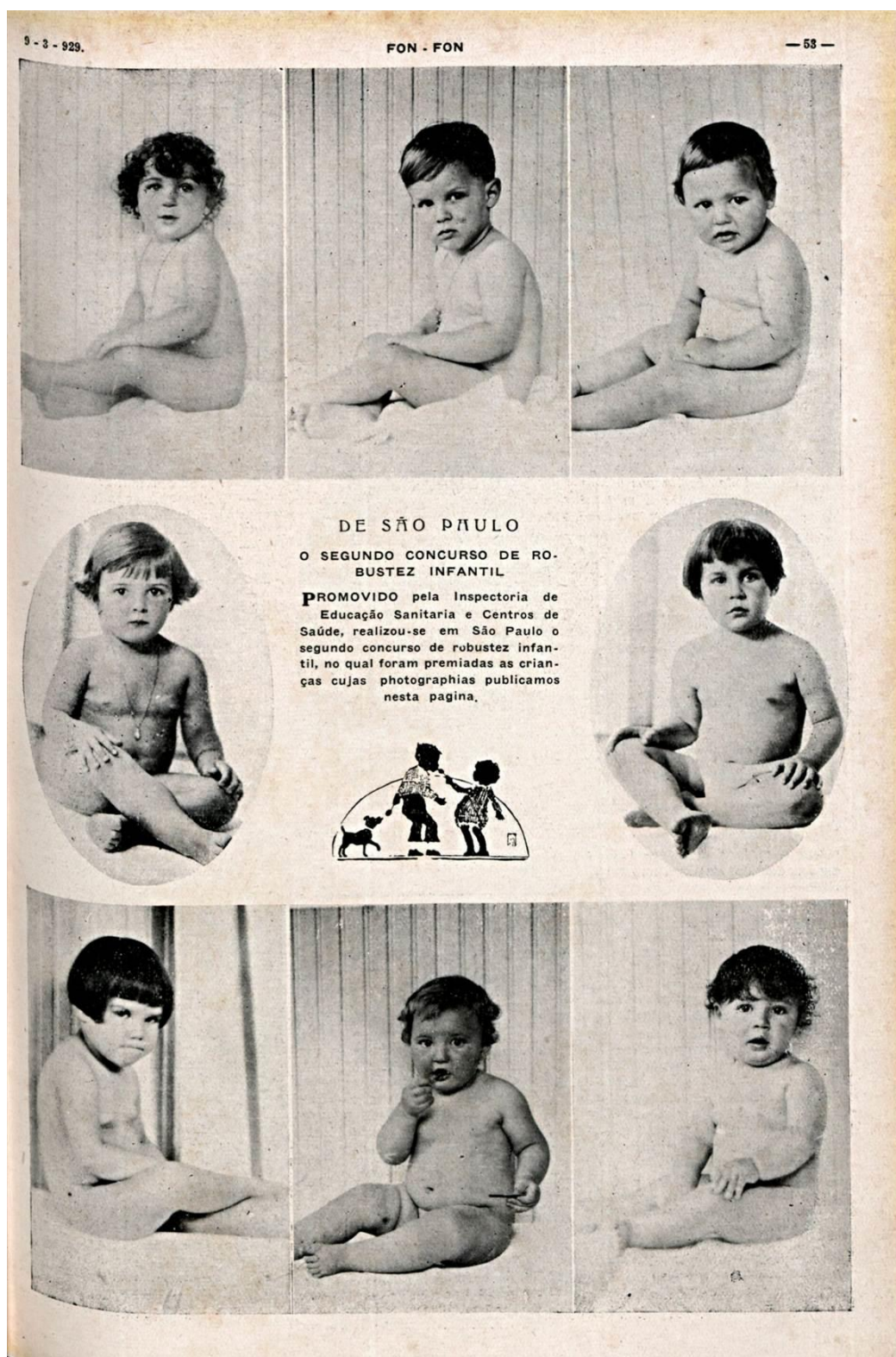


Figura 21: Crianças Premiadas no II Concurso de Robustez Infantil e I Concurso de Eugenia (SP), 1929 – revista *Fon Fon*.¹⁰⁴

¹⁰⁴ “Segundo Concurso de Robustez Infantil. Promovido pela Inspectoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde (...) no qual foram premiadas as crianças cujas fotografias publicamos nesta pagina.” Na página anterior, da revista *Fon Fon*, lê-se: “Crianças que tomaram parte no segundo concurso de robustez infantil e no primeiro de eugenia, que a Inspectoria de Educação Sanitária de São Paulo ultimamente promoveu naquella capital” (SEGUNDO..., 1929, p. 52-3).

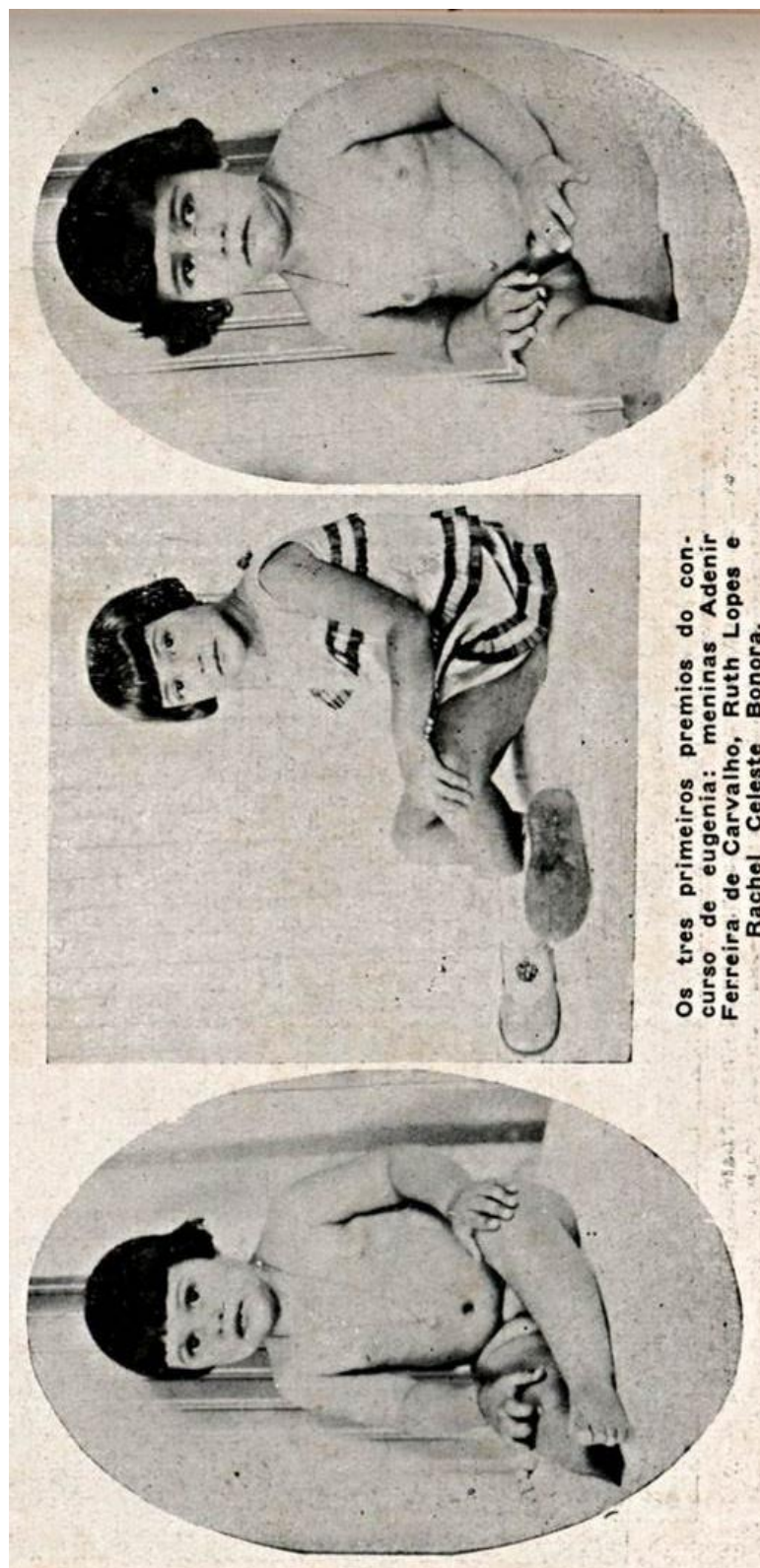


Figura 22: Crianças Premiadas no II Concurso de Robustez Infantil e I Concurso de Eugenia, 1929 – revista *Fon Fon*.¹⁰⁵

¹⁰⁵ “Os três primeiros prêmios do concurso de eugenia: meninas Adenir Ferreira de Carvalho, Ruth Lopes e Rachel Celeste Bonora” (SEGUNDO..., 1929, p. 52).

Da perspectiva mendeliana, representada no BE, derivava um certo entendimento acerca da Ciência de Galton, onde os esforços educacionais e higiênicos apenas indiretamente, e numa escala de importância bastante reduzida, contribuiriam para os “verdadeiros” fins eugênicos.

No artigo *Saúde, Higiene e Eugenia*, Octávio Domingues, desatacado cientista na divulgação da teoria mendeliana e um dos diretores da nova fase do BE, é enfático em declarar que os esforços nos campos da educação e da higiene não garantiam, absolutamente, a consecução dos propósitos eugênicos de melhoramento humano:

Ora, supondo um indivíduo que herdasse de seus maiores uma constituição orgânica má. A higiene, com todos os seus esplêndidos recursos, é capaz de enrobustecer tal indivíduo, e torná-la praticamente um homem de saúde. Mas desgraçadamente essa conquista preciosa é efêmera, porquanto os caracteres que se adquirem não passam à descendência (DOMINGUES, 1930, p. 3).

Como um homem de ciência que reivindica para si a “neutralidade” concernente à pesquisa experimental, Domingues, em outra passagem, é mais explícito ao situar os limites e, mesmo, os efeitos de involução – o que se depreende de sua afirmação, embora não utilize o termo – que, paradoxalmente, os progressos científicos no campo da higiene produziram nas sociedades humanas:

O homem, recorrendo aos seus conhecimentos científicos – dia a dia mais numerosos e complexos – procurou desde logo fugir àquela seleção natural. E o que se deu e continua a dar-se é isto: indivíduos de boa ou má constituição nascem, vivem, prosperam, e ombro a ombro se multiplicam com evidente prejuízo para a sociedade. Sim, porque quanto mais progredem os recursos da higiene maior se torna a viabilidade daqueles tipos organicamente inviáveis. É uma seleção às avessas, como se vê (DOMINGUES, 1930, p. 3).

Entretanto, a análise cuidadosa dos artigos publicados no BE, quando cotejados com os textos apresentados no CBE, evidencia que a adesão à teoria mendeliana não implicava, absolutamente, uma ruptura total entre Eugenia e Higiene ou mesmo a exclusão da educação como importante aliada na “cruzada eugênica”. Ao tratar da participação de Edgar Roquette-Pinto no Congresso Brasileiro de Eugenia, presidindo o evento, Diwan (2011, p. 114) ressalta que o prestigiado médico e antropólogo, não obstante aceitasse a teoria mendeliana, era

explicitamente contrário às medidas segregacionistas, de cunho racista, pois avaliava como “normal” e “saudável” a miscigenação da população brasileira.¹⁰⁶ Roquette-Pinto estava convencido da complementaridade dos saberes da Higiene e da Eugenia, bem como da importância da educação, nas aspirações de melhoramento da população nacional. Tal exemplo acena para a impossibilidade de tomarmos de forma estanque categorias que na prática eram resignificadas por meio da produção de profissionais diversos que circulavam por várias sociedades científicas e orientações teóricas, ora aproximando, ora delimitando os domínios da Eugenia frente à Higiene.

Roquette-Pinto, em registro pessoal ao final do segundo dia de trabalhos no CBE, demonstrava ter muita clareza em identificar aquilo que havia de específico em cada uma daquelas áreas do saber, bem como em reconhecer o papel da educação no melhoramento da população:

[...] a “higiene” procura melhorar o “meio” e o “indivíduo”; a “eugenia” procura melhorar a “estirpe”, a “raça”, a “descendência”. [...] São preocupações bem diferentes. Outrora, acreditava-se que, melhorado o “indivíduo”, estava, por isso, melhorada a “espécie”. Foram os tempos heróicos da Higiene, há uns trinta anos. Naquela época o problema era entregar o homem doente à medicina e o são à higiene, para o proteger. Esta prevenia a doença, aquela procurava curar os doentes. Afinal, verificou-se que a higiene, sozinha, não consegue impedir que surjam certos tipos enfermos. Porque há “doenças da raça”, há doenças ou deficiências do germen. E a higiene não vai lá. Mais depressa vai lá a educação, promovendo a seleção artificial da boa semente, facilitando a sua larga propagação e entavando, senão estancando, a má (ROQUETTE-PINTO [1933] 1982, p.44).

¹⁰⁶ Segundo Diwan (2011, p. 114) Roquette-Pinto, embora fosse adepto da teoria mendeliana, “estava alinhado, tal como Gilberto Freyre, ao culturalismo de Franz Boas (1858-1942), desde 1926, quando esteve em contato com esse pesquisador em Nova York.” Contudo, vale destacar como o eminente médico e antropólogo se declarava em relação à sua orientação teórica: “entre as duas correntes, uma que afirma a herança mendeliana na espécie humana (Davenport), e outra que a contesta (Boas), as minhas observações levam-me a preferir a primeira” (ROQUETTE-PINTO, [1933] 1982, p. 98). Na sequência, explicava que sua adesão à teoria mendeliana nas questões de transmissão de caracteres à descendência não implicava a negação dos condicionantes sociais que participam da “seleção social” e que conferem inteligibilidade à frequência de doenças, taras e debilidades entre as populações de negros e mestiços, a quem faltou a providência do “amparo social”. Davenport, foi Diretor do Escritório de Registros Eugênicos, dos Estados Unidos, e destacou-se como maior representante da Eugenia estadunidense, defendendo uma postura mais radical, favorável à implantação de medidas de esterilização compulsória e restrições a imigrantes. Era, sem dúvida, uma figura a quem Renato Kehl devotava grande consideração, sendo inúmeras vezes citado, sempre com deferências, nas páginas do *Boletim de Eugenia*.

Diferentemente de muitos eugenistas com quem debateu, não tomava necessariamente o mestiço como produto disgênico, inferiorizado pela união de desiguais, o que não implicava, por seu curso, negligenciar a teoria mendeliana de transmissão hereditária de caracteres à descendência. No entendimento de Roquette-Pinto, à higiene e à educação caberiam, neste quadro, favorecer as condições asseio e moral para evitar que se proliferassem as doenças e males de caráter hereditário, promovendo, assim, uma “seleção artificial da boa semente” (ROQUETTE-PINTO [1933] 1982). A “seleção” remete aos cuidados em relação aos males e doenças transmitidas hereditariamente, independentemente do fenótipo. Dessa forma, Roquette-Pinto demonstra uma maneira radicalmente diferente de considerar os problemas de regeneração da população brasileira, deslocando, do argumento racial para uma perspectiva mais sociológica, as causas primeiras dos problemas que fustigavam a população brasileira, desnaturalizando, assim, a pretensa inferioridade atribuída à população de mestiços pela miscigenação entre tipos europeus, africanos e ameríndios.¹⁰⁷

A divergência de perspectivas sobre a conceituação da Eugenia, seus meios e fins, pode ser ilustrada não apenas pelos textos debatidos no CBE, como também pelo registro de um certo incômodo por parte do antropólogo Fróes da Fonseca ao discordar frontalmente das ideias de Renato Kehl no que diz respeito às questões raciais, apresentadas no livro *Lições de Eugenia* (1929), divulgado no Congresso. O antropólogo é veemente em criticar as teses contidas na obra que Kehl distribuíra aos congressistas:

Podemos ter como definitivamente assentado que a mestiçagem não nos cria nenhuma condição de inferioridade e não nos oferece nenhum problema insolúvel. Em meios estritamente científicos não se tomam á sério as phantasias dos pregoeiros do *sangue aryano* e a pretensa inferioridade das raças negra e vermelha. [...] Infelizmente enquanto vae a sciencia abrindo penosamente o seu caminho, segue-lhe os passos a constante cohorte de aproveitadores do momento, dos que, á sombra do seu prestigio, fazem de hypotheses dadas como factos, de affirmações transfiguradas em documentos, de fragmentos doutrinares torcidos e ageitados a qualquer these e tudo bem vestido de eloquencia, a obra que se populariza porque não combate senão favonêa preconceitos reinantes. Não admira pois que livros para-scientíficos como o de Madison Grant tenham larga repercussão nos meios pouco aptos para a leitura crítica e sobre-maneira interessados em acceitar-lhe as idéas. [...] Tal é o caso infelizmente do livro que acaba de ser

¹⁰⁷ Segundo Rangel (2010, p. 89-90), para Roquette-Pinto a degradação dos mestiços era resultante do meio cosmopolita das grandes cidades que corrompia facilmente aqueles a quem a educação faltava, sendo precárias as condições morais dessa população; também observava que o grande número de indivíduos tidos como deficientes em várias regiões do país não se explicava em termos raciais e sim pela ausência de educação e saúde pública.

distribuído, por ocasião deste Congresso, pelo Dr. Renato Kehl, sob o título “Lições de Eugenia”. Não me é possível analysar aqui, nem é mister fazel-o, as paginas em que se refere á questão racial, pretendendo falar em nome de uma sciencia que ignora, tanto mais quanto a propria exposição que fizemos, em syntese, do assumpto evidencia largamente os erros por elle perpetrados. Cumpria-nos apenas chamar desde logo a attenção para a nenhuma responsabilidade que tem a Anthropologia em taes conceitos, reservando-nos para critica detida em occasião oportuna (FONSECA, 1929, p. 78).

O cotejo crítico das fontes a que tivemos acesso forneceu importantes evidências para avaliarmos a relevância dessas polêmicas e interpretarmos as tensões latentes na produção de uma identidade, certamente plural, para a Ciência de Galton produzida pelos intelectuais brasileiros envolvidos naquele debate. Da iniciativa de Miguel Couto, ao convocar o Congresso Brasileiro de Eugenia, em ocasião das comemorações do centenário da ANM, pode-se depreender o interesse por colocar em debate os diversos entendimentos pelos quais se encaminhavam as questões relativas à Eugenia no momento, indicando para a Presidência e a Secretaria Geral do Congresso – funções de evidente distinção – dois dos mais importantes intelectuais engajados no debate daquelas ideias, respectivamente, Edgar Roquette-Pinto e Renato Kehl, portadores, no entanto, de perspectivas sensivelmente distintas sobre os meios e fins da ciência eugênica. A razão dessas divergências ia além da controvérsia entre mendelismo e neolamarckismo. Pelo que apuramos na análise das fontes, nesse aspecto do debate não divergiam, demonstrando, ambos, conhecerem muito bem as teses mendelianas de transmissão de características pela herança genética. Contudo, à época do CBE, eram diametralmente opostos no tratamento que dispensavam à questão da mestiçagem e, por conseguinte, na importância que atribuíam ao sanitarismo e à educação na consecução dos fins eugênicos.

Roquette-Pinto, embora se encontrasse entre aqueles que viam na Eugenia um recurso válido para o melhoramento das características da população, rechaçava, vigorosamente, a biologização das mazelas da população brasileira pela identificação, *a priori*, de tipos raciais disgênicos. Nesse sentido, como já destacamos, o médico e antropólogo foi enfático em dizer que o homem, no Brasil, precisava ser “educado” e não “substituído”, pois o problema a ser enfrentado não era o de uma suposta degeneração racial, mas o de uma necessária política sanitária e educacional:

[...] nenhum dos typos da população brasiliana apresenta qualquer estigma de degeneração anthropologica. Ao contrario. As características de todos

elles, são as melhores que se poderiam desejar. Fica também provado mais uma vez que o cruzamento, longe de ser uma *fusão* ou *caldeamento*, seguiu aqui leis biológicas já conhecidas, e de nenhum modo – documentadamente – pôde ser considerado fator dysgênico. O numero de individuos somaticamente deficientes, em algumas regiões do paiz, é realmente considerável. Isso, porém, não corre por conta de qualquer factor de ordem racial; deriva de causas pathologicas cuja remoção na maioria dos casos independe da anthropologia. É questão de *política sanitária e educativa* (ROQUETTE-PINTO, 1929, p. 145-6).¹⁰⁸

Renato Kehl, diversamente de Roquette-Pinto, concebia a mestiçagem como fator de degeneração da população brasileira e postulava a adoção de medidas eugênicas, por parte do Estado, como recurso para um melhoramento do perfil racial da população, consequentemente, da nacionalidade. *Lições de Eugenia*, uma das principais obras de Kehl sobre essa discussão, foi lançada durante o CBE – oportunidade de fazê-la circular junto ao público interessado no debate – e expressava inequivocamente a perspectiva de seu autor sobre a questão da miscigenação no Brasil:

Tão variaveis são as cores das cutis, como os demais caracteres anthropomorphicos, numa confusa promiscuidade de temperamentos psychicos. Dahi a índole indefinida, a mentalidade imprecisa e inconstante, os vicios politicos e sociaes de nossa gente. O Brasil representa uma “officina gentium”, um grande laboratorio de elementos diversos, e dentro delle terá de se operar por muito tempo um grande metabolismo racial, com a assimilação de uns e a desassimilação de outros. Dessa chimica complexa e morosa resultará, daqui a alguns seculos, apesar dos projuizos acarretados á raça branca, uma nacionalidade melhormente caracterizada, um povo forte e varonil que, talvez, se emparelhará dignamente, com os melhores aquinhoados. Dentre os elementos em desassimilação, como déssemos, constam-se os da raça negra e selvicola. Há uma verdadeira depuração desses sangues. Ninguem poderá negar, que no correr dos anos, desaparecerão os negros e os índios das nossas plagas e do mesmo modo os produtos provenientes desta mestiçagem. A nacionalidade embranquecerá á custa de muito sabão de côco aryano! (KEHL, 1929, p. 188).

Essa divergência na forma de avaliar a mestiçagem na população brasileira, bem como na maneira de conceber a Eugenia, seus métodos e propósitos no Brasil, explica a inexistência de artigos de Roquette-Pinto ou de Fróes da Fonseca no *Boletim de Eugenia*, durante os cinco anos em que o periódico circulou.

¹⁰⁸ Grifos do autor.



Figura 23: Edgard Roquette-Pinto em fotografia publicada na revista *Fon Fon* (1939).¹⁰⁹

¹⁰⁹ SABINO (1939, p. 31).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar os movimentos em torno da educação no período da Primeira República, Jorge Nagle (1978) chamou atenção para o contexto social mais amplo no qual as questões educacionais se inserem, guardam correspondência e adquirem inteligibilidade. Nesse sentido, tratou de perspectivar a educação em relação aos problemas que particularizavam a sociedade da época, como a estrutura agrária baseada na monocultura para a exportação, a permanência de um sistema coronelista no qual se sustentava o poder dos governadores, uma estrutura pouco diversificada de classes sociais, com o predomínio de uma burguesia agro-mercantil, a continuidade de uma sociedade semicolonial que vai paulatinamente apresentando indícios de uma formação capitalista e a constituição de movimentos político-sociais decididos uns a manter e outros a subverter a ordem instituída. Alertou ainda para a importância que adquiriu, naquele contexto, o apelo nacionalista, em suas diversas manifestações políticas, imbricado em propostas que se centravam na urgência do progresso nos quadros da economia capitalista.

Com essas advertências teórico-metodológicas em nosso horizonte de pesquisa, procuramos investigar a apropriação e difusão da Eugenia no Brasil, sondando suas propostas e estratégias no campo da educação, sem perder de vista as circunstâncias sócio-históricas sob as quais certos intelectuais a assumiram, combinando-a com outras questões com as quais também estavam envolvidos. Com uma contribuição capital na forma como perspectivamos a apropriação e o debate da ciência eugênica no cenário abordado, destacamos as observações de Moysés Kuhlmann Jr. (2001) quanto ao caráter limitado de estudos históricos que ao conferirem importância quase exclusiva às diferenças e disputas entre campos distintos do conhecimento e da atividade profissional, acabam por negligenciar, no mais das vezes, as articulações entre profissionais de áreas diversas, mobilizados por questões candentes na sociedade de seu tempo, produzindo espaços polissêmicos de composição comum, para além das tensões e influências específicas, em nome da constituição de uma modernidade que reflita a ordem social vigente, comprometida com a manutenção de privilégios sociais e a construção de uma cidadania limitada pelos interesses das classes dominantes. Ainda, como defende Raymond Williams (2000), a atividade de intelectuais diversos expressa e socializa algo mais que pontos de vista específicos, estritamente profissionais, uma vez que suas ideias e conceitos, imbricados na experiência social, relacionam-se a interesses mais amplos, que

não podem ser isolados socialmente, como se fossem isentos, acima das relações sociais de dominação e subordinação ou, ainda, das tensões entre frações de classe na acomodação de forças nos limites da ordem social vigente.

Nesse sentido, preterimos uma história do discurso, em favor de uma análise mais centrada nos sujeitos de eugenias diversas, responsáveis pela ressignificação de ideias e postulados científicos à luz dos temas e polêmicas em evidência na sociedade de sua época, enunciando, dessa forma, a dimensão social, política e ideológica que encerra o conhecimento científico como produção social. Daí apostarmos na análise das controvérsias e ambiguidades geradas no debate e encaminhamento da ciência eugênica no cenário nacional, de forma a flagrá-la, pela atuação política e científica dos intelectuais que a abraçaram, em relação dinâmica com demandas sociais, como a educação e o sanitarismo, ora diferenciando-se, ora associando-se a esses campos de atuação social.

No final do século dezenove e início do vinte, os avanços verificados na economia dos países de capitalismo industrial, celebrados e ritualizados nos palcos das Exposições Universais, favoreceram a identificação entre as ideias de “ciência”, “progresso” e “civilização”, alimentando as expectativas das elites nacionais de verem o Brasil conquistando, pela ordem, o progresso necessário a fim de ocupar o lugar desejado no “concerto das nações civilizadas”. A ascendência cultural francesa sobre nossa intelectualidade, sobretudo no século dezenove, favoreceu a penetração dos postulados positivistas de Comte e Durkheim, influência sentida na política e na academia, coadunando ciência e progresso nos projetos das elites nacionais. Nesse contexto, a busca por identificar as causas do atraso brasileiro e a repercussão dos avanços no terreno da ciência, com destaque para os impactos da teoria de Darwin nos estudos da sociedade – fonte de inspiração tanto para o evolucionismo social de Spencer quanto para os estudos eugênicos inaugurados por Galton – criaram um ambiente intelectual receptivo às “modernas teorias” que prometiam o progresso nacional por meio do melhoramento do perfil racial da população.

Nesse contexto, para muitos intelectuais, o atraso brasileiro explicava-se pelo perfil racial, uma fraqueza nacional, segundo apontavam os teóricos da desigualdade racial como Gobineau e Agassiz. No Brasil, o médico e antropólogo Nina Rodrigues, desde o final do século dezenove, identificava nas supostas desigualdades raciais as causas fundamentais da disparidade social, insistindo que a igualdade política, instituída pelas leis dos homens, não poderia compensar as desigualdade moral e física imposta pela natureza das raças (CORRÊA, 1998). Não faltaram, contudo, intelectuais a defenderem a superação das mazelas nacionais

por meio do branqueamento da população, otimistas na miscigenação do brasileiro com o imigrante europeu, tal como defenderam Silvio Romero e João Batista de Lacerda (SCHWARCZ, [1993] 2012). Quando o fluxo imigratório se arrefeceu, por força da Grande Guerra (1914-1918), outras alternativas foram postuladas como capazes de melhorar o perfil populacional, em consonância com as expectativas nacionalista tão em voga naqueles tempos, prometendo revigorar as classes populares pelos efeitos reformadores do saneamento e da educação (CASTRO-SANTOS, 1985; 2008).

Neste cenário, a Ciência de Galton encontrou um terreno fértil para fincar raízes, principalmente entre os intelectuais envolvidos nas inúmeras campanhas por reforma social, geralmente organizados em ligas e sociedades que mobilizavam setores descontentes das elites urbanas, críticas em relação à condução política do país pelas oligarquias agrárias. Particularizando a vertente eugênica brasileira, como sugere Nancy Stepan (1985; 2005), a campanha sanitária – e, diríamos, a educacional também – tornou-se uma importante porta de entrada para os ideais eugênicos de regeneração da população nacional, forjando uma experiência singular, bastante distinta daquela em difusão na Europa e Estados Unidos, num período em que a palavra “sanear” emprestava seu prestígio às propostas educacionais e eugênicas. Diante dos ventos nacionalistas que varriam o país, ganhavam força as propostas que apontavam para a urgência de uma regeneração física e moral da população, visando à formação de uma nação saudável e ordeira, capaz de conduzir o país ao desejado progresso, sem, convenientemente, subverter as relações vigentes de dominação e subordinação social, em tempos de organização do movimento operário.

Como destacamos ao longo dos capítulos, as primeiras décadas do século vinte comportaram uma intensa atividade social e política envolvendo setores diversos da sociedade brasileira no debate das questões candentes, como o enfrentamento das mazelas nacionais, atribuídas, de acordo com interesses de classe e orientações ideológicas, a fatores diversos como a política conservadora das oligarquias regionais, o analfabetismo, a elevada mortalidade infantil, os surtos epidêmicos, a falta de higiene da população e o perfil racial do brasileiro, altamente miscigenado. A atividade pública de intelectuais, ligados a interesses diversos, geralmente convergia na forma de uma atuação social e política mais ampla, extrapolando os limites mais imediatos de sua área profissional, como se lhes imputassem uma missão patriótica, reformadora da realidade social e política nacional (SEVCENKO, 1999), consolidando-se, sobretudo na década de vinte, uma estratégia de participação política por meio de associações e sociedades civis mobilizadas em torno de causas políticas e sociais

(KUHLMANN Jr., 2001). Na década de vinte, os manifestos estavam na ordem do dia, atendendo a apelos variados (BRESCIANI, 2007, p. 155), com destaque para o caráter modernizante dos movimentos em prol da educação e da saúde pública (CASTRO-SANTOS, 2008, p. 55-6), não obstante as limitações das propostas de “mudança”, estruturadas nos limites da ordem vigente, numa conjuntura marcada por forte efervescência social e política (MARQUES, 1994, p. 63), na qual se diferenciava a organização do movimento operário e as greves do período, espalhando, na perspectiva da elite patronal, a “desordem” em tempos de reveses, causados pela Grande Guerra (FAUSTO, 1977, p. 133-173). Vale destacar que nesse contexto os trabalhadores de forma alguma estiveram indiferentes às novas ideias de revigoração da população, acusando as elites burguesas pelo estado de precariedade em que viviam (BERTUCCI, 1997, p. 118). As greves demonstraram o potencial político da classe operária, mas também evidenciaram a fragilidade de sua organização, bem como o poder de repressão governamental. Nesse mesmo período, é deflagrada a campanha eugênica, apresentada como recurso científico capaz de aliviar as tensões sociais latentes no seio de uma população urbana em vertiginoso crescimento (STEPAN, 2005, p. 48).

Em linhas gerais, o movimento eugênico brasileiro manteve forte relação com as campanhas sanitárias e educacionais, difundindo-se em propostas de caráter “preventivo” e “positivo”. No entanto, no final dos anos vinte, o médico e eugenista Renato Ferraz Kehl, figura central na divulgação da Eugenia no país, começou, como uma voz dissonante, a intensificar a difusão de propostas mais atreladas às perspectivas “negativas”, alinhadas aos movimentos europeus e estadunidense, fazendo de seu periódico o porta-voz principal de propostas mais severas e menos inclinadas em admitir a importância das medidas educacionais e sanitárias nos propósitos mais amplos da ciência eugênica. A viagem que Renato Kehl fez à Alemanha, em 1928, e sua familiaridade à cultura germânica tiveram, certamente, alguma influência em suas opções em favor de uma Eugenia restritiva, já no final daquela década, num momento em que o movimento eugênico alemão se encaminhava para uma radicalização, nas propostas de “higiene racial”, termo que o eugenista procurou difundir nas páginas de seu periódico. Nesse sentido, pode-se dizer que o *Boletim de Eugenia* representou, no conjunto dos seus artigos, uma Eugenia de caráter mais “negativo”, aproximando-se das propostas praticadas por eugenistas europeus, sobretudo alemães, e estadunidenses, marcando posição em relação às orientações mais “brandas”, de caráter “positivo” e “preventivo”, que outrora mobilizaram as atenções de Renato Kehl no Departamento Nacional de Saúde Pública e em muitas de suas publicações (STEPAN, 2005).

Cotejando os textos publicados no periódico de Renato Kehl com outras fontes igualmente representativas do debate eugênico e considerando, ainda, a repercussão da Eugenia nas páginas da imprensa diária, definimos parâmetros metodológicos que favoreceram, na sondagem dos temas educacionais entre eugenistas, situar o *Boletim de Eugenia* no horizonte do debate eugênico no país, ao invés do contrário, o que levaria ao equívoco de reduzir o pensamento eugênico brasileiro às perspectivas representadas nas páginas daquele periódico.

Em síntese, o *Boletim de Eugenia* refletiu as novas inclinações de Renato Kehl em favor de uma Eugenia mais severa, atenta à “boa procedência das sementes”, em que as ações educacionais agiriam na socialização das medidas adequadas visando à geração de bons descendentes, principalmente através de uma educação moral, rigidamente orientada por preceitos eugênicos, o que na prática atuaria de forma a perpetuar preconceitos, inculcando, desde cedo, a pretensa ideia de superioridade racial do tipo caucasiano sobre os demais, principalmente em relação aos mestiços. Nesse sentido, uma educação eugênica, tal como preconizada pela Constituição de 1934,¹¹⁰ teria um impacto mais profundo no plano cultural por favorecer a manutenção de desigualdades naturalizadas como um dado biológico.

Entretanto, não se pode inferir, pela perspectiva eugênica identificada no *Boletim de Eugenia*, que no movimento eugênico brasileiro apresentou idêntica inflexão em favor de uma Eugenia “negativa”. Orientações diversas desta coexistiram e predominaram no

¹¹⁰ Artigo 138, alínea b: “estimular a educação eugênica” (BRASIL, 1934, s/p). Dentre os deputados signatários da Carta Constitucional de 1934, constam os nomes de Arthur Neiva, Levi Carneiro e Fernando Magalhães, que destacamos aqui em função de suas relações com o debate das ideias eugênicas no período. Arthur Neiva integrava a SESP, conforme destacou Renato Kehl, ao relembrar as atividades da entidade, em conferência proferida no CBE (KEHL, 1929f, p. 54). O segundo teve participação honrosa no CBE, presidindo a seção dedicada à “Legislação e Educação” e apresentado a conferência “Educação e Eugenia”, no dia 6 de julho de 1929, cuja conclusão ressaltava a importância da ciência eugênica no âmbito da educação nacional: “para a solução dos nossos problemas de Educação, haveremos de ter em conta, mais atentamente que até agora, os ensinamentos da Eugenia” (CARNEIRO, 1929, p. 116); consta, ainda, que Levi Carneiro apresentou o trabalho intitulado “A esterilização eugenica dos degenerados”, cuja publicação estava prevista para os próximos dois volumes com as atividades do CBE, fato que não se concretizou (Actas e Trabalhos, 1929, p. 341). O médico e deputado Fernando Magalhães, ex-reitor da FM-RJ, que também integrava a Constituinte de 1933, participou ativamente dos debates oportunizados pelo CBE, apresentando o trabalho “O feminismo e a raça” (Actas e Trabalhos, 1929, p. 342). À época da promulgação da Constituição de 1934, Magalhães destacava, na imprensa diária, a importância do ensino primário na formação moral da juventude brasileira, através de uma educação que não desprezasse as contribuições da Eugenia (MARIANO, 2009, p. 122). As pesquisadoras Lilian Denise Mai e Maria Lúcia Boarini (2002, p. 130-1) destacaram esse envolvimento de deputados constituintes com o debate de ideias eugênicas, fator que contribuiu para que a Constituição de 1934 garantisse espaço para a Eugenia nos fins preconizados para a educação nacional.

encaminhamento das questões eugênicas no Brasil. A diversidade de orientações em debate – que, aliás, ia muito além de uma simplória distinção entre neolamarckistas e mendelistas¹¹¹ – registrada nas *Actas e Trabalhos* do CBE, realizado em 1929, não deixa dúvidas quanto às divergências entre aqueles que pautavam a Eugenia em termos raciais, como o deputado Azevedo de Amaral, acompanhado em suas conclusões por Oscar Fontenelle e Xavier de Oliveira, e os que encaminhavam os problemas relativos à melhoria eugênica da população em termos sociais, destacando as iniciativas nos campos educacional e sanitário, rechaçando vigorosamente as teses racistas como aporte teórico dos estudos eugênicos. Entre aqueles que se situavam neste último grupo, destacam-se Roquette-Pinto, Fróes da Fonseca, Belisário Penna e Fernando Magalhães, para citarmos apenas alguns.

Com base nas pesquisas realizadas, pode-se afirmar que as questões relativas à educação estão presentes entre os temas abordados pelos autores que publicavam no *Boletim de Eugenia*, inclusive nos textos de autoria do próprio Renato Kehl. De maneira geral, guardam correspondência com as orientações eugênicas em repercussão no periódico, identificando-se com as ideias de seus diretores.¹¹² Assim, na maioria dos artigos que versaram sobre temas educacionais seus autores lhe atribuíram um caráter “auxiliar” ou “complementar” em relação às propostas eugênicas de caráter mais estrito, algumas delas de corte racista, geralmente elaborando recomendações de educação eugênica nas escolas – para muitos autores, uma necessidade desde o ensino primário. Outros frisavam o papel “paliativo” e, portanto, “limitado” dos investimentos em educação e higiene pública para a consecução dos objetivos eugênicos de melhoramento da população, acusando, muitas vezes, a ineficiência no gasto de recursos públicos com políticas sociais voltadas ao atendimento dessas demandas, nos planos mais amplos de regeneração da população brasileira; afinal, como sugeriam muitos eugenistas que publicaram no *Boletim de Eugenia*, por mais que se prepare o terreno, dependerá exclusivamente da qualidade das sementes a colheita futura. Os autores, de maneira geral, oscilavam entre essas duas posturas, transitando entre elas, em artigos diferentes.

¹¹¹ É uma generalização insustentável reduzir as polêmicas no âmbito do debate eugênico às divergências entre neolamarckistas e mendelistas. Roquette-Pinto foi adepto declarado da teoria mendelista, o que não lhe impediu de elevar ao primeiro plano os esforços em educação e higiene, primeiro por identificar a causa fundamental dos problemas de debilidade da população nas condições sociais e não no conceito de raça, segundo, por não inferir, *a priori*, a superioridade da “raça branca” em relação às demais.

¹¹² De 1929 a 1931, o periódico esteve sob direção direta de Renato Kehl; nos dois últimos anos, Kehl convidou os professores Octavio Domingues e Salvador Toledo Piza Jr., ambos da ESALQ, para assumirem a direção do BE.

Quanto às referências explícitas à educação eugênica nas escolas, muitos autores a definiram como “educação sexual”, visando uma “adequada” preparação, desde a infância, para “escolhas acertadas” no enlace matrimonial, por exemplo, submetendo-se e, ao mesmo tempo, exigindo do parceiro ou parceira a realização do exame pré-nupcial. Tratava-se de apostar numa educação moral como forma de combater a proliferação dos “venenos da raça”, privilegiando as uniões entre indivíduos considerados “eugenizados” e desestimulando, pelo convencimento do “mal” que transmitiriam à sua descendência, os casamentos com indivíduos considerados “inaptos”. Nesse ponto, Renato Kehl estava entre aqueles que desaconselhavam a união entre “raças” diferentes, denotando a inferioridade dos indivíduos mestiços. Uma educação eugênica nas escolas cumpriria a função social de operar uma mudança no perfil cultural e comportamental da população, garantindo, assim, as condições necessárias à eugeniização da nacionalidade pela ação do próprio indivíduo, consciente de seu dever com a pátria, mas também pela aceitação de uma eventual e “desejada” atuação do Estado, na implementação de medidas mais radicais, como a esterilização de deficientes, doentes e criminosos.

Outra consideração presente nas páginas do *Boletim de Eugénia* refere-se à proposta de adequação da educação ao “tipo eugênico” do educando, considerado em suas “condições inatas”. No artigo *Educação e Eugenia*, Renato Kehl sugere que, tal como a medicina define a terapêutica tendo em vista o seu paciente, a pedagogia deveria considerar primeiro o educando para depois definir o tipo de educação que lhe caberia. Recorre, então, à sentença moral, de valor axiomático, “quem é bom já nasce feito”, para avançar em suas conclusões de uma educação desigual aos desiguais (KEHL, 1929g, p. 1-2).

Contudo, cabe ressaltar que no contexto analisado os eugenistas, de forma geral, apontaram para problemas urgentes, com destaque para o combate ao alcoolismo e a contenção da proliferação de doenças como a sífilis e a tuberculose, calamidades que mobilizavam os esforços de amplos setores sociais, inclusive do operariado organizado (BERTUCCI, 1997). Embora houvesse aqueles que encaminhavam os problemas eugênicos exclusivamente pelas ideias de desigualdade racial, minorando o papel da educação e do saneamento no enfrentamento das mazelas nacionais, muitos eugenistas, por outro lado, exaltaram o valor dos investimentos naquelas demandas sociais, como forma de eugenizar a sociedade, apostando na “regeneração” de um povo que consideravam estar mais “doente”, pela falta de higiene e educação básica, do que “degenerado”, em função da mestiçagem. Nesta observação, não se ignora, no entanto, o caráter conservador das propostas eugênicas

em geral, politicamente identificadas com interesses mais amplos, no plano das relações de dominação e subordinação numa sociedade de classes.

Nestas linhas finais, retomamos uma discussão inicial sobre a perenidade de certas expectativas de melhoramento humano, bem como de preconceitos sociais e raciais, tão arraigadas à cultura geral que num olhar mais atento sobre algumas discussões, no tempo presente, podemos flagrá-las, ainda hoje, embaralhando-se em meio a “declarações científicas”, supostamente isentas de ideologia. Tal como sugerimos no texto de apresentação, mais que uma palavra perdida no tempo, a Eugenia, atualmente, guarda algo de correspondência com sua experiência no início do século passado. Atentos aos riscos de um julgamento anacrônico, não podemos, no entanto, deixar de notar que, tal como no passado, a ciência continua sendo mobilizada para respaldar opiniões prévias, preconceitos nem sempre confessados, sobre supostas inferioridades de grupos étnicos e sociais, considerados no quadro das limitações supostas pela sua “condição biológica, racial e social”. Vale relembrar, no artigo em que procurava se explicar pelas polêmicas afirmações sobre a “inferioridade da inteligência dos negros”, James Watson, Nobel de medicina, concluía sua defesa argumentando que, na qualidade de cientista, deve-se “tomar cuidado ao invocar **verdades indiscutíveis**¹¹³ sem o apoio de provas”, o que nos soa certamente estranho vindo de um homem talhado pela ciência experimental (JAMES, 2007). Segundo o cientista social Robert Kurz (1997, p. 196), “trata-se sempre (...) de hipóteses não comprovadas que dizem menos da natureza do que da preferência ideológica dos cientistas”. O autor chama atenção para a crescente “biologização do social”, apontando para uma perigosa redução da cultura e da sociabilidade humanas ao padrão da biologia molecular, conferindo legitimidade científica a barbarismos renovados. O autor destacou, ainda, o cientista Francis Crick, outro Nobel, para quem o próprio livre-arbítrio não passa de “reações neurológicas”, e o biólogo estadunidense Dean Hammer que, em seus estudos, reduziu a homossexualidade a um gene, designado pela sigla “Xq28”, situado na extremidade do cromossomo sexual “X”.

Dessa forma, enfatizamos a importância das investigações de caráter histórico e sociológico sobre recortes que problematizem a questão da ciência e da educação em relação dinâmica com os temas candentes em cada sociedade, ponderando, ainda, o peso de ideologias e preconceitos variados no desenvolvimento de propostas de intervenção social que buscam legitimidade na imagem de neutralidade e isenção atribuídas ao método científico.

¹¹³ Grifos nossos.

Ressaltamos, ainda, a relevância de se aprofundar, pela pesquisa, as noções gerais, muitas vezes enganosas, sobre determinados capítulos da história escrita.

Nesta investigação, ao privilegiarmos certos recortes e discussões, deixamos, certamente, muitas outras questões pelo caminho. Entre elas, destacamos a importância de se sondar a apropriação das ideias eugênicas entre as classes populares, recorrendo, por exemplo, às páginas da imprensa operária do início do século passado; igualmente relevante seria explorar as nuances do movimento eugênico para além das experiências paulista e fluminense. Neste estudo, buscamos encontrar a educação em meio às Eugénias em debate no cenário nacional; apontamos, contudo, a carência de estudos que contribuam para a investigação da Eugénia na experiência educacional brasileira. Estas inquietudes ficam como estímulo a pesquisas subseqüentes.

REFERÊNCIAS

A EUGENIA no Brasil, **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 30 jan. 1929a. p. 7. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19290130-18148-nac-0007-999-7-not/busca/EUGENIA>>. Acessado em: 05 mar. 2013.

A EUGENIA no Brasil. **Correio Paulistano**. São Paulo, 30 jan. 1929. p. 3. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&PagFis=34143>. Acessado em: 15 out. 2013.

A SESSÃO de hotem – Várias communicações – A necessidade da cultura physica. **Correio Paulistano**. São Paulo, 02 dez. 1917. p. 5. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&PagFis=44646>. Acessado em: 29 out. 2013.

AS GLÂNDULAS, causas do crime e da tristeza. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 16 nov. 1921. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=8396>. Acessado em: 27 out. 2013.

AS NOMEAÇÕES assignadas hontem. **Gazeta de Noticias**. Rio de Janeiro, 9 dez. 1920. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_05&PagFis=2820>. Acessado em: 24 set. 2013.

AGUILAR FILHO, S. **Educação e eugenia**: exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

ALGUMAS Palavras. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro. Ano 2, n. 24, p. 1 ago. 1930.

ALMEIDA, A. M. R.; EL-HANI, C. N. **Um exame histórico-filosófico da biologia evolutiva do desenvolvimento**. Scientiae Studia, USP: São Paulo, 2010, vol.8, n.1. p. 9-10.

ARCHIVOS brasileiros de hygiene mental. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 06 mai. 1925. p. 15. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&PagFis=37503>. Acessado em: 23 mar. 2013.

BARRETO, A. d. L. P. Pedagogia da higiene na Paraíba: saberes que circulavam nos livros escolares. In: V Congresso Brasileiro de História da Educação, 2008, Aracaju. **Anais do 5º. Congresso Brasileiro de História da Educação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 9 a 12 de novembro de 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/681.pdf>>. Acessado em: 14 abr. 2013.

BENJAMIN, W. **Teses sobre o conceito da história**. In: LÖWY, M. Alarme de incêndio: uma leitura das teses sobre o conceito de história. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

BERTUCCI, L. M. **Saúde**: arma revolucionária – 1891/1925. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

BILAC, O. **Discursos**: pronunciados por Olavo Bilac na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Direito de São Paulo. São Paulo: Faculdade de Direito de São Paulo, 1915.

BOLETIM de Eugenia. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 25 jan. 1929. p. 7. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&PagFis=38522>. Acessado em: 16 jun. 2013.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acessado em: 20 jun. 2013.

_____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao91.htm>. Acessado em: 20 jun. 2013.

_____. Decreto n. 4.778, de 27 de dezembro de 1923. Considera de utilidade pública a Liga Brasileira de Higiene Mental, com sede nesta Capital. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo. Rio de Janeiro, DF, 29 dez. 1923. Seção 1, p. 32952. Disponível em: <http://diarios.s3.amazonaws.com/DOU/1923/12/Secao_1/pdf/19231229_2.pdf?Signature=8YCUwiNCojsHUccX5HDZpm6EDzI%3D&Expires=1366553454&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMBA&response-content-type=application/pdf>. Acessado em: 23 mar. 2013.

_____. Noticiário, de 28 de julho de 1926. Registra a visita de Carlos Chagas e Ernani Lopes ao Presidente da República Arthur Bernardes. **Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil**, Poder Executivo. Rio de Janeiro, DF, 28 jul. 1926. Seção 1, p. 14686.

Disponível em:

<http://diarios.s3.amazonaws.com/DOU/1926/07/Secao_1/pdf/19260728_74.pdf?Signature=vV9dTAgMGUicUDBEhDWtYY6pUUK%3D&Expires=1366553968&AWSAccessKeyId=AKIAIPM2XEMZACAXCMBA&response-content-type=application/pdf>. Acessado em: 23 mar. 2013.

BRESCIANI, M. S. M. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 2ª ed. São Paulo: UNESP. 2007.

BUENO, M. d. F. G. **O corpo e as sensibilidades modernas**: Bragança (1900-1920). 2007. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2007.

CARNEIRO, L. Educação e eugenia. In: **Actas e Trabalhos** [do] Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, 1929. p. 107-116.

CARVALHO, M. M. C. **Molde Nacional e Fôrma Cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação 1924-1931. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1998.

_____. (1997) **Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas**. In: FREITAS, Marcos Cezar de. História social da infância no Brasil. 8ª ed. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco; São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO-SANTOS, L. A. **O pensamento sanitarista na Primeira República**: uma ideologia de construção da nacionalidade. In: Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 1985. p. 193-201.

_____. **Reabrindo o debate sobre Nagle**: a educação e a saúde na historiografia brasileira. In: RBHE, n. 16, jan/abr, 2008. p. 47-62.

CHALHOUB, S. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

CONCURSO de Eugenia, 3º. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 35, nov. 1931.

CONFERENCIA nacional de educação: a sua proxima reunião em Bello Horizonte. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 1 nov. 1928. p. 11. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&PagFis=69968>. Acessado em: 28 mar. 2013.

CONGRESSO Brasileiro de Eugénia, 1º. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, ago. 1929.

CONGRESSO de eugenia em Nova York. **Correio da Manhã**. Rio de Janeiro, 3 mar. 1932. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_04&PagFis=10707>. Acessado em: 28 ago. 2013.

CORRÊA, M. **As ilusões da liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista, BP: Edusf, 1998.

COUTO, M. Comemoração do 99º aniversário de sua fundação..., **O Paiz**. Rio de Janeiro, 01 jul. 1928. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=34456>. Acessado em: 27 out. 2013.

DADOS biográficos do Dr. Renato Ferraz Kehl. **Revista Terapêutica**. Rio de Janeiro, n.4, 1959 s/p.

DIWAN, P. **Raça Pura**. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2011.

DOMINGUES, O. Saude, Hygiene e Eugenia. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 18, jun. 1930.

DUMAS, G. A Eugenia, **Correio Paulistano**. São Paulo, 7 mar. 1923. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&PagFis=11245>. Acessado em: 25 set. 2013.

ENGELS, F. (1845) **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**: segundo as observações do autor e fontes autênticas. São Paulo: Boitempo, 2008.

FACULDADE de Medicina: 50 anos de labor e glória. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 24 mar. 1963. p. 19. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19630324-26968-nac-0019-999-19-not/tela/fullscreen>>. Acessado em: 10 out. 2013.

FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)**. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL/ Difusão editorial, 1977.

_____. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 16ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

FEDERAÇÃO Internacional das Organizações Eugenícas. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, mai. 1929a.

FEDERAÇÃO Internacional das Associações Eugenicas. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, ago. 1929b.

FIGURAS e factos. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 29 abr. 1933. s/p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_03&PagFis=7436>. Acessado em: 29 set. 2013.

FONSECA, A. F. Os grandes problemas da Anthropologia. In: **Actas e Trabalhos** [do] Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, 1929. p. 64-86.

FREYRE, G. (1957) **Ordem e Progresso**. 6ª ed. rev., São Paulo: Global, 2004.

FROTA-PESSOA, O. **Quem tem medo da eugenia?** In: Revista da USP. Dossiê Genética e Ética, São Paulo, n.24, 1994. p. 38-45.

FUNDOU-SE hontem a Sociedade Eugenia de São Paulo: bella iniciativa da classe medica paulista. **Correio Paulistano**. São Paulo, 15 jan. 1918. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=090972_06&PagFis=45204>. Acessado em: 24 mar. 2013.

GALTON, F. (1883) **Inquiries into human faculty and its development**. 2nd. ed. London: Macmillan, 1907.

_____. (1869) **Hereditary Genius**: an inquiry into its laws and consequences. Londres: Julyan Freidmann, 1979. Disponível em: <<http://galton.org/>>. Acessado em: 29 jun. 2013.

GOVERNADOR de SC louva eugenia em artigo. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 03 set. 2005. p. A 32. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/2005/09/03/2//5249203>>. Acessado em: 06 ago. 2013.

HABIB, P. A. B. B. **Agricultura e biologia na Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’ (ESALQ): os estudos de genética nas trajetórias de Carlos Teixeira Mendes, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Jr. (1917-1937).** 2010. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2010.

HOBSBAWM, E. J. **A era do capital, 1848-1875.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. **A era dos impérios, 1875-1914.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HOLANDA, S. B. (1936) **Raízes do Brasil.** 26ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

HUERTA, L. Os fundamentos científicos da Eugenia. **Boletim de Eugenia.** Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, ago. 1929.

JAMES Watson: “não é racismo”. **O Globo.** Rio de Janeiro, 19 out. 2007. s/p. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/ciencia/james-watson-nao-racismo-4146886>>. Acessado em: 19 out. 2013.

JORNAL do Brasil. **Jornal do Brasil.** Rio de Janeiro, 28 jun 1920, p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&PagFis=3036>. Acessado em: 11 mar. 2013.

KEHL, R. F. Conferencia de propaganda eugenica. In: **Annaes de Eugenia.** Sociedade Eugênica de São Paulo, 1919. p. 67-79.

_____. **Lições de Eugenia.** Rio de Janeiro: Livraria Alves, 1929.

_____. Eugenia e Eugenismo. **Boletim de Eugenia.** Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, ago. 1929a.

_____. Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade: A 1ª brasileira eugenizada. **Boletim de Eugenia.** Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, mai. 1929b.

_____. Propositos. **Boletim de Eugenia.** Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jan. 1929c.

_____. Instituto Brasileiro de Eugenia. **Boletim de Eugenia.** Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, fev. 1929d.

_____. Boletim de Eugenia e “Medicamenta”. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6-7, jun.-jul. 1929e.

_____. A eugenia no Brasil: esboço historico e bibliographico. In: **Actas e Trabalhos** [do] Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, vol. 1, 1929f.

_____. Educação e Eugenia. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 9, set. 1929g.

_____. Crescei e multiplicai-vos. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 18, jun. 1930a.

_____. O problema da educação sexual. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 2, n. 24, dez. 1930b.

_____. A nova fase do Boletim de Eugénia. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 37, jan-mar. 1932.

_____. (1923) **A fada hygia**. 4ª ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1936.

KINOSHITA, C. T. **Um D. Quixote científico a pregar para uma legião de panças: manuais escolares de higiene à sombra da Eugenia (1923-1936)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

KOBAYASHI, E.; FARIA, L.; COSTA, M. C. **Eugenia e Fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional**. In: Sociologias. Porto Alegre: UFRGS, ano 11, n. 22, jul/dez, 2009. p. 314-351.

KUHLMANN JR., M. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

_____. **A circulação das idéias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX**. In: _____.; FREITAS, M. C. d. (orgs.). Os intelectuais na história da infância (p. 459-501). São Paulo: Cortez, 2002.

_____.; ROCHA, J. F. T. d. **Educação no asilo dos expostos da Santa Casa em São Paulo: 1896-1950**. Cadernos.de Pesquisa. 2006, vol.36, n.129, p. 597-617. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0536129.pdf>>. Acessado em: 18 ago. 2013.

_____. **Infância e educação infantil.** Uma abordagem histórica. 5ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2010a.

_____. **Congressos Profissionais no final do século XIX e início do século XX:** ciência e política. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, A. A. P. (orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos* (p. 179-198). Rio de Janeiro: Mauad, 2010b.

KURZ, R. **Os últimos combates.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LE GOFF, J. **Historia e Memória.** 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIMA, N. T. **Antropologia, raça e questão nacional:** notas sobre as contribuições de Edgard Roquette-Pinto e um possível diálogo com Franz Boas. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, A. A. P. (orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos* (p. 255-275). Rio de Janeiro: Mauad, 2010.

LIVRARIA FRANCISCO ALVES [**Catálogo**] Rio de Janeiro, 1926. 30 p.

LIVROS escolares. **O Paiz.** Rio de Janeiro, 16 mar. 1922. p. 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=9038>. Acessado em: 11 abr. 2013.

LOBATO, M. (1926) **O presidente negro ou o choque de raças:** romance americano do ano 2228. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1945.

LUISI, P. Educação Sexual. **Boletim de Eugénia.** Rio de Janeiro, ano 2, n. 24, dez. 1930.

MACHADO, R. C. M. et al. **Danação da norma.** Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAGALHÃES, M. d. G. S. **Medos, mimos e cuidados.** Leituras úteis para educar as mães: os guias maternos brasileiros (1919-1957). 2011. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MAI, L. D.; BOARINI, M. L. **Estudo sobre forças educativas eugênicas no Brasil, nas primeiras décadas do século XX.** Maringá: Revista Ciência, Cuidado e Saúde, v. 1, n. 1, 2002. p. 129-132. Disponível em:

<<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5682/3606>>.
Acessado em: 06 mar. 2013.

MARIANO, H. A. **A constituinte de 1933/1934 e o processo de construção das políticas de assistência à infância e o amparo à maternidade no Brasil**. Temas & Matizes, v. 01, p. 115-140, 2009.

MARQUES, V. R. B. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

MATOS, M. I. S. d. **Âncora de emoções: corpos, subjetividade e sensibilidades**. Bauru: EDUSC, 2005.

MEIRA, R. Factores de degeneração de nossa raça. Meios de combatel-os. In: **Annaes de Eugénia**. Sociedade Eugênica de São Paulo, 1919. p. 47-64.

MOURA, O. Saneamento, Eugénia e Civilização. In: **Annaes de Eugénia**. Sociedade Eugênica de São Paulo, 1919. p. 82-90.

MOURA, R. H. d.; BOARINI, M. L. **A saúde da família sob as lentes da higiene mental**. Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos. 2012, vol.19, n.1, p. 217-235. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702012000100012&script=sci_arttext>.
Acessado em: 15 fev. 2013.

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito**. Sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 1974.

_____. **Educação na Primeira República**. In: FAUSTO, B. História geral da civilização brasileira. v. II, t. III, São Paulo: DIFEL, 1978. p. 261-291.

NOBEL de medicina deixa laboratório. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 26 out. 2007. s/p. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,nobel-de-medicina-deixa-laboratorio,70984,0.htm>>. Acessado em: 19 out. 2013.

NOTICIARIO Elegante. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 14 abr. 1928. p. 24. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_02&PagFis=15692>.
Acessado em: 29 set. 2013.

O 1º CONGRESSO Internacional da Eugenica. **A Notícia**. Rio de Janeiro, 12 jun. 1912. p. 3. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=xx2269&PagFis=18903>>. Acessado em: 17 set. 2013.

O BOLETIM de Eugénia e a Imprensa. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, mar. 1929.

O CONHECIDO... . **Fon Fon**. Rio de Janeiro, 06 ma. 1933. p. 35. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259063&PagFis=83042>>. Acessado em: 28 out. 2013.

O DR. RENATO... . **Fon Fon**. Rio de Janeiro, 06 nov. 1926. s/p. ano 20, n. 45. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259063&PagFis=58146>>. Acessado em: 28 out. 2013.

O ENSINO da hygiene. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 3 abr. 1925. p. 13. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_04&PagFis=36756>. Acessado em: 24 mar. 2013.

O EUGENISMO na imprensa mundial. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 26, fev. 1931.

O MALHO. Rio de Janeiro, 10 jan. 1925. s/p. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=116300&PagFis=55604>>. Acessado em: 28 out. 2013.

O NOSSO Boletim. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jan. 1929.

OLIVEIRA, A. E. d. **Posse do novo acadêmico Renato Kehl**: discursos do paraninfo Acadêmico Abel de Oliveira e do recipientario. Rio de Janeiro: Academia Nacional de Medicina. Typ. America, 1933.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 5ª Ed., 2006.

OS PROBLEMAS da regeneração da raça: temos feito muito pouco. **A Noite**. Rio de Janeiro, 3 jul. 1920. p. 1. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=348970_02&PagFis=969>. Acessado em: 11 abr. 2013.

PENNA, B. **A Educação Hygiênica na Escola In: Educação**. Diretoria Geral da Instrução Pública e da Sociedade de Educação de São Paulo, vol. 2, jan.-mar., 1928. p. 19-25.

_____. Eugenia e Eugenismo. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 10, out. 1929.

PESAVENTO, S. J. **Exposições Universais**. Espetáculo da modernidade do século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1997.

PRÊMIO Nobel causa polêmica ao fazer declarações racistas. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 17 out. 2007. s/p. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u337523.shtml>>. Acessado em: 19 out. 2013.

PROPHYLAXIA da lepra. **Gazeta de Noticias**. Rio de Janeiro, 17 dez. 1920. p. 4. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_05&PagFis=2876>. Acessado em: 24 set. 2013.

PUBLICAÇÕES. **Diário Nacional**. São Paulo, 01 fev. 1929a. p 6. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=5079>>. Acessado em: 16 jun. 2013.

PUBLICAÇÕES. **Diário Nacional**. São Paulo, 02 out. 1929b. p. 13. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=7781>>. Acessado em: 16 jun. 2013.

PUBLICAÇÕES. **Diário Nacional**. São Paulo, 25 fev. 1931. p. 5. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=12280>>. Acessado em: 16 jun. 2013.

PUBLICAÇÕES Diversas. **O Paiz**. Rio de Janeiro, 24 jun. 1929. p. 5. Disponível em:
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=178691_05&PagFis=38713>. Acessado em: 16 jun. 2013.

QUE é Eugenia? **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 19, out. 1929.

RANGEL, J. A. **Edgard Roquette-Pinto**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em:
<<http://www.acervo.epsjv.fiocruz.br/beb/textocompleto/010100>>. Acessado em: 10 nov. 2012.

REIS, J. R. F. **Higiene mental e eugenia**: o projeto de “regeneração nacional” da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-30). 1994. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

_____. **De pequenino é que se torce o pepino**: a infância nos programas eugênicos da Liga Brasileira de Higiene Mental. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, VII(1): 135-157, mar.-jun. 2000. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/gh2xqq>>. Acessado em: 24 mar. 2013.

REVISTA *Fon fon*. **Fon Fon** Rio de Janeiro, 13 abr. 1912. ano 6. N. 15, p 8. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259063&PagFis=9732>>. Acessado em: 25 out. 2013.

REVISTA na Dinamarca. **Revista da Semana**. Rio de Janeiro, 1 out. 1932. p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=025909_03&PagFis=6157>. Acessado em: 29 set. 2013.

RIBEIRO, J. Questiuunculas. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, fev. 1929.

ROCHA, H. H. P. **Alfabetização e regeneração nas iniciativas de difusão da escola primária em São Paulo**. In: *Rev. Pro-Posições*. Campinas, v. 22, n. 2 (65), p. 151-172, mai./ago. 2011.

ROCHA, S. **Eugenia no Brasil**: análise do discurso “científico” no Boletim de Eugenia (1929-1933). 2010. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

ROQUETTE-PINTO, E. (1933) **Ensaio de Antropologia Brasileira**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

_____. Nota sobre os typos anthropologicos do Brasil. In: **Actas e Trabalhos** [do] Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro, vol. 1, 1929. p. 119-147.

ROSA, A. **Quando a Eugenia se distancia do Saneamento**: as ideias de Renato Kehl e Octavio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933). 2005. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2005.

SABINO, F. T. *Arvore Radiophonica*. **Fon Fon**. Rio de Janeiro, 25 fev. 1939. p. 31.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259063&PagFis=98999>>. Acessado em: 27 out. 2013.

SCHWARCZ, L. M. (1993) **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.

SEGUNDO Concurso de Robustez Infantil. **Fon Fon**. Rio de Janeiro, 3 mar. 1929. p. 52-3.

Disponível em:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259063&PagFis=68230>>. Acessado em: 28 out. 2013.

SEVCENKO, N. **A literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SKIDMORE, T. E. **Preto no branco**. Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUZA, V. S. **A política biológica como projeto: a “eugenia negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Khel (1917-1932)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

_____.; **Em busca do Brasil: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935)**. 2011. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.

_____.; SANTOS, R. V. **O Congresso Universal de Raças. Londres, 1911: contextos, temas e debates**. In: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. v. 7, n. 3, p. 745-760. set./dez., 2012.

STEPAN, N. L. **Gênese e evolução da ciência brasileira: Oswaldo Cruz e a política de investigação científica e médica**. Rio de Janeiro: Editora Artenova S. A./Fundação Oswaldo Cruz, 1976.

_____. **Eugenesia, genética y salud pública: el movimiento eugenésico brasileño y mundial**. In: Quipu, Revista Latinoamericana de Historia de las Ciencias y la Tecnología, vol. 2, n. 3, México, 1985. p. 351-384.

_____. **A hora da eugenia**: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

THIELEN, E. V.; SANTOS, R. A. **Belisário Penna: notas fotobiográficas**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos. 2002, vol.9, n.2, p.387-404. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v9n2/a08v9n2.pdf>>. Acessado em: 16 fev. 2013.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOPICOS de uma carta enviada pelo dr. Geraldo de Paula Sousa ao dr. Borges Vieira, a qual foi lida na cerimônia de entrega de diplomas. **Correio Paulistano**. São Paulo, 19 set. 1929. p. 6. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&PagFis=37530>. Acessado em: 10 abr. 2013.

UMA BANDEIRA ou quatro bandeiras. **Cidade do Rio**. Rio de Janeiro, 29 nov. 1889. p.1. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=085669&PagFis=2503>>. Acessado em: 13 ago. 2013.

UMA NOVA entidade scientifica que apparece: A Comissão Central Brasileira de Eugenia. **Boletim de Eugénia**. Rio de Janeiro, ano 3, n. 27, mar. 1931.

UMA NOVA Eugenia. **O Globo**. Rio de Janeiro, Cad. Ciência. 11 dez. 2007. p. 36. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=200020071211C&edicao=Matutina>>. Acessado em: 15 mai. 2013.

WILLIAMS, R. **Cultura**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

ZOLA, E. (1885) **Germinal**. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

ANEXOS

RELAÇÃO DE FONTES DOCUMENTAIS

Conjuntos Documentais Sobre Eugenia

Actas e Trabalhos [do] Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro (1929)

Annaes de Eugénia. Sociedade Eugênica de São Paulo (1919)

Boletim de Eugenia. Rio de Janeiro (1929 - 1931); Piracicaba (1932 - 1933)

Jornais

A Noite. Rio de Janeiro (1920)

A Notícia. Rio de Janeiro (1912)

Cidade do Rio. Rio de Janeiro (1889)

Correio da Manhã. Rio de Janeiro (1921 - 1932)

Correio Paulistano. São Paulo (1917-1929)

Diário Nacional. São Paulo (1929 -1931)

Folha de S. Paulo. São Paulo (2005 - 2007)

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro (1920)

Jornal do Brasil. Rio de Janeiro (1920 - 1928)

O Diário. Vitória (1912)

O Estado de S. Paulo. São Paulo (1929 - 2007)

O Globo. Rio de Janeiro (2007)

O Paiz. Rio de Janeiro (1922 - 1929)

Legislação

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro (1891)

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro (1934)

Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil, Poder Executivo. Rio de Janeiro, DF (1923 - 1926)

Revistas

Educação. Diretoria Geral da Instrução Pública; Sociedade de Educação de São Paulo (1928)

Fon Fon. Rio de Janeiro (1912 - 1939)

Livraria Francisco Alves [Catálogo] Rio de Janeiro (1926)

O Malho. Rio de Janeiro (1925)

Revista da Semana. Rio de Janeiro (1928 - 1933)

Revista Terapêutica. Rio de Janeiro (1959)

ACERVOS

Biblioteca da Faculdade de Saúde Pública/ Universidade de São Paulo

Centro de Documentação Cultural “Alexandre Eulalio”/ Instituto de Estudos da Linguagem/ Universidade Estadual de Campinas

Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz

Divisão de Biblioteca e Documentação da Faculdade Medicina/ Universidade de São Paulo

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Direito/ Universidade de São Paulo

ACERVOS DIGITAIS

Acervo Folha de S. Paulo

<http://acervo.folha.com.br>

Acervo O Estado de S. Paulo

<http://acervo.estadao.com.br>

Archive on the American Eugenics Movement

<http://www.eugenicsarchive.org/eugenics>

Arquivo Público do Estado de São Paulo

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br>

Centro de Referência em Educação Mario Covas

<http://www.crmariocovas.sp.gov.br>

Hemeroteca Digital Brasileira/ Fundação Biblioteca Nacional

<http://hemerotecadigital.bn.br>

Hathi Trust Digital Library

<http://www.hathitrust.org>

Fundação Oswaldo Cruz

<http://basearch.coc.fiocruz.br>

Obras de F. Galton

<http://galton.org>